

01

ano 1 | maio 2010

**Revista eletrônica de  
estudos urbanos e  
regionais**

**@metropolis**



## REVISTA ELETRÔNICA E-METROPOLIS

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles.

### Observatório das Metrópoles

Prédio da Reitoria, sala 522

Cidade Universitária - Ilha do Fundão

21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932

Fax: (21) 2598-1950

E-mail: [emetropolis@observatoriodasmetrosoles.net](mailto:emetropolis@observatoriodasmetrosoles.net)

Web-site: [www.observatoriodasmetrosoles.net/emetropolis](http://www.observatoriodasmetrosoles.net/emetropolis)

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

A revista é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrópoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que tenham como tema os múltiplos aspectos envolvidos nos estudos relacionados à vida nas grandes cidades. O conselho editorial é composto por professores de destaque na comunidade acadêmica e que selecionarão os artigos no formato *blind-review*.

Cada número se estruturará através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrópoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

## EDITOR-CHEFE

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

## EDITORES

Carolina Zuccarelli

Eliana Kuster

Juciano Martins Rodrigues

Marianna Olinger

Paula Silva Gambim

Renata Brauner Ferreira

Rodrigo de Moraes Rosa

## DESIGNER

Paula Sobrino

## PROGRAMADOR

Arthur Molina

## CONSELHO EDITORIAL

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Cláudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

# EDITORIAL

Este primeiro número da revista *e-metropolis* é composto por artigos e resenhas selecionados dentre aqueles já publicados no portal do Observatório das Metrôpoles, aos quais se soma um texto do pesquisador do Observatório, Orlando Alves dos Santos Junior, bem como uma entrevista com o coordenador nacional do Instituto do Milênio, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro.

Assim, abrimos a revista com as considerações a respeito da participação popular na elaboração dos Planos Diretores Urbanos, seus limites e possibilidades, desenvolvidas pelo pesquisador do Observatório das Metrôpoles e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Orlando Alves dos Santos Junior. Em seu texto, são apresentados diferentes paradigmas definidores de políticas urbanas que atravessam e guiam a concepção dos Planos Diretores, bem como são propostas estratégias que possam responder ao desafio de lidar com tais questões.

Podemos estabelecer um diálogo entre este primeiro texto e o artigo seguinte, de Flávia Brasil e Luiza Queiroz, que se debruçam sobre a região metropolitana de Belo Horizonte para analisar a configuração do seu Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, ponderando, a partir de sua instituição, as conseqüências na participação popular e nas discussões concernentes aos rumos metropolitanos.

Luís Mendes, calcando-se no domínio da geografia urbana, analisa a contribuição do antropólogo urbano Neil Smith no que tange às operações de requalificação metropolitanas a partir dos anos setenta e a conseqüente gentrificação de diversas áreas das grandes cidades, enquanto Rodrigo de Moraes Rosa se detém sobre um aspecto menos palpável, mas nem por isso menos importante, das cidades contemporâneas: a sociabilidade. Partindo da modernidade e de seus valores que transformaram radicalmente a vida em

conjunto nos grandes centros, o autor constitui um olhar abrangente sobre este amplo panorama, para, em seguida, aterrissar no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, buscando reconhecer ali os sinais da construção desta nova forma de convívio que mistura aspectos por vezes conflitantes entre o social e o individual, o público e o privado, o sujeito histórico e o contemporâneo.

Em uma abrangente entrevista, o coordenador nacional do Observatório das Metrôpoles, Luiz Cesar Queiroz Ribeiro, analisa a experiência do Observatório constituído como Instituto do Milênio, destacando o papel de sua vasta e diversificada equipe, que possibilita a constituição de uma pesquisa em rede que busca detectar as similitudes e as diferenças entre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas das metrôpoles brasileiras. O pesquisador traça, ainda, as perspectivas de trabalho futuras para o Observatório e fala da criação da Revista *e-metropolis*, destacando essa iniciativa como mais um passo na direção da divulgação plena do conhecimento, que é uma das metas do programa seguido pelo Observatório das Metrôpoles.

Finalmente, nas duas resenhas que fecham esta edição, temos um texto de Georg Simmel intitulado '*Como es possible la sociedad*', apresentado pela doutoranda Eliana Kuster, e a professora Olga Firkowski tratando das análises metropolitanas a partir do livro '*Politique et metropole: une comparaison internationale*', de V. Hoffmann-Martinet e J. Sellers.

Nós, editores da *e-metropolis*, desejamos que a leitura deste primeiro número seja, para aqueles que se interessam sobre as diversas facetas das cidades contemporâneas, tão interessante e proveitosa quanto foi para nós todo o percurso de sua concepção à sua concretização. Esperamos que este seja mais um passo rumo à concretização de nosso objetivo de democratizar o acesso e a divulgação do conhecimento acadêmico.

**Boa leitura!**

## MATÉRIA DE CAPA

- 03 A participação popular na elaboração dos Planos Diretores  
*Popular participation in the making of City Plans*  
Por Orlando Alves dos Santos Junior

## ARTIGOS

- 06 Gestão metropolitana e participação: uma análise do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH  
*Metropolitan governance and participation: an assesment of the Metropolitan Development Council of the Metropolitan Region of Belo Horizonte*  
Por Flavia de Paula Duque Brasil e Luiza Sabino Queiroz
- 21 O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação  
*Neil Smith's contribution to a critical geography of gentrification*  
Por Luís Mendes
- 34 Espaço público e modernidade: quando a sociabilidade se constrói como projeto  
*Public space and modernity: when sociability is built as a project*  
Por Rodrigo de Moraes Rosa

## ENTREVISTA

- 50 O que é o Observatório?  
*What is the Observatório?*  
Com Luiz Cesar Queiroz Ribeiro

## RESENHAS

- 55 Como es posible la sociedad? de G. Simmel  
*How is society possible? G. Simmel*  
Por Eliana Kuster
- 58 Politique et métropole, une comparaison internationale. De V. Hoffmann-Martinot e J. Sellers  
*Politics and metropolis, an international comparison. V. Hoffmann-Martinot e J. Sellers*  
Por Olga Firkowski



por

**Orlando Alves  
dos Santos Junior**

[orlando.santosjr@gmail.com](mailto:orlando.santosjr@gmail.com)

*Graduado em Ciências Sociais pela UFF; mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). É professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles.*

## A participação na elaboração dos Planos Diretores

A participação popular na gestão pública é um dado recente na sociedade Brasileira. A constituição de 1988 inaugurou uma nova fase, já que o próprio texto da lei nos oferece uma série de caminhos possíveis para que a população, de forma articulada, possa fazer valer os seus direitos. Em 1991, com aprovação do Estatuto das Cidades, propõe-se a construção de um novo pacto socioterritorial, onde a participação popular ganha lugar de destaque no planejamento urbano, tornando-se obrigatória na confecção dos planos diretores - principal instrumento de planejamento articulado pelo Estatuto.

Entendendo que a participação social é um processo histórico e dialético, e que, portanto, reflete o dinamismo de épocas e relações sociais diferentes, o Observatório das Metrópoles realizou uma enquete com o objetivo de apreender a percepção de leitores de seu portal eletrônico sobre a obrigatoriedade da participação popular na confecção dos planos diretores. Neste artigo, o pesquisador Orlando Alves dos Santos Junior discute as possibilidades e desafios da participação popular enquanto instrumento de gestão democrática do planejamento urbano, passando por temas como as desigualdades sociais a de poder na participação institucionalizada, a mobilização popular para participação nos planos diretores, os instrumentos utilizados na elaboração dos planos, e a apropriação dos espaços de participação como possibilidade de efetivação do direito à cidade.

---

Reflexão extraída de SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora. In COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008, p. 136-155.

A questão da participação no processo de elaboração dos planos diretores deve ser analisada para além dos resultados concretos obtidos no plano aprovado. Concretamente, podemos supor, por exemplo, que a participação em processos de elaboração dos planos diretores pode trazer resultados positivos para a compreensão da dinâmica da cidade e para a elaboração de um projeto mais global de reforma urbana para as organizações sociais nele envolvidas, trazendo conseqüências para as estratégias de luta que serão acionadas, mesmo que naqueles processos que não apresentam avanços na perspectiva urbanística. O que não implica que não devamos rever as estratégias de atuação nos espaços institucionais, em razão dos bloqueios estruturais observados em sua dinâmica.

De fato, os limites observados no processo de elaboração dos planos diretores são diversos e complexos. A construção de um pacto sócio territorial, tal como formulado na concepção da reforma urbana, implica em identificar os processos sociais e econômicos de produção do espaço urbano e os agentes individuais e coletivos que atuam nesses processos, segundo seus interesses e valores, com suas identidades e antagonismos. Antes de tudo, é necessário levar em consideração as desigualdades sociais e de poder que intervêm sobre a manutenção e reprodução dos processos de hierarquização e segregação das cidades, o que torna a implementação dessa concepção um desafio ainda maior. Além disso, podemos identificar limites decorrentes da ausência de instrumentos de gestão democrática no âmbito dos municípios, na maior parte, ainda administrados por coalizões políticas conservadoras, e das estruturas administrativas municipais, que, em grande parte,

possuem quadros técnicos em número reduzido e não suficientemente qualificado para desempenhar as novas tarefas requeridas pelo planejamento urbano politizado.

É concreto que os processos de discussão dos planos diretores não conseguem mobilizar as maiorias, as classes populares, apesar de ser necessário contextualizar essa generalização, tendo em vista a diversidade regional do país e as diferenças de contexto social. Tal fato, somente em parte pode ser explicado pela agenda de discussão, que não contempla as demandas concretas dos segmentos populares, já que é necessário incorporar na análise aspectos relacionados à cultura sociopolítica, na qual incidem outros elementos da história política do país. Nesse sentido, talvez possamos entender melhor a alta abstenção dos segmentos populares do processo de discussão dos planos diretores se conseguirmos estabelecer uma relação entre a dinâmica de participação sociopolítica e os processos de exclusão sócio territorial, que impedem a constituição da nossa cidadania.

Isso não implica, no entanto, que não seja necessário uma reflexão sobre a agenda de discussão e os instrumentos que têm sido propostos na elaboração dos planos diretores. Cremos que ainda prevalece uma cultura urbanística tecnocrática que, de fato, impede inovações na perspectiva de incorporar novos instrumentos e políticas no plano.

No entanto, entendemos que os interesses das classes populares não podem ser reduzidos às demandas pontuais, ao acesso à habitação, à urbanização, aos serviços de saneamento ambiental, ao transporte público de qualidade, apesar de dever incluí-los, mas envolve um novo projeto de cidades. E nesse ponto,

Em 2001 foi aprovado o Estatuto das Cidades, cujo principal instrumento de planejamento é o Plano Diretor. Uma das características mais progressistas é a obrigatoriedade da participação popular em sua confecção. Você acha que a participação popular é importante no Plano Diretor?

Sim. Acho importante a participação popular no Plano Diretor.

319 68.5%

Sim. Porém com ressalvas quanto à forma de participação popular.

101 21.7%

Não. Não acho que a participação popular seja efetiva no Plano Diretor.

14 3%

Não. Mas acredito em outras formas de participação popular.

12 2.6%

Nenhuma das respostas anteriores.

5 1.1%

Resultado da enquete lançada no site.

é preciso considerar que a construção de princípios, diretrizes e paradigmas que possam orientar e organizar as lutas sociais, ainda que setorialmente, não deve ser desprezada. Aliás, é pela práxis, que envolve lutas e contradições vividas no cotidiano e nos espaços institucionais que muitas pessoas começam a desenvolver sua consciência social.

A reflexão em torno da segregação socioespacial e de seus efeitos sobre a condição de autonomia dos agentes sociais e o exercício efetivo da cidadania pode contribuir para discussão sobre os planos diretores e a gestão democrática das cidades e iluminar algumas estratégias, tendo como referência a agenda da reforma urbana.

De uma maneira esquemática, parece possível afirmar que estamos diante da disputa entre dois paradigmas de política urbana, que, com base no que vem sendo discutido na literatura, denominamos preliminarmente de paradigma da cidade-mercado versus o paradigma da cidade-direito de intervenção pública, com seus diferentes impactos sobre a dinâmica das cidades.

A disputa entre esses diferentes modelos atravessa o processo de elaboração dos planos diretores. Na perspectiva da reforma urbana, o desafio está ligado à construção de esferas públicas democráticas, que contribuam para tornar substantiva a dinâmica democrática.

Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração que essa disputa não incide somente no plano local, mas atravessa todos os espaços institucionais e níveis de planejamento, envolvendo os âmbitos supra locais, metropolitanos, regionais, e o nacional. Nesse sentido, os avanços identificados na perspectiva da construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano jogam um papel decisivo nos rumos das cidades brasileiras. Além disso, é preciso considerar os desafios relacionados à dinâmica metropolitana, ainda pouco considerados nas análises sobre a dinâmica urbana.

Em todas essas esferas, os pequenos aprendizados produzidos no processo de participação, seja

por meio da incorporação de demandas específicas dos grupos populares na lógica e na ação do poder público, seja por meio dos conflitos experimentados com os outros grupos de interesse na definição da política urbana, teriam o potencial de fortalecer a atuação dos atores locais, através do alargamento da compreensão do fenômeno urbano e da discussão de novos projetos e estratégias de intervenção sobre as cidades. Nesse sentido, podemos falar do desafio de desenvolver uma nova pedagogia emancipatória de planejamento das cidades, que incorpore esses elementos.

Diríamos, referenciando-nos em Lefebvre, que a reflexão sobre o fenômeno urbano deve definir uma dupla estratégia, articulada e inseparável: a estratégia do conhecimento e a estratégia sociopolítica. No âmbito do conhecimento, essa estratégia implica em uma crítica radical dos modelos urbanísticos tradicionais e de suas contradições, e o desenvolvimento de uma ciência do fenômeno urbano.

No plano sociopolítico, a estratégia está centrada no reconhecimento político institucional da problemática urbana e na elaboração de um programa de promoção do direito à cidade, atualizando a agenda da reforma urbana de forma que esta responda aos desafios decorrentes das transformações sociais e econômicas contemporâneas. Tais estratégias encontram sua síntese no que denominamos de planejamento urbano como práxis transformadora.

Se olharmos as experiências de planejamento urbano em curso, incluindo aí os processos de elaboração dos planos diretores, poderemos concluir que estamos diante de grandes desafios na perspectiva da construção de novos paradigmas de planejamento. No entanto, diríamos, mais uma vez inspirados em Lefebvre, que é preciso ver nessas experiências de participação e na diversidade de práticas urbanas empreendidas pelos diferentes agentes sociais aprendizados que conformam a práxis que poderá gerar uma nova utopia do direito à cidade, capaz de desenvolver novos processos de reapropriação, pelos seres humanos, do espaço e da sua temporalidade. ■

# Gestão metropolitana e participação

## Uma análise do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH

Por Flavia de Paula Duque Brasil e Luiza Sabino Queiroz

### RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o desenho e as características institucionais do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que integra o novo arranjo implementado, e as suas conseqüências sobre os processos de participação cidadã nesta instância. Parte-se da discussão sobre democracia contemporânea e participação cidadã. Em seguida, aborda-se a questão metropolitana e sua gestão, enfatizando o caso mineiro. Por fim, analisam-se características institucionais do CDDM, tendo em vista apontar os condicionantes da participação cidadã. Com o estudo, concluiu-se que algumas características do desenho institucional do CDDM contribuem para a possível qualidade e efetividade dos processos participativos no órgão, mas outras representam constrangimentos, o que indica que o desenho institucional do Conselho pode aprimorar-se.

**Palavras-chave:** Participação cidadã. Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. Gestão Metropolitana. Desenho institucional. Região Metropolitana de Belo Horizonte.

### ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the design and institutional characteristics of the Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM) of the Metropolitan Region of de Belo Horizonte (RMBH), and from there to analyze the citizen participation. First it approaches the contemporary debate on democracy and citizen participation. Then, the metropolitan question and their management are discussed, emphasizing Minas Gerais case. Finally, it analyzes the institutional characteristics of CDDM, aiming the limitations of citizen participation. The study leads us to conclude that some characteristics of the institutional design of CDDM act to encourage the participation, but others represents obstacles to it, which indicates that the institutional design of the Council can be improved.

**Key-words:** Citizen Participation. Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. Metropolitan Management. Institutional Design. Metropolitan Region of Belo Horizonte.

**Flavia de Paula Duque Brasil**

flavia.brasil@fjp.mg.gov.br

*Mestre em Sociologia (UFMG) e Doutoranda em Sociologia (UFMG). Professora e pesquisadora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.*

**Luiza Sabino Queiroz**

luiza.sabino@urbano.mg.gov.br

*Bacharel em Administração Pública (FJP); Bacharel em Direito (UFMG). Servidora Pública da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU)*

## INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro pós-1980, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e da promulgação do Estatuto da Cidade, que apontam para a participação cidadã e para a gestão democrática das cidades, tem-se observado a multiplicação de conselhos, traduzindo o esforço de atores sociais pela busca da democratização das políticas públicas. Ao lado disso, alguns autores como Fung (2004a; 2004b), Azevedo e Anastasia (2002) e Gohn (2000) sugerem que os formatos institucionais das instâncias participativas influem nos processos participativos, podendo favorecer ou obstacularizar a participação cidadã. Ou seja, os desenhos institucionais destas instâncias podem ser apontados como um dos fatores decisivos para a ampliação da participação e para a sua qualidade e viés.

Partindo dessas considerações, este artigo identifica as características institucionais do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tendo em vista analisar de que forma as escolhas do desenho institucional do órgão podem influenciar a participação.

A relevância desta discussão coloca-se sobre dois aspectos. Primeiro, destaca-se a importância da abordagem dos novos arranjos voltados para a participação nas políticas públicas e gestão urbana. Segundo, destaca-se a complexidade da questão metropolitana, que não tem sido historicamente enfrentada a contento, implicando diversos processos, como a distribuição injusta dos ônus e benefícios da urbanização no tecido metropolitano e a metropolização da pobreza. No caso mineiro, que não chega a ser atípico, desde a promulgação do novo texto constitucional, a questão metropolitana não se constitui como objeto de políticas públicas por parte do governo estadual, tampouco ocorreram esforços significativos de pactuação dos municípios para o enfrentamento de seus problemas e interesses comuns. Em 2004, contudo, tem-se a proposta de um novo arranjo de gestão metropolitana, atualmente em implementação, que tem como componente participativo o CDDM, recentemente criado e já em funcionamento. O exame desta nova instância mostra-se relevante, permitindo apontar limites e alcances da participação que já se delineiam, de modo a contribuir para seu aprimoramento.

A análise apóia-se principalmente no modelo analítico elaborado por Fung (2004a), que caracteriza as escolhas do desenho institucional dos espaços, sendo estes denominados pelo autor de “minipúblicos” (que incluem como uma das modalidades arran-

jos no formato de conselhos de políticas públicas), e discute seus efeitos e conseqüências nos processos participativos.

O trabalho é oriundo de uma pesquisa realizada em 2007, 2008 e 2009, na qual se efetuou, de início, uma pesquisa documental junto a SEDRU (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana), tendo em vista identificar as características do novo arranjo metropolitano e o Conselho. Ao lado disso, as atas das reuniões do órgão foram examinadas e as reuniões foram acompanhadas, sistematicamente, no decorrer da pesquisa. Finalmente, foram realizadas entrevistas com 10 (dez) membros do CDDM da RMBH: 2 (dois) representantes do Poder Estadual (ambos da SEDRU), 1 (um) representante da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), 2 (dois) representantes do Poder Municipal (Prefeitura de Belo Horizonte e Prefeitura de Itaguara) e 5 (cinco) representantes da sociedade civil organizada (entidades representativas de empresários; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas; movimentos sociais e populares; ONGs e entidades sindicais de trabalhadores). A preferência dada aos representantes da sociedade civil deveu-se ao próprio propósito do trabalho de análise da participação no Conselho Metropolitano. Embora o número de entrevistas não tenha abrangido o universo de conselheiros, permite avançar na compreensão dos processos participativos, de forma a contribuir para as discussões sobre um tema ainda em construção: a inclusão da participação no planejamento e gestão metropolitanos.

O artigo estrutura-se em quatro seções. A primeira parte discorre brevemente sobre a democracia e a participação, bem como referencia a experiência dos conselhos no Brasil. Em seguida, aborda a questão metropolitana nos cenários nacional e mineiro, sua origem, trajetória e legislações afins, desembocando no exame do atual arranjo institucional da RMBH. Na terceira seção é analisado o desenho institucional do CDDM, tendo como referência os reflexos das características do desenho institucional do Conselho no seu funcionamento. Considerando-se essa influência, analisa-se a participação do Conselho Deliberativo da RMBH, a partir de seu desenho e de suas características institucionais, ao lado de avaliações dos próprios conselheiros sobre o processo participativo e do exame das atas das reuniões.

### 1. Democracia, participação cidadã e conselhos de políticas públicas

A abordagem da participação no âmbito dos canais institucionais que têm sido criados no Brasil contemporâneo para esta finalidade – como é o caso

do Conselho Metropolitano, em foco neste artigo – requer, para seu enquadramento, a referência aos debates recentes em torno da noção de democracia e de suas premissas. A possibilidade de participação ampliada associada a estas instâncias aponta para o entendimento da democracia para além de sua concepção elitista, influente na segunda metade do século XX e para as noções de democracia participativa e deliberativa.

A democracia estabeleceu-se na maior parte dos países na atualidade. Em paralelo, tem sido destacado o alargamento dos debates em torno das diferentes premissas e concepções de democracia, colocando em foco aspectos relativos à sua “forma e qualidade” (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 55).

Especialmente em países da América Latina, como o Brasil, no curso dos processos de democratização, tem se destacado o papel dos atores sócio-políticos organizados que reivindicaram a democratização das relações entre Estado e sociedade, sobretudo por meio da participação dos cidadãos nos processos decisórios, impulsionando a construção de novos arranjos participativos nas políticas públicas (DAGNINO, 2002).<sup>1</sup>

Neste contexto, a ampliação das possibilidades de participação coloca-se como um ponto-chave nas concepções alternativas contemporâneas de democracia participativa e deliberativa, que apresentam estreitas interfaces<sup>2</sup>. Estas correntes endossam a validade e a complementaridade dos mecanismos de representação, mas têm em vista ultrapassar os limites dos modelos elitista e pluralista de democracia, apontado para as práticas participativas e deliberativas um papel nuclear no aprofundamento democrático. Para os objetivos deste trabalho, interessa destacar que ambas as formulações têm em vista a ampliação da participação e das possibilidades de influência e intervenção dos cidadãos nos processos decisórios. No âmbito das possibilidades postas pelas diversas formas de ação coletiva e participação contemporâneas, situam-se os canais institucionais criados para esta finalidade, como os conselhos, em foco neste trabalho.

Se a ampliação das formas de inclusão política

<sup>1</sup> Um fator, que também pode ser associado à ampliação destes debates, refere-se à percepção de limites dos arranjos da democracia representativa que se evidenciam em países como os EUA, nos quais o voto é facultativo e se observou um declínio na participação eleitoral, pelo menos até a última eleição. Mesmo em países, como o Brasil, a Itália e a Bélgica, em que o comparecimento eleitoral é obrigatório, a redução de votos válidos também parece ser um indício da reação de rejeição do eleitorado.

<sup>2</sup> Para a discussão dos pontos de contato e diferenças nas duas concepções ver Faria (2008) e Nobre (2004).

apresenta-se como um ponto de convergência entre as concepções e correntes contemporâneas no campo da teoria democrática, os dissensos dizem respeito às diferentes formas de aprofundamento democrático (FARIA, 2008).

Na linha da democracia participativa, o trabalho de Pateman (1992) representa um esforço pioneiro e sistemático de reflexão, apoiado em autores clássicos. Em sua concepção, a participação remete à intervenção nos processos de tomada de decisão ou, de forma parcial, remete à influência nestes processos. Um ponto a ser observado é que, na medida em que o objeto empírico da autora corresponde ao universo da indústria, aponta para a democratização mais ampla das relações, não restrita ao universo das instituições governamentais.

Nesta vertente, apontam-se as várias formas de ações coletivas contemporâneas, assinalando-se o papel do ativismo político no robustecimento da democracia e, por outro lado, as possibilidades de intervenção nos processos decisórios por meio da participação em espaços institucionais.<sup>3</sup>

A corrente da democracia deliberativa apresenta-se atualmente como um campo de teorização bastante amplo e com vertentes distintas. Chambers (2003) define este programa teórico a partir de seu cunho normativo, que aponta para formas de consolidar e ampliar a democracia, possibilitando, ao lado disso, a crítica das instituições a partir destes parâmetros.

Conforme Brasil (2005), à teoria social de Jürgen Habermas<sup>4</sup> atribuem-se as bases contemporâneas para a concepção de democracia deliberativa fundada nos processos de interação e comunicação localizados nos domínios societários, delineando o espaço de emergência de novos atores e de construção de novas práticas. Conforme Santos e Avritzer (2002) a partir do teórico habermasiano, recoloca-se a relação entre democracia, bem comum e racionalidade e desafiando-se a premissa elitista de racionalidade limitada das massas.

Nesses termos, que apontam para a possibilidade de expansão e aprofundamento democrático, a teoria habermasiana “baseia-se na percepção de que a democracia está ligada a um processo discursivo que tem suas origens nas redes públicas de comunicação com as quais os processos de institucionalização legal e utilização administrativa do poder estão indissoluvelmente ligados” (AVRITZER, 1996, p. 15).

<sup>3</sup> Ver a discussão de Warren (2001) sobre o significado contemporâneo da participação.

<sup>4</sup> Especialmente a teoria da ação comunicativa, que constitui esta base ao lado das discussões posteriores efetuadas pelo autor inclusive a partir dos comentaristas de sua obra, como em Direito e Democracia.

Sob esta perspectiva, destaca-se o papel dos atores da sociedade civil na tematização de novas questões e formação (informal) de opinião e vontade, considerando a possibilidade de influência e assimilação nos domínios institucionais, remetendo à noção de soberania popular. Contudo, Habermas (1992) não prevê a criação de instâncias institucionalizadas de participação e deliberação, mas alguns autores neste campo avançam ao considerar a possibilidade de formas mais institucionalizadas de participação.

Observam-se também esforços de articulação de elementos destas correntes teóricas, como no caso de Fung (2004a, 2004b, 2004c) que remete à participação no interior de espaços públicos informais bem como em canais institucionais criados para esta finalidade, ressaltando, neste caso, o potencial dos mecanismos de deliberação tendo em vista tornar as agências públicas mais responsivas, justas, inovadoras e efetivas. O autor afirma que os cidadãos podem ter um conhecimento local que pode, proveitosamente, informar as políticas públicas e que este conhecimento pode não ser sistematicamente disponível ou facilmente aplicável pelas agências centralizadoras, ou seja, representa uma contribuição específica, inclusive em termos de expertise.

Ao lado disso, Fung (2004a, 2004b, 2004c) insiste na importância dos desenhos institucionais dos espaços destinados à participação e à deliberação, como uma chave para a qualidade e efetividade dos processos participativos.

### 1.1 Participação cidadã: alguns potenciais e alcances

É possível encontrar diversas definições para a noção de participação, mas no âmbito do presente trabalho interessa-nos colocar em relevo aquela concebida nos marcos da noção de democracia participativa e que remete, portanto, à democratização das relações entre sociedade e Estado e às possibilidades de intervenção da sociedade civil nos processos decisórios.

Nestes termos, de acordo com Teixeira (2000), a participação cidadã refere-se às diversas formas de intervenção dos atores sociais nas atividades públicas, de forma a influenciar nas decisões estatais ou na produção de bens públicos, constituindo expressão de interesses sociais. Encampa desde os processos participativos engendrados na sociedade civil, bem como a participação que se dá em instâncias institucionalizadas.

Santos e Avritzer (2002) apontam para a conexão entre inovação social e participação com as possibilidades de inovação institucional. Para os autores, a participação da sociedade civil nas instâncias institu-

cionais criadas para este fim, cuja base é a deliberação ampla, possibilitaria o trânsito de questões tematizadas no âmbito societário, de práticas e informações do nível social para o nível administrativo, possibilitando o aprofundamento da democracia participativa.

Além dos potenciais de maior efetividade das políticas e de maior responsividade das burocracias por meio da participação nos processos decisórios, e de inovação nas políticas públicas, deve-se ressaltar, como horizonte, as possibilidades de inclusão social. Em um contexto como o brasileiro, no qual as fortes desigualdades sociais conjugam-se com assimetrias de poder político dos diversos segmentos sociais, este parece se colocar como um potencial central.

Deve-se ainda apontar os processos de aprendizagens coletivas dos diversos atores sociais, por meio dos processos participativos, que podem implicar o fortalecimento da sociedade civil e do próprio Estado.

Ao lado das potencialidades, a participação ampliada de atores sociais em processos de tomada de decisão nas instâncias institucionais de participação também possui vulnerabilidades e contradições. Muito se tem levantado em relação aos problemas relativos ao funcionamento das instâncias participativas, tais como: os limites postos pelos arranjos; a efetividade das decisões; a possível resistência no âmbito estatal quanto a partilhar seu poder de decisão; a fragmentação de instâncias e sua articulação; os problemas relativos à pluralidade dos interesses representados; as assimetrias de recursos dos participantes, dentre outros. Nota-se ainda, que significativa parte destes espaços volta-se mais para a gestão e acompanhamento das políticas do que para decisões referentes à formulação de políticas. Ao lado disso, apresentam-se também dilemas e problemas por parte da sociedade civil, como a capacidade mobilizatória, o equacionamento da legitimidade das representações, a preservação da autonomia dos movimentos e organizações sociais, dentre outras questões que têm sido abordadas na literatura (BRASIL, 2007).

Ou seja, o que se tem notado é que tanto os alcances quanto os problemas da participação nos processos decisórios dependem, de um lado, da sociedade civil e de sua disposição em participar e, de outro, dependem das inúmeras variáveis que caracterizam os arranjos institucionais estabelecidos nas instâncias institucionalizadas de participação.

Algumas destas variáveis são discutidas por Fung (2004a), que, em sua abordagem dos desenhos institucionais democráticos, propõe que algumas características institucionais das instâncias de

participação – definidas pelo autor como uma modalidade de “minipúblico” – possuem uma relação direta com seu funcionamento. Algumas das variáveis institucionais sugeridas pelo autor são: as concepções e tipos de minipúblicos; a seleção e recrutamento de participantes; as apostas (qual o nível de interesse dos participantes com relação ao tema); o empoderamento (a capacidade das deliberações de influenciarem a decisão pública). Nessa perspectiva, reafirma-se que a sustentação da participação cidadã depende da sociedade civil, mas, também, da vontade política e das características institucionais das instâncias participativas.

## 1.2 A participação no Brasil contemporâneo e a experiência dos conselhos

A partir do processo de redemocratização do País e da mobilização de atores sócio-políticos no período, a Constituição Federal de 1988 expressa um conjunto de avanços relativos à descentralização, aos direitos sociais e à democratização das relações entre Estado e sociedade, garantindo a participação dos cidadãos nas políticas e na gestão pública. No que se refere à participação, o texto constitucional prevê vários mecanismos de participação, tais como a iniciativa popular, os conselhos de gestão e serviços públicos, o plebiscito, as consultas e audiências públicas, o referendo. Com efeito, há o acolhimento da democracia e da cidadania, o que significa que, como Estado Democrático de Direito, o Estado Brasileiro contém uma ordem jurídica com mecanismos de controle da Administração, através de instrumentos e processos democráticos que refletem formas legítimas do exercício de cidadania.

A legislação infra-constitucional subsequente nos diversos campos setoriais das políticas públicas aprofunda estes avanços. No caso das políticas urbanas, o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) remete à gestão democrática das cidades por meio de instâncias de participação (dentre as quais os órgãos colegiados), bem como requer a participação dos cidadãos no planejamento urbano e na elaboração de planos diretores.

É relevante notar que os avanços cunhados na CF/88, bem como no Estatuto da Cidade, podem ser atribuídos em larga medida à mobilização e atuação de atores coletivos. Dentre estes atores coletivos destaca-se especialmente o Movimento Nacional de Reforma Urbana (no contexto da Assembléia Constituinte) que se rearticula como Fórum Nacional de Reforma Urbana no momento posterior, com uma ampla composição de movimentos de moradia, associações de cunho distintos, ONGs, dentre outros. Este

atuou, dentre outras frentes, em prol da aprovação do Estatuto da Cidade, cujo conteúdo substantivo em grande medida reflete a plataforma de reforma urbana, voltada para o direito à moradia e à cidade, para a função social da propriedade e da cidade e para a gestão urbana democrática (BRASIL, 2005).

Sobretudo nos anos 1990, a participação cidadã nas políticas públicas amplia-se de forma significativa, mediante a criação de instâncias de participação de diferente natureza, como os conselhos municipais, o orçamento participativo, as conferências, as audiências públicas, dentre outros arranjos que se multiplicaram no País. A maior parte destas instâncias de participação articula mecanismos de deliberação e de representação. Obviamente, a ampliação destas formas de participação não significa a supressão dos espaços informais e da atuação democrática da sociedade civil, sob diversas formas de ação coletiva.

Os conselhos<sup>5</sup> constituem o tipo de arranjo mais difundido, dentre os que têm sido implementados para possibilitar a participação dos cidadãos nas políticas públicas, caracterizando-se como órgãos administrativos colegiados, de composição híbrida, com representantes da sociedade civil e do poder público. De forma geral legalmente instituídos, os conselhos podem se distinguir por algumas características referentes ao desenho institucional: o caráter (deliberativo ou consultivo ou ambos); as competências; a composição; a forma de recrutamento dos representantes; a existência do fundo e a periodicidade das reuniões, dentre outras variáveis.

Tatagiba (2002) distingue os conselhos em três tipos, a saber: os conselhos de programas (vinculados aos programas governamentais); os conselhos de políticas com o papel gestor (ligados às políticas públicas mais estruturadas ou concretizadas em sistemas nacionais) e os conselhos temáticos (não possuem vinculação imediata a um sistema ou legislação nacional e, na esfera municipal, existem por iniciativa local ou mesmo estímulo estadual). Neste sentido, Brasil (2005) assinala que os conselhos gestores de políticas públicas prevalecem no cenário dos governos locais do País, devido aos próprios dispositivos da CF/88 ou de legislação federal complementar subsequente aprovada que impõem ou incentivam fortemente sua criação.

No caso do CDDM, em foco neste trabalho, trata-se de um conselho que é oriundo de obrigatoriedade legal, assim como exigem as Leis Complementares n. 88 e n. 89, ambas de 12 de janeiro de 2006.

<sup>5</sup> Dentre um universo vasto de trabalhos recentes que têm abordado sob perspectivas teóricas e analíticas distintas os conselhos ver Gohn (2000); Santos Junior; Azevedo e Ribeiro (2004); Avritzer e Pereira (2005).

## 2. A gestão metropolitana e os seus dilemas no contexto brasileiro

Como tem sido amplamente abordado na literatura, o processo de urbanização brasileiro ocorreu de forma intensa, rápida e desigual, sobretudo no período entre os anos 1960 e 1980. Historicamente, este processo não foi acompanhado pela distribuição igualitária dos benefícios e oportunidades oferecidos pelo avanço industrial e econômico do país. A urbanização no Brasil caracteriza-se, assim, historicamente, por processos de periferização e de metropolização, pelo alto grau de informalidade, pela baixa qualidade ambiental, por desigualdades sócio-espaciais ao lado de dinâmicas de exclusão e segregação sócio-espacial.

Em 1967, a questão metropolitana foi incluída na Constituição Federal (CF/67) do mesmo ano, que assegurou a institucionalização de regiões metropolitanas. Mas, apenas em 1973 as regiões metropolitanas foram instituídas, mediante a Lei Complementar n. 14, que estabeleceu 8 (oito) regiões metropolitanas no Brasil e também previu, para cada uma das 8 (oito) regiões, uma gestão metropolitana composta por um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo. Entretanto, o Conselho Consultivo não tinha poder efetivo, em contrapartida, as decisões do Conselho Deliberativo tinham força de lei, sem, contudo passarem por um processo legislativo regular no nível estadual e, tampouco, no nível municipal (FERNANDES, 2006).

Nos termos da CF/88, os municípios, ao lado dos Estados e da União, constituem entes federados autônomos e têm suas competências e atribuições largamente ampliadas. Contudo, a despeito da autonomia política, administrativa e financeira que o texto constitucional confere aos municípios, deve-se ressaltar a sua heterogeneidade, que conforma um quadro de desigualdades e de assimetrias, implicando sérios óbices para o cumprimento de seus novos papéis. Tendo em vista a estrutura tributária, especialmente o âmbito fiscal pode ser problematizado, posto que grande parte dos municípios depende fundamentalmente dos repasses dos fundos (CARNEIRO; BRASIL, 2007).

Em relação ao ordenamento territorial e desenvolvimento urbano, a autonomia municipal foi ampliada, de forma que constituem os responsáveis centrais pelo equacionamento da questão urbana em seus territórios. Aqui se deve notar que alguns problemas no campo destas políticas configuram-se como supra-municipais no caso de parte dos municípios metropolitanos que apresentam um maior grau de comprometimento com o processo de metropolização. O conjunto destes municípios, impactados de forma distinta por estes processos

(arcando com ônus e não com benefícios em alguns casos) apresenta recursos e capacidades distintas para o enfrentamento de seus problemas (FJP, 1999).

Ao lado disso, na CF/88 os governos estaduais colocam-se como responsáveis pela criação de regiões metropolitanas bem como pelo desenvolvimento de políticas regionais. Portanto, é relevante observar que neste contexto as regiões metropolitanas não constituem entes de natureza política, mas administrativa. Deve-se observar que de forma distinta de outros campos setoriais de políticas, a CF/88 não avança em relação ao estabelecimento de arranjos ou mecanismos de cooperação intergovernamental e o Estatuto da Cidade não chega a avançar significativamente neste aspecto, nem no tratamento da questão metropolitana.

Inúmeros dilemas e questões se colocam a partir deste contexto, relativos à cooperação e à coordenação intergovernamental, que remetem aos dilemas clássicos da ação coletiva e apontam para possibilidades de modelos distintos de equacionamento da questão metropolitana, com maior ênfase na cooperação horizontal ou, de outro lado, em mecanismos de coordenação.

Neste sentido, pode-se destacar a tensão autonomia municipal versus o necessário cumprimento do papel dos governos estaduais, como indutores da cooperação intermunicipal e no equacionamento pactuado das formas de planejamento metropolitano. Apresentam-se, assim, complexos desafios relativos à construção de arranjos endereçados às formas de cooperação e de coordenação, que não percam de vista a autonomia municipal, tampouco a natureza supra-municipal dos problemas decorrentes da inserção metropolitana, as assimetrias e desigualdades entre os municípios e o papel dos governos estaduais.

### 2.1 A questão metropolitana no contexto mineiro

O Estado de Minas Gerais, através da Lei n. 6303/74 regulamentou a RMBH, composta por 14 municípios<sup>6</sup>. Além disso, a citada Lei cria, sob a forma de uma autarquia estadual, um órgão gestor de planejamento metropolitano da RMBH denominado Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL). Diversos aspectos favoreceram o fortalecimento de tal órgão: no plano econômico, um período com taxas de crescimento significativo no âmbito nacional e, em particular, no Estado e na

<sup>6</sup> São eles: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

Região. No plano político, o controle e repressão das manifestações da sociedade civil contrárias ao regime, o esvaziamento do poder municipal e do legislativo nas três esferas de governo. Outro aspecto que deu grande prestígio ao órgão foi sua contemplação pela função de intermediador de recursos do governo federal aos órgãos setoriais e municípios (AZEVEDO; GUIA, 2000).

Com a retomada do regime democrático, observa-se o enfraquecimento do PLAMBEL, podendo-se citar como um possível elemento que contribuiu neste sentido a ausência de previsão constitucional de mecanismos de cooperação tendo em vista formas de gestão metropolitana. Nesta linha, de acordo com Fernandes (2006, p.365, 366), o processo constituinte foi marcado por um movimento de “municipalismo a todo custo” e não democratizou nem melhorou o arranjo intergovernamental cooperativo da gestão metropolitana.

Em 1989, promovem-se alterações na estrutura administrativa da RMBH e o PLAMBEL é excluído das modificações quando, com a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais (CEMG/89), as questões metropolitanas passam a ser atribuídas a uma Assembléia Metropolitana (AMBEL). Enfraquecido, o órgão é extinto em 1996, mediante a Lei Estadual n. 12.153. Apesar de formalmente contar com uma ampla representação dos municípios, na prática a AMBEL não se mostrou eficiente, nem capaz de processar adequadamente as diferentes reivindicações dos municípios de âmbito regional (AZEVEDO; GUIA, 2000).

Após a extinção do PLAMBEL ocorreu um esvaziamento do efetivo planejamento metropolitano em Minas, embora a CEMG/89 tenha avançado no tratamento da questão metropolitana. Posteriormente, em 1993, com a Lei Complementar n. 26 de 14 de janeiro, a composição da RMBH começou a ser alterada e novos municípios foram integrados à Região. No momento atual, devido a Lei Complementar n. 63, de 10 de janeiro de 2002, a RMBH é composta por 34 municípios.

## 2.2 O atual arranjo da gestão metropolitana

Em 2004, ocorre um esforço preliminar do Estado de Minas Gerais na retomada do planejamento e da gestão metropolitanos, com a promulgação da Emenda à Constituição Estadual n. 65, que alterou a sua estrutura. Em seguida, as Leis Complementares n. 88 e n. 89, de janeiro de 2006, estabeleceram o novo arranjo institucional para a gestão e planejamento da RMBH, que possui as seguintes instâncias: Agência

de Desenvolvimento Metropolitano (ADM), Assembléia Metropolitana (AM) e Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM). São instrumentos do arranjo: o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI). Os quadros 1 e 2 (p.13) demonstram o atual arranjo metropolitano e as funções/atribuições de cada órgão/instrumento, em linhas gerais.

A Agência de Desenvolvimento da RMBH foi recentemente criada, através da Lei Complementar n. 107, de 12 de janeiro de 2009, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDRU) na forma de autarquia territorial e especial, com caráter técnico e executivo para fins de planejamento, assessoramento e regulação urbana, viabilização de instrumentos de desenvolvimento integrado da RMBH e apoio à execução de funções públicas de interesse comum. A Agência possui autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica de direito público, cujo prazo de duração é indeterminado. A Agência é dirigida por uma Diretoria Colegiada, conforme indicado no quadro 1.

Os cargos de direção superior e os titulares das unidades administrativas são de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, mas para sua escolha houve um processo de pré-qualificação, por meio de uma comissão avaliadora nos termos do Decreto n. 45.037/2009. A comissão avaliou os profissionais postulantes e indicou nomes para nomeação de diversos postos. No caso do cargo de Diretor-Geral, a Comissão de Pré-Qualificação encaminhou os nomes dos profissionais pré-qualificados ao Conselho Deliberativo Metropolitano. Em fevereiro deste ano, o CDDM elegeu a lista tríplice, que foi encaminhada para o governador escolher um nome e encaminhá-lo à ALMG.

A primeira diretoria da Agência foi empossada em abril deste ano e sua atuação ainda demonstra-se incipiente para avaliação e, enquanto sua instalação não ocorre efetivamente, tem cabido à SEDRU prestar apoio logístico e operacional à Agência RMBH. Entretanto, algumas questões já são levantadas quanto à atuação da Agência, tais como: as atribuições da Agência e da SEDRU em relação ao planejamento e gestão metropolitanos e as possíveis sobreposições.

No caso da Assembléia Metropolitana, de acordo com seu Regimento Interno, esta deve se reunir ordinariamente, independentemente de convocação, uma vez por ano. Desta forma, ocorreram três reuniões ordinárias da Assembléia, que está em funcionamento desde 2007. Houve também uma reunião extraordinária em 2008 para definição das macrodiretrizes do Plano Diretor Metropolitano. Em to-

Quadro 1: Órgãos do arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Órgão	Composição	Atribuições Gerais
Assembléia de Desenvolvimento Metropolitano	4 representantes do Poder Executivo Estadual; 1 representante da ALMG; 34 prefeitos da RMBH; 34 presidentes das Câmaras Municipais da RMBH;	Definir as macro-diretrizes do planejamento global da região metropolitana; Vetar os votos válidos na Assembléia, resolução emitida pelo Conselho Deliberativo.
Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano	5 representantes Poder Executivo Estadual; 2 representantes ALMG; 2 representantes do município de Belo Horizonte; 1 representante do município de Contagem; 1 representante do município de Betim; 3 representantes dos demais municípios da RMBH; 2 representantes da sociedade civil.	Deliberar sobre os recursos destinados ao financiamento de projetos indicados no Plano Diretor da RMBH; Fixar diretrizes e aprovar o cronograma de desembolso dos recursos do Fundo Metropolitano; Acompanhar a execução do Plano Diretor da RMBH; Planejar e controlar a execução de funções públicas de interesse comum.
Agência de Desenvolvimento da RMBH	I - Unidade Colegiada II - Direção Superior III - Unidades Administrativas: a. Gabinete; b. Procuradoria; c. Assessoria de Comunicação; d. Assessoria de Apoio Administrativo; e. Auditoria Seccional; f. Diretoria de Informação, Pesquisa e Apoio Técnico; g. Diretoria de Planejamento Metropolitano; h. Diretoria de inovação e logística; i. Diretoria de Regulação Metropolitana. IV - Observatório de Políticas Metropolitanas	Elaborar e propor o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como promover a execução das metas e das prioridades estabelecidas pelo mesmo; Fornecer suporte técnico e administrativo à Assembléia Metropolitana e ao Conselho Deliberativo; Proceder aos diagnósticos da realidade local e de âmbito metropolitano, com vistas a subsidiar o planejamento metropolitano.

Fonte: Informações básicas: referência completa das Leis Complementares n. 88 e n. 89 de janeiro de 2006.

Nota: (a) ALMG: Assembléia Legislativa de Minas Gerais; (b) RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quadro 2: Instrumentos do arranjo institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Instrumento	Gestores	Objetivos Gerais
Fundo de Desenvolvimento Metropolitano	1 representante do órgão gestor - Sedru; 1 representante da Seplag; 1 representante do agente financeiro - BDMG; 1 representante da SEF; 2 representantes da região metropolitana a serem indicados pelo respectivo CDDM	Financiamento da implantação de programas de projetos estruturantes; Realização de investimentos relacionados a funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas do Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de cada região metropolitana.
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado	O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deve ser elaborado e proposto pela Agência da RMBH juntamente à Sedru, já sua execução deve ser acompanhada pelo CDDM, pela Agência e Sedru.	O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado conterà as diretrizes do planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social relativas às funções públicas de interesse comum

Fonte: Informações básicas: referência completa das Leis Complementares n. 88 e n. 89 de janeiro de 2006.

Nota: (a) RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte; (b) Sedru: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; (c) Seplag: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais; (e) BDMG: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; (d) SEF: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais; (e) CDDM: Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

das as reuniões da Assembléia foi possível perceber escassez e regressividade do quorum<sup>7</sup>, o que parece demonstrar o escasso interesse dos municípios nas reuniões do novo órgão.

Os instrumentos de gestão do arranjo metropolitano, o PDDI e o FDM, ainda estão em uma fase extremamente inicial e de estruturação. O art. 4º da Lei Complementar n. 107/2009 prevê a elaboração do PDDI pela Agência, porém a contratação do Plano está sendo discutida e negociada pela SEDRU, tendo em vista que a Agência foi recém implantada. Esta questão vem sendo questionada e discutida em todas as reuniões pelos membros do Conselho. Já o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, em um primeiro momento foi previsto pela CEMG/89, depois regulamentado pela Lei Complementar Estadual n. 49/1997 e atualmente é regido pela LC n. 88/2006 e pelo Decreto n. 44.602/2007. Um Grupo Coordenador foi estruturado e o Fundo tem sido alvo de estudos<sup>8</sup>.

Em síntese, é possível perceber no caso da Assembléia, seu potencial de negociação e pactuação intergovernamental, ao lado do caráter consultivo e regulador e, no caso da Agência, o caráter técnico e gerenciador. O desenho institucional do Conselho, assim como seu funcionamento atual, será analisado na seção seguinte, mas pode-se antecipar algumas características do seu desenho institucional, como seu caráter deliberativo; seu objetivo de planejar e

gerir a RMBH; a previsão de reuniões regulares e sua composição híbrida. Ao CDDM é reservado um papel relevante no arranjo metropolitano, não prescindindo, contudo, do funcionamento da Assembléia e Agência, e da concretização dos instrumentos previstos, observando-se a necessidade do FDM obter recursos suficientes para se manter e para viabilizar seus projetos.

### 3. O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (CDDM)

Situado o CDDM no novo arranjo de gestão metropolitana, passa-se à análise de seu desenho. A análise considerou como ponto de partida as variáveis propostas por Fung (2004a), que são: propósito e concepção; recrutamento e seleção dos participantes; tema da deliberação; modo deliberativo; recorrência das reuniões; grau das apostas e empoderamento. Essas variáveis foram examinadas a partir de cinco elementos, a saber: o caráter do órgão e suas atribuições; sua composição; a periodicidade das reuniões; seu funcionamento e, por fim, seu pilar financeiro.

Em seguida, foi realizada uma análise da participação como consequência do desenho, destacando-se que só é possível extrair algumas considerações incipientes, já que o funcionamento do Conselho é recente.

O CDDM, inscrito no novo arranjo voltado para a gestão da RMBH, pode ser considerado um esforço voltado para a participação e deliberação pública sobre a questão metropolitana. No dia 11 de dezembro de 2007 foram inauguradas as atividades do CDDM, que conseguiu agrupar quase a totalidade dos membros eleitos a titulares e a suplentes e vários outros participantes, que assistiram a reunião e contribuíram com o levantamento de questões e pontuações específicas. As reuniões de 2008 e 2009 aconteceram como prevê a Legislação – de dois em dois meses – e em todas elas foi agrupada a maioria dos delegados e outros participantes, assim como será indicado a seguir.

#### 3.1.1 Caráter e atribuições

Conforme seu Regimento, o CDDM da RMBH é um “órgão colegiado de caráter deliberativo”. Essa característica deliberativa do Conselho Metropolitano o aproxima da concepção denominada por Fung (2004a, p.177) de “governança democrática participativa”, uma vez que tem em vista incorporar as vozes dos cidadãos na determinação das agendas políticas, colocando a possibilidade de favorecer as opiniões daqueles em desvantagem.

As finalidades do Conselho Metropolitano

<sup>7</sup> Em 27 de dezembro de 2007, na primeira reunião da Assembléia, compareceram 35 de seus 73 titulares (menos de 50% dos membros). Em 07 de abril de 2008 compareceram 20 de seus titulares (menos de 30% dos membros). Em 09 de julho de 2008, na reunião extraordinária em que foram discutidas as macro diretrizes do Plano Diretor Metropolitano, compareceram 9 membros (menos de 15% de seus titulares). Em sua última reunião, em 31 de março de 2009 compareceram 24 titulares (cerca de 33% dos membros). A média do quorum nas reuniões da Assembléia é de 22 titulares, isto é, 30% de seus membros com direito a voto comparecem.

<sup>8</sup> A partir do que dispõe o inciso I do art. 21 da LC n. 88/2006 quanto à arrecadação dos recursos para o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (50% dos recursos devem vir do Estado e os outros 50% dos Municípios que integram a região metropolitana, proporcionalmente à receita corrente líquida de cada Município), a Sedru realizou um trabalho sobre a contribuição de cada município para o FDM. O estudo tornou clara a discrepância econômica entre os municípios membros da RMBH. Por exemplo, se o Fundo arrecadasse 2 (dois) milhões de reais no ano, os municípios teriam de contribuir com 1 milhão de reais, o que significaria 0,018% da receita líquida de cada município. Com isso, Belo Horizonte contribuiria com mais de 560.000 reais, o que corresponde a mais de 56% dos recursos arrecadados pelos municípios, Contagem e Betim contribuiriam com mais de 100.000 reais cada e diversas cidades, como Rio Manso, Taquaraçu de Minas e Florestal, contribuiriam com menos de 1.500 reais, o que corresponde a menos de 1,5% dos recursos arrecadas pelos municípios.

(citadas no quadro 1) devem ser cumpridas através de uma gestão compartilhada, isto é, o que se delibera no CDDM deve ser considerado na formulação e execução de política pública. Esse esquema de governança permite sugerir, a partir do quadro analítico de Fung (2004a), que o CDDM, em tese, possui empoderamento, já que suas deliberações teriam capacidade de influenciar a decisão pública. As funções do Conselho têm em vista o desenvolvimento metropolitano, uma vez que atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política metropolitana da RMBH, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Sua composição é híbrida (como demonstra o quadro 1), o que permite o encontro de diferentes visões e perspectivas sobre a RMBH, reunindo participantes com panoramas distintos ou mesmo antagônicos sobre o mesmo assunto.

As atas das reuniões do CDDM indicam uma fase ainda inicial de debates. Tem-se captado conhecimentos, dividido experiências, preparado e estruturado as necessidades e prioridades, o que oferece aos planejadores justificações e esclarecimentos, mas não muita direção. Porém, o intuito do Conselho Metropolitano é ser um órgão capaz de solucionar problemas concretos, o que exige a fase inicial cognitiva pela qual o CDDM está passando.

### 3.1.2 Composição

Foi estipulado pela LC n. 89/2006 e reafirmado pelo Regimento Interno do Conselho que o CDDM teria o número de participantes limitados que pudessem representar o Poder Estadual, o Poder Municipal, o Poder Legislativo Estadual e a sociedade civil, com os respectivos suplentes. No dia 21 de agosto de 2007, na I Conferência Metropolitana da RMBH, foram eleitos os titulares e suplentes do Conselho Deliberativo.

Existe uma nítida desigualdade no Conselho entre o número de representantes dos municípios da RMBH (dois representantes para o município de Belo Horizonte, um representante para cada município de Contagem e Betim e três representantes para os demais 31 municípios da RMBH), o que foi justificado pela faixa populacional dos municípios da região, uma vez que os demais 31 municípios da Região representam 33% da população da RMBH<sup>9</sup>. Essa desigualdade de representação entre os municípios, em tese, pode ser compensada na Assembléia - órgão que possui o poder de vetar as decisões do

Conselho e onde cada município da RMBH possui um representante. Em face deste arranjo no Conselho, com apenas três representantes dos demais municípios, os mecanismos de representação constituem chaves para o funcionamento do Conselho.

No mesmo sentido, as lógicas de representação se colocam como relevantes no que se refere à participação da sociedade civil, cabendo questionar se o número de assentos e critérios de definição de representantes refletiria os eixos de conflitos em relação à questão metropolitana e asseguraria a participação de segmentos tradicionalmente excluídos.

Em relação à composição, contudo, a representação da sociedade civil é clara, o que foi discutido em todas as dez entrevistas, ressaltando-se que 60% dos entrevistados acreditam que a ampliação de delegados representantes da sociedade civil deve ocorrer para o aumento da qualidade das deliberações. Acerca dessa discussão, um dos entrevistados, representante da sociedade civil, afirma que “a composição reflete um receio do Estado da participação social efetiva, talvez pelo medo de ele perder o controle da situação ou por medo das inquietações políticas”. Por outro lado, mas também entrevistado representante da sociedade civil, encontramos: “a participação social ficou reduzida para que o Conselho não ficasse gigante e difícil de se reunir”.

Independente do motivo, a fraca representação da sociedade civil levou vários segmentos sociais a se unirem em reuniões periódicas e informais para discutirem as demandas a serem levadas para o CDDM pelos dois titulares e dois suplentes. Esses diferentes setores da sociedade civil formaram um colegiado, que é composto por 20 membros e, mesmo extra-oficialmente, disponibilizam um apoio técnico ao CDDM. Os segmentos sociais que compõem o Colegiado são: entidades sindicais de trabalhadores; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades representantes de empresários; organizações não-governamentais e movimentos sociais e populares.

Os participantes do colegiado se reúnem periodicamente. Nas reuniões os diversos setores da sociedade civil discutem questões metropolitanas e definem quais delas são prioridades e devem ser levadas ao Conselho. O próprio colegiado decidiu que os conselheiros representantes da sociedade civil devem se revezar a cada ano da seguinte maneira: os titulares cedem lugar para seus suplentes, que terão novos sucessores (suplentes). Com relação ao órgão extra-oficial, um dos conselheiros, entrevistado representante da sociedade civil, ressalta que “a fraca representação da sociedade civil no Conselho tornou forte a mobilização. Através do colegiado foi possível unificar diretrizes de pensamentos, já que cada seg-

<sup>9</sup> Betim e Contagem representam juntos 18% da população da RMBH e Belo Horizonte representa 49% da população da Região.

mento queria levar uma questão para o Conselho e, ao fazer propostas, foram gerados consensos”.

Ainda a partir de um dos conselheiros representante da sociedade civil, tem-se a afirmação de que “o colegiado é uma peça chave para a sociedade civil, pois é necessário captar informações sobre os vários assuntos, dos vários segmentos para chegar ao conselho com uma boa bagagem, pautado para fazer uma boa interferência e, independente do segmento que representa, poder discutir e defender as questões”. Outro participante, representante da sociedade civil, vai mais além ao se referir ao órgão extra-oficial: “apesar de o colegiado não existir legalmente, sua composição é muito técnica e seus membros fazem intervenções bastante pertinentes, o que traz medo para o Estado, uma vez que ele não consegue lidar com a dinamicidade da sociedade civil”. Ao lado disso, um representante do Executivo Estadual diz: “o que temos visto nas reuniões do colegiado é uma vontade muito grande de se buscar soluções compartilhadas”.

A mobilização da sociedade civil e a constituição deste colegiado informal, que tem definido diretrizes e demandas sociais diversas para apresentar ao Conselho Metropolitano, representam um avanço. Neste aspecto devem ser consideradas as dificuldades de mobilização e articulação da sociedade civil em torno da questão metropolitana, que não tem se constituído como objeto mais expressivo de mobilização. Isto pode ser associado a fatores de natureza diversa, dentre os quais às lógicas de localização residencial, desigualdades e processos de segregação sócio-espacial até fatores institucionais, como o caráter administrativo das regiões metropolitanas e a maior autonomia e proximidade dos governos locais com os cidadãos.

Ressalta-se ainda, que as reuniões do Conselho da RMBH são abertas a todos que desejam assistí-las e delas participar. Apenas têm direito ao voto os participantes titulares e, em sua ausência, seus suplentes, que, de fato, têm-se demonstrado tão presentes nos encontros quanto os seus titulares, como mostra o gráfico ao lado. A média de conselheiros presentes nas reuniões é 17 membros, dos quais apenas 16 têm direito a voto.

O gráfico demonstra que em todas as reuniões

o número de conselheiros presente excedeu o número de conselheiros com direito a voto, o que sugere que existe interesse dos órgãos representados pela questão metropolitana. O gráfico sugere ainda que as primeiras reuniões apresentaram um número maior de participantes. Esse interesse, porém, poderia ser ampliado se o número de conselheiros representantes dos municípios e da sociedade civil fosse ampliado e na medida em que a questão metropolitana venha a se constituir mais amplamente como um mote de mobilização. Esses fatores podem ser apontados como possíveis dificuldades da participação da sociedade civil no Conselho Metropolitano da RMBH.

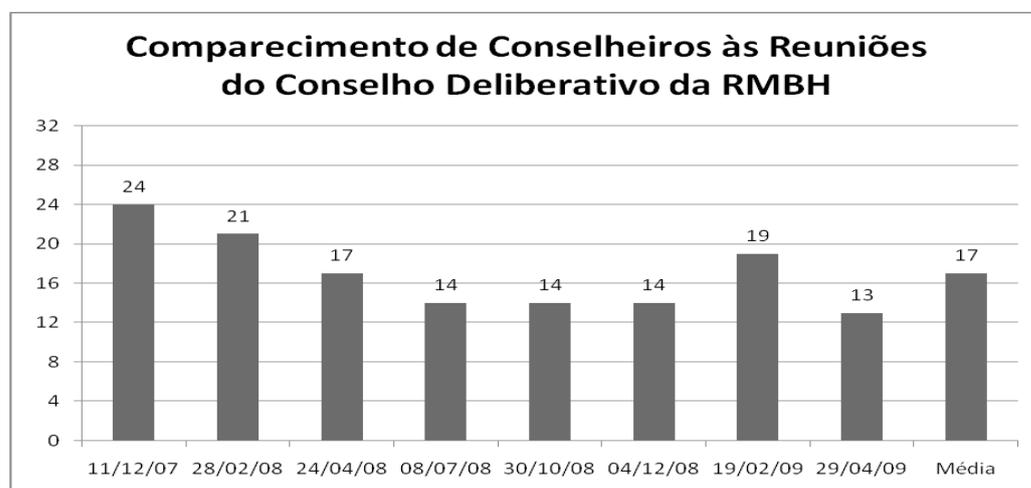
### 3.1.3 Periodicidade das reuniões

Fung (2004a) afirma que deve ser avaliada a necessidade da frequência das reuniões e, sendo o minipúblico voltado para a governança democrática, este deve se reunir regular e frequentemente. Pode-se sugerir que o funcionamento regular contribui para as aprendizagens coletivas que estas instâncias propiciam e para o fortalecimento destes espaços.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho foi estipulado que este deverá se reunir ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros. Quanto a essa questão, no caso do CDDM, cujo funcionamento é ainda inicial, deve-se destacar como ponto positivo o estabelecimento da regularidade das reuniões e a possibilidade de uma frequência maior posta no regulamento.

### 3.1.4 Funcionamento do órgão deliberativo

Acerca do funcionamento destes espaços, Fung (2004a, p.181) faz referência sobre o nível das apostas dos participantes, que se reflete através de delibe-



Fonte: Dados básicos: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru).

rações “frias” ou “quentes”. As últimas teriam um alto nível de qualidade, o que as torna mais sustentáveis ao longo do tempo, já que os participantes investiram energia, tempo e conhecimento nas discussões.

Além das atas indicarem, houve unanimidade entre os entrevistados acerca da fase inicial em que o Conselho se encontra. Todos os entrevistados afirmaram que ainda é muito precoce afirmar que as deliberações do órgão possuem influência nas políticas públicas. O que atualmente se constata é um processo de debates e de negociações em torno de idéias e perspectivas para, então, se chegar a decisões que influenciem as agendas públicas. Neste sentido, um dos entrevistados, representante do governo, afirma que “ainda é muito cedo para afirmar se o Conselho tem ou não suas deliberações contempladas nas decisões públicas, uma vez que a atual conjuntura é de organização, de preocupação com o planejamento”.

Apesar da fase inicial do CDDM, não se pode afirmar que suas deliberações são frias

e, conseqüentemente, suas apostas são baixas. Ao contrário, estão sendo apresentados projetos, discutidos empreendimentos de impacto e esclarecidas dúvidas, o que é um processo necessário, já que o Conselho pretende ser efetivamente um órgão gestor da RMBH. Nesse contexto está ocorrendo discussões e deliberações “moderadas” acerca do planejamento da região, o que sugere certo nível de interesse dos participantes com relação à questão metropolitana.

### 3.1.5 Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM): um pilar possível

É parte essencial do CDDM o Fundo, uma vez que as decisões tomadas no Conselho poderão se tornar realidade através dos recursos do FDM, que viabilizará as ações, os planos e as demais decisões firmadas no Conselho. O FDM, porém, ainda não está em funcionamento.

Quanto ao fato de instâncias de participação não possuírem um aporte financeiro, alguns autores, como Tatagiba (2002) e Gohn (2000) acreditam que isso pode enfraquecer a atuação e credibilidade da esfera participativa, que toma decisões, mas não produz resultados efetivos.

A maioria dos entrevistados (6 deles) mencionou a importância do funcionamento do FDM e da Agência para o fortalecimento do CDDM. O conselheiro representante da sociedade civil afirma em entrevista realizada que “o Fundo deve ser organizado, caso contrário não apenas o Conselho, mas todo o arranjo perderá credibilidade e desaparecerá, assim como ocorreu com os demais órgãos de gestão metropolitana elaborados no passado”. Diante dessa realidade, o funcionamento do FDM torna-se urgente,

uma vez que há uma visível distribuição desigual dos benefícios e oportunidades decorrentes da urbanização e metropolização. Para tanto, é necessário que os programas e projetos financiados pelo Fundo sejam realmente relacionados à interesses comuns da RMBH, o que também requer diretrizes democraticamente estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região.

### 3.2 Conseqüências das características institucionais do CDDM

O CDDM tem atraído a atenção de inúmeros especialistas, técnicos, pesquisadores, estudiosos. Estima-se que, desde sua instalação, o Conselho tenha recebido em suas reuniões cerca de 240 pessoas. Em termos percentuais esse número pode parecer irrelevante – menos de 0,004% da população da RMBH<sup>10</sup> –, mas algumas considerações devem ser feitas.

Em primeiro lugar, o órgão está em sua fase inicial, o que significa que ainda não obteve a total confiança dos participantes, logo, enquanto o Conselho não gerar resultados efetivos para a RMBH, o número de participantes não será muito além do atual. Segundo, pode-se supor que para a grande maioria da população a questão metropolitana é mais abstrata do que os problemas locais, isto é, a questão metropolitana não tem sido constituída como um objeto privilegiado de mobilização<sup>11</sup>. Em terceiro lugar, um grande número de participantes não significa que as deliberações serão proveitosas e conseqüentes.

Além dessas questões, podemos citar que óbvias características do desenho determinam um limite máximo de participantes, como o local das reuniões – sempre na capital mineira – assim como a determinação do número dos delegados, que possui direito a voto. Outro aspecto que deve ser considerado é a possibilidade de os organizadores do Conselho criar mecanismos para estimular a participação dos cidadãos. Sobre esse aspecto, podemos afirmar que a mobilização para a participação no CDDM ainda não se mostra bem sucedida.

A despeito da inclusão de representantes da sociedade civil, mostrou-se que o número de assentos reservados para esta esfera é reduzido e que os próprios conselheiros reconhecem esta insuficiência.

No que se refere aos municípios, é possível perce-

<sup>10</sup> De acordo com IBGE (2006), a RMBH possui 4.975.126 habitantes.

<sup>11</sup> Nesse sentido encontramos declarações de alguns entrevistados, como o representante da sociedade civil: “Infelizmente a questão metropolitana ainda não é um tema concreto. É possível observar, até em alguns conselheiros, a falta de consciência metropolitana, o que pode culminar no enfraquecimento das deliberações do Conselho”.

ber nas reuniões do CDDM discussões sobre questões metropolitanas, mas há uma grande tendência dessas discussões se aterem às questões originadas ou que surtem maior efeito nos municípios representados no Conselho, preferencialmente nas cidades de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Os representantes titulares dos demais municípios da RMBH também acabam enviesando suas discussões para seus municípios de origem, em detrimento das outras municipalidades que eles também deveriam representar. A desigual representação dos municípios no Conselho, em tese, parece ter sido compensada na Assembléia, que possui o poder de vetar as decisões do CDDM e cuja representação dos 34 municípios da RMBH é paritária. Porém, se as demandas dos municípios em desvantagem não forem contempladas no Conselho, nem mesmo chegarão à Assembléia.

A qualidade da deliberação também pode ser apontada como conseqüência funcional do desenho institucional. No CDDM, as opiniões dos participantes têm sido discutidas de forma ampla, nesta fase inicial, o que aponta para um potencial de deliberações inclusivas. A pauta da reunião, por exemplo, é escolhida pelos conselheiros, que sugerem e votam sobre o que será discutido na próxima reunião, o que pode corroborar para a qualidade da deliberação.

Outros fatores podem contribuir para o aumento da qualidade da deliberação no órgão, como a recorrência das reuniões e as apostas que podem ser na qualidade dos debates e na efetividade deliberativa. Nos processos de determinação de prioridades alguns conselheiros têm de abrir mão dos interesses que representam porque outros são considerados mais necessários. Por fim, o CDDM pode contribuir para a mobilização da sociedade civil em torno da questão metropolitana, em virtude da formação do colegiado, em que vários segmentos da sociedade civil se reúnem e escolhem quais questões devem ser levadas ao órgão metropolitano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetuada considerou o desenho institucional do CDDM e os possíveis efeitos na participação, que começam, ainda de forma incipiente, a se esboçar. O caráter do Conselho é deliberativo e, conseqüentemente, suas decisões devem influenciar diretamente a agenda pública. Porém, atualmente, suas reuniões são predominantemente consultivas, o que enfraquece sua capacidade de influir nas políticas públicas. Essas limitações são adversas ao desenho institucional e podem ser atribuídas à sua fase inicial e, ainda, ao fato de que o arranjo de gestão metropolitana não foi totalmente implementado.

Quanto à composição do Conselho, destaca-se que esta pretendeu abranger os diversos segmentos interessados na Região Metropolitana, podendo permitir o encontro de diferentes visões e perspectivas sobre a RMBH. Nota-se que esta pode ser aprimorada no sentido de representar mais amplamente os municípios e a sociedade civil.

A ampliação do número de representantes dos municípios e a adoção de critérios de representação, por meio, por exemplo, de variáveis sócio-espaciais e relativas ao grau de comprometimento metropolitano, poderia contribuir para a representação dos distintos perfis e interesses municipais.

Um ponto crucial de limitação da participação, que aqui retomamos, oriundo do desenho institucional do Conselho, é o número reservado para a sociedade civil e para os representantes dos segmentos societários tradicionalmente excluídos dos processos decisórios. Neste sentido, sua composição requer revisões com o objetivo de ampliar a representação da sociedade civil, uma vez que no arranjo geral implementado o CDDM seria a instância participativa. Contudo, destaca-se o avanço referente à mobilização da sociedade civil e a organização informal do colegiado, que, no mínimo, pode contribuir para o equacionamento das questões relativas à representação.

Acerca do funcionamento do Conselho, as características do órgão indicam que o CDDM poderá ter altas apostas, no entanto, até o presente momento, não se pode afirmar que isso aconteça, apesar de esforços nesse sentido. Ainda acerca do desenho do CDDM, o FDM representa o pilar financeiro do órgão, sem o qual o Conselho não conseguirá realizar seus projetos e ações deliberados, tampouco mobilizar a participação dos envolvidos. O não funcionamento do FDM representa uma ameaça para a sobrevivência do Conselho, uma vez que o aporte financeiro é crucial para as políticas metropolitanas.

Outras conseqüências das escolhas institucionais não foram consideradas devido à fase embrionária do Conselho. Entretanto, como pôde ser percebido nas análises, o desenho institucional proposto para o CDDM mostra-se em parte promissor quanto à participação social e à democratização da relação Estado-sociedade. No entanto, não se mostra suficiente para garantir a ampliação da participação. Nesse aspecto, revela-se importante o papel do Poder Público, que pode contribuir para a qualidade da participação no Conselho, por meio do aprimoramento do desenho; da provisão de informações no decorrer do processo, com o intuito de reduzir as assimetrias; da promoção de iniciativas de fortalecimento de capacidades de conselheiros e demais participantes e, sobretudo, da

garantia da efetividade decisória desta instância, o que requer vontade política de implementação das deliberações.

Para a sociedade civil, o desafio é de fortalecimento dos espaços públicos e processos de mobilização em torno da questão metropolitana, sem perder de vista a autonomia destes atores e suas articulações.

Cabe acompanhar estes processos de participação na sociedade civil e no Conselho.

Neste último caso, colocam-se como questões para abordagem mais aprofundada no decurso de seu funcionamento: a qualidade dos processos participativos e deliberativos, bem como de representação, se esta instância logra encampar os eixos de conflitos mais centrais em relação à questão metropolitana, e se resulta em efetividade na intervenção dos processos decisórios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. (1996). A moralidade da democracia. São Paulo, Perspectiva.
- \_\_\_\_\_; PEREIRA Maria de Lourdes Dolabela. (2005). “Democracia, Participação e Instituições Híbridas”. In: Teoria & Sociedade. Belo Horizonte, UFMG. Número Especial: “Instituições híbridas e participação no Brasil e na França”. pp.16-41.
- AZEVEDO, Sérgio; ANASTASIA, Fátima. (2002). Governança, “accountability” e responsividade. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/85-5.pdf>>. Acesso: 29 out. 2008.
- AZEVEDO, Sérgio; GUIA, Virgínia R. dos Mares (2000). A questão metropolitana no processo da reforma do Estado no Brasil.. Disponível em: <<http://crab.rutgers.edu/~goertzel/sergio.doc>>. Acesso em: 23 set 2008.
- BRASIL, Flávia de Paula Duque (2005) Sociedade civil e Reconstruções da Agenda das Políticas Urbanas Brasileiras. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2007). “A participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potenciais e desafios” In. FAHEL, M. e NEVES, J.(org). Gestão e Avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte, PUC-Minas.
- \_\_\_\_\_; QUEIROZ, Luiza Sabino (2009). A participação na gestão metropolitana: uma análise do novo arranjo institucional com foco no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR. XIII Encontro Nacional da ANPUR: Planejamento e Gestão do Território. Florianópolis, UFSC.
- CARNEIRO, Ricardo; BRASIL, Flávia. (2007). Descentralização, governos locais e gestão urbana: uma análise do Programa SOOMMA nos municípios mineiros. XXXI ENANPUR. Belém do Pará: Anais do XXXI Encontro Nacional da ANPUR.
- CHAMBERS, Simone. (2003). Deliberative Democratic Theory. Annual Review of Political Science, vol 6.
- DAGNINO, E. (2002). “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: DAGNINO, E. (Org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra.
- FARIA, Cláudia. (2008). O que há de radical na teoria democrática contemporânea: a análise do debate entre ativistas e deliberativos. In: VI Encontro da ABCP. (mimeo).
- FERNANDES, Edésio (2006). “O elo perdido: o desafio da gestão metropolitana”. In: ALFONSSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio. (Org). Direito urbanístico, estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte, Ed. Del Rey.
- FJP, Fundação João Pinheiro. (1999). A Reforma do Estado e as Políticas Urbanas: Descentralização administrativa de Metropolização da pobreza. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / CAPES.
- FUNG, A. (2004a). “Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências”. In: COELHO, Vera Schattan R. P.; NOBRE, Marcos (Org.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo, Letras.
- \_\_\_\_\_. (2004b). Democracy as a reform strategy. Disponível em: <<http://press.princeton.edu/chapters/s7762.pdf>>. Acesso em: 23 set 2008.
- \_\_\_\_\_. (2004c). Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy. Princeton University Press.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes (2000). O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf>>. Acesso em: 28 set 2008.

- HABERMAS, Jürgen. (1992). *Direito e democracia: entre facilidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2.
- IBGE (RJ). (2006). *Cidades*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 15 de setembro de 2008.
- NOBRE, Marcos. (2004). “Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução.” In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (Orgs) *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Editora 34.
- PATEMAN, Carole (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- QUEIROZ, Luiza Sabino (2008). *A participação na gestão metropolitana: uma análise do novo arranjo institucional com foco no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano*. Monografia (Curso Superior de Administração Pública). Belo Horizonte, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo (2002). “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; AZEVEDO, Sergio; RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. (2004). “Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil”. In. \_\_\_\_ *Governança Democrática e Poder Local*. Rio de Janeiro, Revan.
- TATAGIBA, Luciana (2002). “Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- TEIXEIRA, Elenaldo. (2000). *Sociedade civil e participação cidadã no poder local*. Salvador, UFBA.
- WARREN, Mark. (2002) What can participation mean today? In. *Political Theory*, vol 30, n.5.

# O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação

Por Luís Mendes

## RESUMO

Este artigo baseia-se na discussão e reflexão sobre as questões gerais inerentes ao paradigma marxista da Geografia e sua repercussão nos conceitos e metodologia que Neil Smith utiliza, desde o final da década de 1970 até ao presente, para compreender e analisar a gentrificação enquanto processo de reestruturação urbana. Vamos procurar interpretar este tema da geografia urbana à luz da contribuição de Smith, dentro do quadro geral de posições normativas da Geografia Crítica que explica a realidade social e espacial no âmbito da Epistemologia e da Filosofia da Ciência em geral.

**Palavras-chave:** Gentrificação, Geografia Crítica, Geografia Marxista, Estudos Urbanos, Neil Smith.

## ABSTRACT

This article is based on the discussion and reflection about the general issues inherent in the Marxist paradigm of Geography and its repercussion in the conceptualisation and methodology that Neil Smith has used, since the end of the 1970s until the present, to understand and analyse gentrification as a process of urban restructuring. We will thus seek to interpret the theme of urban geography in the light of Smith's contribution, within the framework of general normative positions of Critical Geography that explains the social and spatial reality within the Epistemology and the Philosophy of Science in general.

**Key-words:** Gentrification, Critical Geography, Marxist Geography, Urban Studies, Neil Smith.

## Luís Mendes

luis.mendes@ceg.ul.pt

*Instituto de Geografia e de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Mestre em Estudos Urbanos pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Investigador Permanente do Instituto de Geografia e de Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se na discussão e reflexão sobre as questões gerais inerentes ao paradigma marxista da Geografia e sua repercussão na conceptualização e metodologia que Neil Smith utiliza, desde o final da década de 1970 até o presente, uma contribuição de décadas que o autor representa para o desenvolvimento do estudo da gentrificação. A proposta deste trabalho é compreender e analisar o modo como, para este académico, a gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específico de produção, marcado pela reestruturação económica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível, que lhe é subsidiário. Discutiremos as características básicas deste paradigma que a geografia da reestruturação do espaço urbano de Neil Smith mobiliza para explicar a gentrificação. Portanto, vamos procurar interpretar este tema da geografia urbana à luz da contribuição de Smith, dentro do quadro geral de posições normativas deste movimento crítico que explicam a realidade social e espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e da Filosofia da Ciência em geral.

### 1. A gentrificação e a produção social do espaço urbano no plano das lutas de interesses e objectivos de classe

Uma discussão teórica acerca dos princípios marxistas que orientam o estudo da gentrificação não poderá menosprezar uma reflexão cara aos geógrafos radicais em geral, e a Neil Smith em particular, ao nível das categorias centrais associadas ao pensamento geográfico, como é a produção social do espaço e a relação sociedade-espaço. O conceito de produção social do espaço fica a dever-se à obra de referência de Henri Lefebvre (1974), cujo contributo influenciou de forma determinante o universo teórico marxista e a produção científica da teoria social, incluindo a dos geógrafos David Harvey, Neil Smith, Allen Scott e Edward Soja, entre muitos outros. O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção e mais à reprodução das relações sociais de produção que, diz o autor, constituiu o processo central e oculto da sociedade capitalista. E este processo é essencialmente espacial. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, mas no espaço como um todo. As relações espaciais são geradas logicamente, mas tornam-se dialetizadas através da atividade humana

no espaço e sobre ele. A produção do espaço urbano é desenvolvida aqui, dentro da perspectiva aberta pelo materialismo dialéctico. Ao propor a dialética socio-espacial, Richard Peet (1978) e Edward Soja (1980) têm apoiado, aperfeiçoado e desenvolvido as ideias básicas da visão lefebvriana, bem como Smith, princípio sempre presente na análise da reestruturação do espaço urbano.

O espaço urbano não é imutável. Tal como o sistema económico e social, ele transforma-se, pelo que as suas estruturas materiais e a organização mudam de feição. O sistema produtivo resulta da articulação dos elementos de produção, consumo, circulação ou distribuição e gestão. Todos estes elementos estão relacionados entre si e modelam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas localizadas, mas também pelas relações que mantêm, e que se articulam no espaço geográfico. Assim, as modificações na produção e apropriação do espaço urbano estão sempre associadas às dinâmicas globais da economia, isto é, ao modo de produção capitalista subjacente, funcionando, em simultâneo, como uma forma de expressão espacial destas (talvez a mais importante e visível) e, também, como um dos meios que possibilitam a sua sustentação. Portanto, o espaço não é uma entidade neutra, vazia de conteúdo social. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. É o princípio do espaço como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em construção, o espaço real como demarcação de práticas sociais precisas, realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é imprimida por uma sociedade concreta.

Neil Smith, o geógrafo crítico urbano que dedicou grande parte da sua carreira ao estudo da gentrificação, destaca nos seus textos uma clara perspectiva marxista pelo fato de, transversalmente aos argumentos que apresenta, supervalorizar com muita relevância a relação espaço-sociedade, a partir do desenvolvimento do conceito de modo de produção. À semelhança de Lefebvre (1974), também Smith nos seus escritos defende que cada sociedade, cada modo de produção, produz um espaço dominante, que lhe é próprio e que se sobrepõe a todos os outros. O espaço social (urbano) é produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade. Reforça-se a componente social na consubstanciação da análise geográfica. O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada e diferenciada, e cuja reprodução se

encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço.

Revisitar o conceito de espaço é, atualmente, fundamental. Primeiro porque as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é, projetam-se concretamente no espaço (Soja, 1989). Segundo, porque o encurtamento das distâncias, associado a uma importante compressão espaço-temporal, decorrente do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e transporte, estimula estratégias globais, sob o signo da reestruturação do sistema económico, no sentido de alterações na organização da produção assentes na desintegração vertical, fragmentação das linhas de montagem e desenvolvimento de estratégias de subcontratação (Harvey, 1989). Estas alterações são, em última análise, responsáveis pelo processo de gentrificação, pois estimulam a desconcentração do capital produtivo do centro para a periferia e estão na base da formação do “rent gap”, como veremos adiante.

Nesta perspectiva, surge a necessidade de superação da noção de espaço como mero produto social, apenas como palco das relações sociais, ultrapassando a exterioridade que tal noção apresenta em relação à sociedade. O que, em última instância, Neil Smith argumenta como fio condutor dos seus estudos é que a gentrificação no espaço urbano central intervém na produção e organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que determina as relações de produção, é também, simultaneamente, produtora e produto, suporte das relações sociais e, portanto, tem um papel importante no processo de reprodução geral da sociedade. Tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Esta conclusão só pode ser válida para um autor que defende o conceito marxista de modo de produção e o inscreve na explicação que tece em torno da reestruturação do espaço urbano.

Assim, o paradigma da geografia marxista encontra-se presente na terminologia de Neil Smith quando este reconhece importância ao objetivo de identificar como as relações sociais entre classes, mediadas pelas estratégias residenciais encabeçadas pela gentrificação, variam no espaço urbano de forma a reproduzir e sustentar os modos de produção e consumo capitalistas e a ordem social estabelecida. O autor valoriza a possibilidade de se trabalhar uma relação sociedade-

espaço, numa concepção que não crê num espaço sem as marcas da sociedade que historicamente se expressa em processos reais e mais complexos. Esta é a proposta desenvolvida por Smith (1986a) e por Harvey (1987): descortinar as formas concretas que qualificam e determinam a relação sociedade-espaço na base da gentrificação e cuja historicidade a define como processo permanente de socialização do espaço urbano. Este mesmo processo segmenta-se em várias áreas centrais defendidas e controladas por determinados grupos sociais de maior poder socio-económico, definido e delimitado por relações de poder. Ainda a propósito da crítica que constrói em torno da promiscuidade gerada entre este tipo de relações de poder e o discurso de modernidade urbana associado à gentrificação, Smith (1986a, 1992b) aplica a metáfora do avanço da fronteira da colonização norte-americana do século XVIII sobre os territórios já previamente ocupados pela população indígena e faz o paralelo com a situação actual de “displacement” provocado pela gentrificação.

Neil Smith insere-se indubitavelmente na escola de pensamento marxista quando procura expor e denunciar as injustiças e desigualdades sociais decorrentes das bases económicas do funcionamento do modo de produção capitalista, reforçando a ideia de que as relações sócio-espaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da exploração do trabalho da classe dominada. A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica, detém uma responsabilidade grande na fabricação de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação sócio-espacial.

A gentrificação é, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem desencadear um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, iniciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vinculada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços – tradicionalmente da classe operária/popular – e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta – não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação sócio-espacial, que na sua sequência parece aprofundar a divisão social do espaço urbano (Smith e LeFaivre, 1984).

Smith (1996a, 2001, 2002, 2005) deixa claro que os projectos de regeneração urbana, que suportam a

promoção ideológica da gentrificação, alimentam equívocos vários no que diz respeito às supostas intenções iniciais de reabilitação habitacional e integração/fixação da população de menor estatuto sócio-econômico já anteriormente residente nos bairros da cidade centro alvo de intervenção. De resto, nesses contextos, o *“filtering up”* que a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto sócio-econômico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação sócio-espacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar.

Nestes termos, ao mesmo tempo que produto social e meio, o espaço é também instrumento da ação, meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz simultaneamente uma hierarquia dos lugares centrada no processo de acumulação, uma (re)centralização do poder. Sendo assim, ao procurar uma análise que centralize a importância da relação dialética entre condições sociais diferenciadas no espaço urbano e estruturas econômicas emergentes decorrentes da acumulação flexível, no contexto de globalização econômica, Neil Smith recorre a uma argumentação e reflexão tipicamente marxista na medida em que se preocupa em demonstrar que a sociedade urbana se encontra estruturada com vista a permitir a perpetuação da produção de capital.

## 2. A gentrificação e a teoria de acumulação de capital: o movimento cíclico do capital e produção do espaço construído

Um pressuposto marxista marca transversalmente todos os pontos dos contributos dos estudos geográficos críticos da gentrificação, levados a cabo por Smith: as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialeticamente. Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital. Todos os analistas urbanos marxistas que propõem estudos a partir deste princípio teórico concordariam com a ideia de que a análise da produção social do espaço requer uma crítica do processo de acumulação capitalista. A acumulação de capital – ou a produção de mais-valia – é a força que impulsiona a sociedade capitalista. Por sua própria natureza, a acumulação de capital necessita da expansão dos meios de produção, da expansão do tamanho da força de trabalho assalariada, da expansão da atividade de circulação na medida em que mais produtos se tornam mercadorias e da expansão do campo de controlo da classe capitalista dominante (Smith, 1982a, 1982b, 1984; Harvey, 1985).

A partir desta perspectiva, os teóricos da acumulação de capital explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, os teóricos defensores desta tese ressaltam os aspectos estruturais desse processo e relacionam-nos com o desenvolvimento urbano. De todos os teóricos que trabalham neste veio, David Harvey e Allen J. Scott destacam-se pelas suas tentativas de apreender a natureza inter-relacionada do desenvolvimento capitalista e da forma espacial urbana. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspectos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo.

Este ponto introdutório obriga-nos a revisitar a relação entre a produção do espaço construído e as crises no processo de acumulação de capital estudada por Harvey (1975, 1978, 1982, 1985). Este autor identifica três circuitos distintos de acumulação de capital. O circuito primário, que se refere à organização do próprio processo produtivo, por exemplo, com a aplicação de tecnologia e trabalho assalariado para produzir bens em troca de lucro. O circuito secundário, que implica investimento no ambiente construído. Finalmente, o circuito terciário que diz respeito ao investimento em ciência e tecnologia e numa ampla gama de despesas sociais relacionadas, principalmente, com os processos de reprodução da força de trabalho. A competição entre capitalistas resulta em superacumulação. No total é produzido capital em demasia, comparativamente à existência de oportunidades para empregar esse capital. Uma solução temporária para esse problema é uma mudança do fluxo de capital para outros circuitos. Quando isso é feito em relação ao circuito secundário, temos a produção do ambiente construído. Por conseguinte, na perspectiva de Harvey, o montante periódico de investimento e a conseqüente valorização do ambiente construído estão claramente indicados nos ritmos cíclicos do processo de investimento de capital no espaço.

A dinâmica dos ciclos de investimento e desinvestimento do capitalismo explica os estágios na construção do ambiente construído. Neil Smith (1979a, 1979b), no fim dos anos 70, aplicou este princípio de forma inovadora e crítica ao caso da gentrificação, dando o mote para um salto teórico incontornável no estudo deste processo. Até então, a maioria da

literatura apenas incidia nos efeitos da gentrificação: características sócio-econômicas e culturais dos “gentrifiers” enquanto migrantes, o desalojamento provado pela sucessão residencial, as iniciativas estatais de redesenvolvimento urbano e os benefícios para a cidade. Pouco esforço tinha sido feito para construir uma explicação histórico-política e comprometida com os então emergentes princípios da geografia crítica e marxista, incidindo nas causas estruturais, em detrimento dos efeitos. Numa primeira fase de estudo da gentrificação predominavam análises descritivas e isoladas sem qualquer esforço de contextualização e de enquadramento teórico do processo. Apresentando um carácter iminente empiricista, as investigações recaíam sobre estudos de caso que apenas focavam as transformações físicas e sociais em determinados bairros, entendendo-as como produto da ação de alguns indivíduos autônomos, não contemplando as diversas dinâmicas estruturais que a condicionam e que a moldam. Numa segunda fase do estudo da gentrificação destacou-se a importância da reabilitação urbana e as suas implicações ao nível dos usos do solo e da valorização fundiária que sucede aos processos de reabilitação (Smith e Williams, 1986). Numa terceira fase, a análise deste fenómeno centrou-se nas esferas da produção e do consumo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrificação.

Para Smith, e do ponto de vista da circulação do capital, os “booms” imobiliários aliados à gentrificação coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo. À luz deste princípio, Smith procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Segundo o autor, e à semelhança do pensamento de Harvey, o desenvolvimento do capitalismo resultou, em parte, na superprodução das comodidades geradas, o que provocou uma inevitável quebra dos lucros no domínio da produção e, conseqüentemente, uma crise no seu interior. Deste modo, na sua concepção, esta crise do capitalismo só conseguiu ser atenuada e superada por intermédio de novas oportunidades e de novas formas de canalização do investimento para setores que permitissem uma rápida e eficaz reprodução, designadamente, o

imobiliário. Portanto, percebe-se que a partir do pós-guerra, o capital se tenha passado a dirigir preferencialmente para o setor da construção, em detrimento do setor tradicional da produção industrial, gerando importantes recomposições na expansão e organização espacial da forma urbana (Gottdiener, 1985).

O ambiente construído tornou-se o cenário de altos e baixos cíclicos no mercado imobiliário, com a existência paralela de deterioração e de superconstrução. Os dois fenómenos são produzidos pelo processo de construção na cidade sob relações sociais capitalistas e têm subjacente a ideia de que o crescimento urbano desigual é intrínseco à natureza capitalista de desenvolvimento. Inaugura-se, assim, um novo ciclo: o da valorização/desvalorização do espaço urbano nos mercados regionais de solo, com início do processo de suburbanização.

Os processos de suburbanização e emergência do “rent gap” são estudados por Neil Smith (1979a, 1979b, 1982a, 1987a, 1996c; Smith e Schaffer, 1986; Smith et. al. 2001) como predominantemente responsáveis pela forma como o processo de reestruturação urbana se apresenta nos dias de hoje. Isto porque o movimento de saída de capital para a periferia provoca uma alteração inversamente proporcional dos níveis de renda do solo dos próprios subúrbios e dos bairros centrais. Enquanto o valor do solo nos subúrbios aumenta significativamente com o crescimento de novas construções e infra-estruturas, e com a conseqüente introdução nesses espaços de uma multiplicidade de atividades, o valor fundiário dos bairros centrais, ao invés, sofre uma progressiva diminuição, sendo cada vez menor a quantidade de capital canalizado e investido na manutenção, reparação e recuperação do parque habitacional destas áreas no interior das cidades.

Deste fenómeno resultou o que Neil Smith denominou de emergência do “rent gap” nos bairros centrais – acentua-se a diferença entre a atual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central. É precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o conseqüente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado, na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional. Corresponde a um fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado.

A conclusão lógica da aplicação do princípio “rent gap” decorre do princípio da análise urbana marxista

de que o desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do espaço construído (neste caso, as áreas históricas do centro da cidade que se vão degradando progressivamente) são “funcionais” e produzidos intencional e deliberadamente para garantir o futuro investimento de capital e a respectiva reprodução. Para cada “zona de crescimento” que representa uma área de intensa atração de investimento (subúrbios), existe uma “zona de transição” (centro histórico), onde o capital fixo é desvalorizado antes que os especuladores tirem vantagem do desenvolvimento. O desenvolvimento desigual é intensificado pela necessidade funcionalista do processo de acumulação de capital em desvalorizar os seus investimentos passados, de forma a melhor se reproduzir por via de uma “destruição criativa” (Smith, 1982a, 1982b, 1984, 1987a; Smith, N. et al. 1989).

Deste modo, com a fase de suburbanização do capital e com os investimentos canalizados para a periferia, certos bairros centrais da cidade, sofrendo um processo de desinvestimento nas suas áreas, passaram a capitalizar significativamente abaixo o seu potencial valor de renda. Contudo, mais recentemente, a procura de localizações para um investimento seguro e lucrativo em áreas metropolitanas, e face a um solo suburbano já saturado e mais dispendioso em termos relativos, canalizou o capital público e privado para aquelas áreas subvalorizadas (atendendo à sua localização central), empreendendo-se ações (desde a reabilitação à simples especulação imobiliária) visando a obtenção de lucros através da diferença entre a renda capitalizada real e a potencial. Em suma, o processo de gentrificação resulta, em parte, do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, integrando-se no processo de acumulação de capital.

### 3. *Working-class residents can take back control of their homes*<sup>1</sup>: O discurso ideológico de crítica e intervenção social - a denúncia dos mecanismos de legitimação do poder instituído no neoliberalismo urbano

Imbuído de um papel de intervenção e crítica social, Neil Smith (1995b, 1996a, 2001, 2002, 2005a) tem denunciado já há algumas décadas, mas sobretudo recentemente, que o discurso “regenerativo” da gentrificação no âmbito de políticas urbanas de valorização da imagem da cidade<sup>2</sup>, ainda que vise a fixação

da população já existente, a modernização do tecido económico, o aumento do emprego e o crescimento económico; a verdade é que não deixa também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder instituído e da mobilização de grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos mais carentes, funcionando como subsídio aos mais ricos (bancos, instituições financeiras, grandes grupos económicos e de construção civil, empreendedores, governantes, etc.).

Denota-se neste percurso o carácter impregnadamente ideológico, característico do marxismo, bem como a necessidade do despontar de perspectivas de futuro alternativas e a ideia de resistência política, intenções que se têm vindo a intensificar no discurso do autor. Como dedução preliminar destas intenções, poderá dizer-se que Smith insiste nos princípios que estabelecem que na sociedade capitalista o conjunto de leis que a regem é necessariamente burguês (sob domínio das classes dominantes, em termos sociais e económicos) e existe para servir os interesses do capital e não da maioria social. O mesmo pode ser dito do Estado que, mesmo sob o disfarce liberal e formalmente voltado (no sentido de discurso teórico) para o interesse de toda a sociedade, representa particularmente sob este modo de produção a dominação da “classe burguesa”, isto é, dos grupos de maior estatuto social e económico e dos interesses do capital.

O poder central assegura uma forte estabilização do sistema territorial e reforça a sua capacidade de resistência à mudança social pois a administração fomenta a hierarquia e a procura social através dos processos de planeamento e das políticas urbanas de regeneração da cidade centro<sup>3</sup>. As intervenções públicas que provocam valorização da cidade desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e de reapropriação. As novas políticas urbanas traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes mais desfavorecidas. O autor reconhece que, em larga medida, o desenvolvimento de parcerias público-privado que neste quadro é frequente se desenhar, constitui um verdadeiro subsídio aos mais ricos, ao tecido empresarial mais poderoso e às funções e relações

<sup>1</sup> Smith (1996b): 358.

<sup>2</sup> A gentrificação dos novos produtos imobiliários e reestruturação urbana, no quadro de um incremento da competitividade inter-urbana e da ofensiva neoliberal nos governos urbanos.

<sup>3</sup> A regeneração urbana surge materializada como conceito em Inglaterra no início dos anos 80, como a forma privilegiada desenvolvida pelo governo de M. Thatcher para a intervenção nos tecidos urbanos obsoletos. São então criadas as “Enterprise Zones”, áreas específicas dentro das cidades inglesas para as quais é desenhado um pacote específico de medidas e incentivos. São igualmente criadas as “Urban Development Corporations”, entidades que materializam as parcerias e que asseguram o investimento privado necessário para a regeneração (Smith, 2001, 2002).

estratégicas de controle, poder e dominação do espaço urbano, condição fundamental na perpetuação da reprodução do capital, premissa essencial para o suporte do sistema de produção e consumo capitalista. Tudo isto à custa dos investimentos em serviços locais de consumo coletivo. É que se, em última análise, a atração e o crescimento propiciados pela gentrificação a todos beneficiam, em primeiro lugar ganham os promotores imobiliários, as empresas e as instituições financeiras, muito frequentemente à custa da expulsão dos residentes e das empresas mais débeis dos lugares requalificados, lançados por via desta (des)valorização, num processo de exclusão. A seletividade dos investimentos favoráveis à reprodução do capital implica o abandono, o esquecimento e a menor atenção à “cidade da maioria”, com particular gravidade para as áreas mais carentes onde se concentram os mais desfavorecidos. É a emergência da cidade revanchista produzida pela ofensiva neoliberal e que Smith tem explorado mais recentemente (1996a, 2001, 2002, 2005a). O autor desvendou, desta forma, a máscara social de compreensão e “bondade institucional” inerentes a estes recentes produtos imobiliários da nova gestão urbana, argumentando como estes promovem uma lógica de controle social favorável à reprodução do capital e às classes dominantes. É neste aspecto que reside o fundamental do discurso político crítico do autor no seu trabalho mais recente da última década.

O seu contributo, tal como o paradigma marxista que o impregna, está ideologicamente vinculado e assenta em questões com objetivos políticos bem determinados. O marxismo estabelece que a desigualdade é inerente ao modo de produção capitalista. A desigualdade produz-se inevitavelmente no processo normal das sociedades capitalistas e não pode ser eliminada sem alterar de modo fundamental os mecanismos do capitalismo. Ademais, forma parte do sistema, o que significa que os detentores do poder têm interesses criados em manter a desigualdade social. Ao nível do redesenvolvimento urbano, Smith enquadra-se perfeitamente neste contexto de pensamento. Nota como as ações de reabilitação e regeneração urbana, no âmbito do processo de gentrificação, determinadas, igualmente, pela necessidade de melhorar a imagem da cidade, de a tornar mais atrativa num quadro e cenário estratégicos de competitividade global entre cidades; implicam, muito frequentemente, a expulsão de habitantes de menor estatuto sócio-económico das áreas centrais, condenados, doravante, a uma marginalidade sócio-espacial, algo diretamente correlacionado com modelações ideológicas que visam a manutenção da

reprodução social das classes de maior estatuto sócio-económico (Smith, 1993; Smith e Low, 2006).

Defende-se que a mera crítica e o desperdício de esforço político em defender políticas que se ocupam do limitar as causas da desigualdade esbarram em obstáculos de maior nível e de difícil superação, pois as forças geradoras de formações sócio-espaciais desiguais na estrutura urbana mantêm-se. Acresce ainda o fato de que a classe operária, segundo Smith (1996b), se encontra alienada e pulverizada, desprovida de capacidade de mobilização: «The unfortunate truth is that the comparatively low levels of working-class struggle since the Cold War (with the exception of those during the late 1960's, and in much of Europe during the early 1970's) have meant that capital has had a fairly free hand in the structuring and restructuring of urban space. This does not invalidate the role of class struggle; it means that with few exceptions it was a lopsided struggle during this period, so much so that the capitalist class was generally able to wage the struggle through its economic strategies for capital investment» (p.356).

Daí a ideia decorrente da necessidade de uma revolução económica e social que contribua para a derrocada do capitalismo e sua substituição por um modo de produção que esteja organizado em torno dos princípios de igualdade e justiça social. Para o marxismo, só a perspectiva de transformar o mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo. Só a visão crítica permite apreender a essência dos processos sociais. Só a inserção no movimento global propicia o seu entendimento. Esta visão do objeto de estudo revela-se de forma muito evidente nos últimos trabalhos de Neil Smith. A Geografia é proposta como elemento na superação da ordem capitalista. É desta ideia particularmente marxista e de forte intervenção crítica e social que Neil Smith partilha igualmente. Primeiro, quando se posiciona por uma transformação da realidade social, pensando a sua argumentação geográfica como uma arma política nesse processo (Smith, 1998, 2000, 2005c). Segundo, quando não coloca dúvidas à necessidade da ação política de oposição da classe trabalhadora residente nas áreas centrais da cidade ou de outros movimentos sociais urbanos, à hegemonia capitalista, representada pela ofensiva da classe burguesa que para o autor a gentrificação encerra (Smith, 2008b). Terceiro, quando reforça uma importante componente social, crítica e ideológica, consubstanciada na análise geográfica dos processos de (re)produção social do espaço urbano, a nível multiescalar desde o local ao global (Marston e Smith, 2001; Cowen e Smith, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucas correntes acadêmicas no seio da teoria social e espacial podem reivindicar uma continuidade, um crescimento e uma acumulação literária significativos ao longo de todo o século XX como o marxismo. São vários os sentidos em que se pode considerar Marx como um teórico social clássico típico. Mas aquele que diz mais respeito à análise social urbana refere-se aos conceitos-chave de modo de produção, de alienação e de luta de classes que tiveram uma enorme influência no desenvolvimento da teoria sócio-espacial ao longo do passado século. O marxismo fundou e ajudou a estabelecer uma rica e sofisticada tradição na geografia da dinâmica do modo de produção capitalista, centrada na discussão dos processos estruturais (que mais tarde seriam fundamentais como argumentos da produção social do espaço de Lefebvre, como vimos anteriormente), como a concentração monopolista, a expansão imperialista e o papel comprometido e regulador do Estado no planejamento e economia urbanos. Para além dos estudos urbanos, o marxismo teve ainda uma influência profunda na evolução do pensamento geográfico, quer na forma como se analisam os processos de mudança histórica de longa duração nos territórios, quer nos estudos do desenvolvimento do Terceiro Mundo (Smith, 1979c).

Todavia, a partir da última década do século XX, a influência do marxismo tem vindo a diminuir. As causas disso são altamente complexas e, em grande medida, estão mais relacionadas com dinâmicas sociais contemporâneas do que com deficiências intelectuais intrínsecas à teoria marxista. Tais dinâmicas incluem a vigorosa permanência do capitalismo enquanto sistema social, o fracasso das sociedades socialistas e comunistas da Rússia e da Europa de Leste e as críticas ambientalistas que o Ocidente tem da Natureza enquanto domínio que deve ser totalmente manipulado e dominado. Tornam-se, no final do século XX, claras as limitações teóricas do marxismo enquanto paradigma dominante na geografia, em geral, e nos estudos urbanos, em particular. Primeiro, nem Marx, nem a tradição subsequente de estudos marxistas, conseguiram resolver o problema do dualismo da estrutura e da agência.

Se bem que apesar das limitações marxistas exista um reconhecido mérito por parte da comunidade científica das ciências sociais e humanas pela análise que os autores marxistas fazem de como o poder económico influencia a ordem social através dos mecanismos políticos e económicos, muitas vezes através de estruturas profundas, a verdade é que as respostas avançadas por este paradigma na análise urbana da gentrificação apresentam duas falhas. A

primeira é de que a ação sócio-espacial dos “gentrifiers” tende a ser subordinada à estrutura económica. A segunda, e que deriva em parte da primeira, tem que ver com o fato destes autores privilegiarem uma abordagem causal unidimensional, insistindo em explicações de tipo materialista. É atribuída uma importância explicativa bastante exagerada aos aspectos instrumentais e coercivos das estruturas sobre a agência.

De acordo com Hamnett (1991, 1992), a teoria urbana de índole marxista de Neil Smith é capaz de oferecer explicações convincentes acerca do efeito das estruturas materiais, bem como das causas das desigualdades sócio-espaciais produzidas pelo avanço da fronteira da gentrificação na paisagem urbana e dos conflitos que daí derivam, mas as suas explicações da estrutura repousam essencialmente em princípios utilitaristas e instrumentais que não permitem aos aspectos culturais e subjetivos da produção do espaço urbano ocupar uma posição mais regular nas análises realizadas. A visão marxista relaciona-se, desta feita, com um certo determinismo económico, sobrevalorizando a posição explicativa dos fatores considerados económicos na evolução dos processos sociais, espaciais e políticos.

Mesmo assim, ainda que seja verdade que certas formulações marxistas parecem conduzir a uma tentativa de explicar a mudança social e espacial por determinismos económicos e tecnológicos, uma análise mais atenta da produção literária neste domínio possibilita a verificação de que para os teóricos urbanos marxistas os movimentos de reestruturação urbana são explicados fundamentalmente pelas configurações que as trocas sociais assumem num determinado momento histórico. Assim, quer a cidade capitalista moderna, quer a pós-moderna, são ambas essencialmente modeladas pelas formas dominantes que o trabalho pode assumir e pela divisão social do espaço urbano que produz.

A maior parte dos autores da gentrificação ainda influenciados pelo marxismo admite que a superestrutura também influencia a infra-estrutura. A base, alimentada pelas relações sociais de produção e pelas forças produtivas, constitui o fundamento da estruturação das diversas formações sociais e das componentes ideológicas e políticas da superestrutura. Os fatores políticos e ideológicos, embora mantenham uma relativa autonomia e detenham também uma capacidade de retorno sobre a economia, podendo até ser dominantes em algumas formações sociais, são, contudo, determinados, em última instância, pela infra-estrutura (Smith, 1987b, 1992a, 1999). Esta posição, partindo do pressuposto materialista de que é a economia que determina a consciência social,

quer na vertente política, quer na vertente ideológica, além de reforçada pelas considerações elaboradas de Althusser, encontra realmente alguma fundamentação nos escritos de Marx e Engels.

Na atualidade, todavia, não reúne unanimidade entre os marxistas, sendo mesmo de destacar que, por parte não só de críticos do marxismo, como também de alguns neomarxistas, se têm desenvolvido contributos que defendem que este determinismo deve ser ajustado tendo em conta a diversidade contemporânea de níveis de estruturação da produção sócio-espacial, levando à necessidade de enveredar por abordagens pluricausais, para as quais o binômio base-superestrutura se encontra ultrapassado. É claro que os autores marxistas não desejam, acima de tudo, colocar uma ênfase tão simplista nos fatores materiais, existindo mesmo um conjunto de teóricos ulteriores que, apesar de fortemente influenciados pelo paradigma marxista, rejeitam o excessivo determinismo do modelo base-superestrutura, afirmando que os dispositivos estruturais não explicam satisfatoriamente a produção do espaço urbano e da vida social por este mediada. É o caso de Manuel Castells, Allen Scott, Doreen Massey, Mark Gottdiener, David Harvey, Michael Dear, Edward Soja, entre outros.

No entanto, se o conceito de modo de produção é rejeitado, também não é claro o que surge no seu lugar. Se bem que a um nível mais epistemológico se tenham produzido importantes reflexões que defendem que a análise marxista deve implicar uma abordagem mais desprendida para com a noção de determinação material, a verdade é que o argumento perde pertinência se não se souber com que regularidade e graus aquela se manifesta. Perante este impasse conceptual, defende-se nas ciências sociais e humanas o “cultural turn”, de que o “político” e o “cultural” são relativamente autônomos, o que acaba por conduzir as investigações a problemas de indeterminação. A condição pós-moderna ao defender que a(s) verdade(s) apenas têm um carácter probabilístico, aproximativo e provisório, arrasta para a Geografia a noção da flexibilidade cultural com que o conhecimento deve ser interpretado. As ideias traçadas por este saber baseiam-se em posições culturais dinâmicas, flexíveis, não definitivas, em permanente estado de projeto e reconfiguração, não se excluindo a possibilidade de serem transitórias, de se configurarem como uma mera passagem para outras necessariamente diferentes e igualmente dignas de validade. Corrobora-se, assim, que todas as interpretações da gentrificação poderão ser válidas, não podendo afirmar-se que uma o é em total e absoluto, única e verdadeira. Essa é, afinal, a grande potencialidade epistemológica da pós-modernidade e a sua mais

sedutora estratégia: extinguir a metanarrativa ao desconfiar da totalidade do modelo moderno e dos regimes singulares de verdade. É, simultaneamente, a sua maior fraqueza.

Persiste a incapacidade da condição pós-moderna se afirmar enquanto bloco teórico coerente e único, o que nos leva a considerar que a teoria sócio-espacial pós-moderna se caracteriza mais pelas modas e pela fragmentação do que pelo crescimento contínuo. Ainda assim, em nada esta conclusão pareça contrariar o espírito pós-moderno, pois os movimentos críticos mais característicos têm sobretudo contestado “a grande teoria” ou as “grandes narrativas” modernas, afirmando o carácter necessariamente incompleto e fragmentado de todo o conhecimento, salientando a diversidade e a diferença de interpretações, por oposição a princípios universais e totalizadores. Neil Smith (1981, 1992c, 1994, 2005b, 2006, 2008a) apela para os perigos que este relativismo científico pode acarretar na defesa de uma suposta neutralidade no conhecimento geográfico. Não se estabeleceu, contudo, nenhum programa coerente e auto-sustentado de pesquisa, nem se conhece uma continuidade de trabalhos posteriores, embora tenham surgido contributos interessantes. Uma contradição fulcral no pensamento pós-moderno subsiste. Se a modernidade é dominada pela ideia de esclarecimento progressivo e se define como a era da superação, então, a asserção de uma superação crítica da metafísica ocidental pela condição pós-moderna é uma contradição em si mesma. Não está disponível nenhum sistema alternativo de pensamento, nenhuma linguagem alternativa, que nos permita superar os erros da modernidade.

Em suma, o marxismo continua a fornecer uma base teórica sólida e pertinente na análise dos processos de mudança sócio-espacial urbana. Parece hoje inegável que considerar as práticas individuais e sociais como simples reflexo de determinantes estruturais de uma sociedade é um mecanicismo que nada tem a ver com a dialética inerente à evolução dos processos espaciais. Se bem que as estruturas sejam preenchidas e ativadas pelos indivíduos e pelos grupos sociais com motivações e interesses próprios, estes elementos não deixam, todavia, de ser condicionados pela organização sócio-econômica e por um modo de produção específico. Portanto, considerar as práticas sociais e individuais de forma atomizada e “desligadas” dos mecanismos estruturais que regem as formações sócio-espaciais, é, no entendimento de Smith (1986b, 1987c, 1990) um postulado da ideologia liberal que reconhece no indivíduo um agente histórico autônomo, sem atender às forças materiais que não só estruturam a sociedade e o espaço, como

também condicionam a ação dos agentes sociais.

Mas, a este respeito, é também cada vez mais evidente que nenhuma explicação da gentrificação é satisfatória se não incluir referências cruzadas, quer da tese da oferta, quer da do consumo. Além disso, nenhuma destas perspectivas consegue ser coerente e, por si só, dar resposta ao problema epistemológico colocado pela gentrificação nos estudos urbanos dos últimos 40 anos, sem aludir às dimensões explicativas e argumentos uma da outra (Smith, 1995a). O que também confirma que as velhas oposições entre holismo e individualismo, estrutura e agência, materialismo e idealismo, podem ser vistas como problemas quando abordadas em termos concretos e no âmbito de situações sociais específicas localizadas no tempo e no espaço.

Estas dicotomias, especialmente aquela que é primária a todas as outras, a do materialismo *vs.* idealismo, resume uma questão elementar da filosofia da ciência, mas também da epistemologia da geografia, delineando tradicionalmente duas grandes correntes de entendimento da realidade sócio-espacial. As múltiplas implicações destas duas formas de pensamento permitem-nos compreender algumas transformações recentes do social e do espaço, inerentes à gentrificação. Alguns teóricos utilizam com rigor a dissociação entre uma posição idealista e uma posição materialista, sendo muitos os que aprofundam o estudo das características de cada abordagem. A leitura “materialista dialética” de Lefebvre (1947) conduz-nos à formulação de um esquema representativo da relação entre as diferentes concepções filosóficas associada à grande questão materialismo *vs.* idealismo. A proposta da dialética de Lefebvre é a de romper com essa dicotomia ao realizar a efectiva interação sujeito *vs.* objecto, reconhecendo a realidade como a própria ação conjunta e concomitante (práxis sócio-espacial) entre consciência e matéria. A vida-realidade é bem mais complexa do que a objetividade da filosofia materialista nos faz crer.

A visão lefebvriana de espaço socialmente produzido remete-nos – no estudo da gentrificação enquanto processo de reestruturação urbana – para a articulação entre o sistema de organização social na sua totalidade e a organização do espaço, sob o signo do contributo de uma abordagem marxista que leve em conta a necessidade de considerar os vários níveis de organização social, inclusive o político e o cultural, tanto quanto o económico. Segundo a análise urbana marxista, a transformação do espaço está vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes. Esta perspectiva argumenta que a análise do espaço é uma mera expressão da estru-

tura social, e não um conjunto independente, ou relativamente autónomo, de relações espaciais. Todas as abordagens marxistas até Lefebvre rejeitavam a necessidade de uma teoria distinta do espaço, em favor de uma análise política e económica das relações sociais desenvolvidas espacialmente, com base na luta classista. Compartilhavam a crença de que os processos de desenvolvimento capitalista são materializados no espaço, quase que através de uma correspondência unívoca com as formas reais do ambiente construído.

Na obra lapidar de Lefebvre de 1974, “La Production de l’Espace”, culmina a visão ontológica do autor de mais de uma década de análise da condição urbana contemporânea que demonstra que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização, às relações sociais da posse de propriedade, ou ao mero desdobramento/reflexo das estruturas económicas, políticas e ideológicas. Aqui Lefebvre formula uma abordagem marxista do espaço que difere drasticamente da dos seus contemporâneos. O espaço representa uma multiplicidade de preocupações sócio-materiais. No espaço figuram proeminentemente as relações sociais de produção. É por meio do espaço que a sociedade se reproduz, pois este é simultaneamente um meio de ações sociais – porque as estrutura – e um produto dessas ações. Ele recria continuamente as relações sociais, reproduzindo-as; mas estas também ajudam a produzi-lo em primeiro lugar. Ele é ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio das relações sociais, e o reprodutor destas. É simultaneamente o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Esta ideia é fundamental para a noção de práxis sócio-espacial de Lefebvre, que representa potencialidades tremendas de encarar o espaço como instrumento político mediante as necessidades de luta urbana contra o avanço da fronteira da gentrificação<sup>4</sup>, como vimos no último ponto deste artigo.

Desta forma, Lefebvre, ao basear a multiplicidade da articulação sociedade-espaço numa relação dialéctica, deixa o princípio para a transformação revolucionária da sociedade através da expropriação do espaço, a liberdade de usar o espaço, cumprindo o direito existencial à cidade. Em “Le Droit à la Ville” Lefebvre (1968) faz a apologia da extinção do sistema de relações de propriedade – onde

<sup>4</sup> Não esqueçamos que no pensamento de Lefebvre (1970) a práxis sócio-espacial é elevada à categoria de atividade radical de resistência ao lado de outros esforços para reorganizar as relações sociais, onde a transformação da sociedade moderna numa sociedade humanista deve ocorrer sob a forma de “revolução urbana”.

se inclui o sistema residencial da gentrificação – e de formas institucionais de regular o espaço urbano que acabam, inevitavelmente, por produzir a dominação dele tanto política quanto economicamente. O fim da propriedade privada e a substituição das relações de propriedade por relações sociais libertárias enquadram-se num programa político radical de produção do espaço socialista indo de encontro à teoria crítica da gentrificação de Neil Smith. Nesta, o discurso ideológico de intervenção social materializa a denúncia dos mecanismos de legitimação do poder instituído pelo neoliberalismo urbano e instiga o confronto direto à legalidade burguesa das políticas urbanas da regeneração e do desenvolvimento urbano desigual e injusto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COWEN, D.; SMITH, N. (2009), After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics, *Antipode*, 41(1), pp.22-48.
- GOTTDIENER, M. (1985), *The Social Production of Urban Space*, Austin, University of Texas Press.
- HAMNETT, C. (1984), Gentrification and residential location theory: a review and assessment, in D. HERBERT; R. J. JOHNSTON (ed.), *Geography and the Urban Environment: Progress in Research and Applications*, Nova Iorque, Wiley & Sons, pp.283-319.
- HAMNETT, C. (1991), The blind men and the elephant: the explanation of gentrification, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16, pp.173-189.
- HAMNETT, C. (1992), Gentrifiers or lemmings? A response to Neil Smith, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), pp.116-119.
- HAMNETT, C. (2000), Gentrification, postindustrialism, and industrial and occupational restructuring in global cities, in G. BRIDGE; S. WATSON (ed.), *A Companion to the City*, Oxford, Blackwell, pp.331-341.
- HARVEY, D. (1975), The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory, *Antipode*, 7, pp.9-21.
- HARVEY, D. (1978), The urban process under capitalism, *International Journal of Urban and Regional Research*, 2, pp.101-131.
- HARVEY, D. (1982), *The Limits to Capital*. Oxford, Blackwell.
- HARVEY, D. (1985), *The Urbanization of Capital*. Oxford, Blackwell.
- HARVEY, D. (1987), Flexible accumulation through urbanization: reflections on “post-modernism” in the American city, *Antipode*, 19(3), pp.260-286.
- HARVEY, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford, Blackwell.
- LEFEBVRE, H. (1947), *Le Matérialisme Dialectique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LEFEBVRE, H. (1968), *Le Droit à la Ville*. Paris, Anthropos.
- LEFEBVRE, H. (1970), *La Révolution Urbaine*. Paris, Gallimard.
- LEFEBVRE, H. (1974), *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos. (LEFEBVRE, H. (2003), *The Production of Space*, Oxford, Blackwell).
- LEY, D. (1994), Gentrification and the politics of the new middle class, *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(1), pp.53-74.
- LEY, D. (1996), *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*, Oxford, Oxford University Press.
- MARSTON, S.; SMITH, N. (2001), States, scales and households: limits to scale thinking? A response to Brenner, *Progress in Human Geography*, 25(4), pp.615-619.
- PEET, R. (1978), Materialism, social formation and socio-spatial relations: an essay in marxist geography, *Cahiers de Géographie de Quebec*, 22(56), pp.147-172.
- SMITH, N. (1979a), Towards a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people, *Journal of the American Planning Association*, 45, pp.538-548.
- SMITH, N. (1979b), Gentrification and capital: theory, practice and ideology in Society Hill, *Antipode*, 11(3), pp.24-35.
- SMITH, N. (1979c), Geography, science, and post-positivist modes of explanation, *Progress in Human Geography*, 3(2), pp.356-383.
- SMITH, N. (1981), Degeneracy in theory and practice: spatial interactionism and radical eclecticism, *Progress in Human Geography*, 5(1), pp.111-118.
- SMITH, N. (1982a), Gentrification and uneven development, *Economic Geography*, 58, pp.139-155.

- SMITH, N. (1982b), Theories of underdevelopment, *The Professional Geographer*, 34, pp.332-337.
- SMITH, N. (1984), *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*, Oxford, Blackwell.
- SMITH, N. (1986a), Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space, in N. SMITH; P. WILLIAMS (ed.), *Gentrification of the City*, London, Allen & Unwin, pp.15-34.
- SMITH, N. (1986b), Dangers of the empirical turn: some comments on the CURS initiative, *Antipode*, 19(1), pp.394-406.
- SMITH, N. (1986c), On the necessity of uneven development, *International Journal of Urban and Regional Research*, 10(1), pp.87-104.
- SMITH, N. (1987a), Gentrification and the rent gap, *Annals of the Association of American Geographers*, 77(3), pp.462-465.
- SMITH, N. (1987b), Of yuppies and housing: gentrification, social restructuring and the urban dreams, *Environment and Planning D: Society and Space*, 5(2), pp.151-172.
- SMITH, N. (1987c), Rascal concepts, minimalizing discourse, and the politics of geography, *Environment and Planning D: Society and Space*, 5(3), pp.377-383.
- SMITH, N. (1990), Geography redux? The history and theory of geography, *Progress in Human Geography*, 14(4), pp.547-559.
- SMITH, N. (1992a), Blind man's buff, or Hamnett's philosophical individualism in search of gentrification, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), pp.110-115.
- SMITH, N. (1992b), New city, new frontier, the Lower East Side as wild, wild West, in M. SORKIN (ed.), *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*. New York, Hill and Wang, pp.61-93.
- SMITH, N. (1992c), History and philosophy of geography: real wars, theory wars, *Progress in Human Geography*, 16(2), pp.257-271.
- SMITH, N. (1993), Homeless/global: Scalling places, in J. BIRD et al. (ed.), *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, London, Routledge, pp.87-119.
- SMITH, N. (1994), Geography, empire and social theory, *Progress in Human Geography*, 18(4), pp.491-500.
- SMITH, N. (1995a), Gentrifying Theory, *Scottish Geographical Magazine*, 111(2), pp.124-126.
- SMITH, N. (1995b), After Tompkins Square Park: degentrification and the revanchist city, in A. KING (ed.), *Re-presenting the City: Ethnicity, Capital and Culture in the 21st Century Metropolis*, London, Macmillan.
- SMITH, N. (1996a), *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*, London, Routledge.
- SMITH, N. (1996b), Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space, in S. FAINSTEIN; S. CAMPBELL (ed.), *Readings in Urban Theory*, Oxford, Blackwell, pp.260-277.
- SMITH, N. (1996c), Of rent gaps and radical idealism: a reply to Steven Bourassa, *Urban Studies*, 33(7), pp.1199-1203.
- SMITH, N. (1998), El Niño capitalism, *Progress in Human Geography*, 22(2), pp.159-163.
- SMITH, N. (2000), Is a critical geopolitics possible? Foucault, class and the vision thing, *Political Geography*, 19, pp.365-371.
- SMITH, N. (2001), Rescaling politics: geography, globalism, and the new urbanism, in C. MINCA (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*, Oxford, Blackwell, pp.147-168.
- SMITH, N. (2002), New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy, *Antipode*, 34(3), pp.427-450.
- SMITH, N. (2005a), El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal, in D. HARVEY; N. SMITH (eds.), *Capital Financiero, Propiedad Inmobiliaria y Cultura*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, pp.59-78.
- SMITH, N. (2005b), Geographers, empires and victims: A response, *Political Geography*, 24, pp.263-266.
- SMITH, N. (2005c), *The Endgame of Globalization*, London, Routledge.
- SMITH, N. (2006), Reply – On liberalism: A response, *Political Geography*, 25, pp.37-41.
- SMITH, N. (2008a), On the eviction of critical perspectives, *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(1), pp.195-197.
- SMITH, N. (2008b), Contesting neoliberalism: Urban frontiers, *Economic Geography*, 84(3), pp.359-361.
- SMITH, N.; CARIS, P.; WYLY, E. (2001), The "camden syndrome" and the menace of suburban decline: Residential disinvestment and its discon-

- tents in Camden County, New Jersey, *Urban Affairs Review*, 36(4), pp.491-531.
- SMITH, N.; DEFILIPPIS, J. (1999), The reassertion of economics: 1990s gentrification in the Lower East Side, *International Journal of Urban and Regional Research*, 23(4), pp.638-653.
- SMITH, N.; DUNCAN, B.; REID, L. (1989), From disinvestment to reinvestment: tax arrears and turning points in the East Village, *Housing Studies*, 4, pp.238-252.
- SMITH, N.; LEFAIVRE, M. (1984), A class analysis of gentrification, in B. LONDON; J. PALEN (ed.), *Gentrification, Displacement and Neighbourhood Revitalization*, Albany, State University of New York Press, pp.43-64.
- SMITH, N.; LOW, S. (2006), Introduction: The imperative of public space, in S. LOW; N. SMITH (ed.), *The Politics of Public Space*, London, Routledge, pp.1-16.
- SMITH, N.; SCHAFFER, R. (1986), The gentrification of Harlem? *Annals of the Association of American Geographers*, 76(3), pp.347-365.
- SMITH, N.; WILLIAMS, P. (1986), Alternatives to orthodoxy: Invitation to a debate, in N. SMITH; P. WILLIAMS (ed.), *Gentrification of the City*. London, Allen & Unwin, pp.1-12.
- SOJA, E. (1980), The socio-spatial dialectic, *Annals of the Association of American Geographers*, 70, pp.207-225.
- SOJA, E. (1989), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London, Verso.

# Espaço Público e Modernidade

## Quando a sociabilidade se constrói como projeto

Por Rodrigo de Moraes Rosa

### RESUMO

Os fluxos contínuos e interligados entre variados sistemas culturais introduziram novas formas de organização social, marcadas, sobretudo, pela diversidade de conteúdos e conflito de interesses. Essa nova etapa de inovações, incertezas e instabilidades - constituída quase que universalmente - nos coloca diante de uma nova realidade, organizada a partir do caráter multiculturalista, dinâmico e globalizante da sociedade contemporânea. Instituições, padrões culturais de comportamento, regras morais etc tornaram-se alvo de um constante movimento de elaboração e revisão de significados, atribuições que, a princípio, teriam tornado a modernidade categoria explicativa muito discutida como forma de tradução da “nova realidade” estrutural. Os dados deste artigo, neste sentido, procura dimensionar as ações práticas e os aspectos básicos da nova identidade social, mapeando e explorando sua grande controvérsia de acepções ou tendências variadas. Mais especificamente, a partir do estudo do projeto de revitalização, em curso, na Lapa, bairro tradicional do Rio de Janeiro, analisar as expectativas, constrangimentos e ambigüidades dessa nova forma de conceber o sujeito histórico e os respectivos espaços de interação que constroem e, de alguma maneira, refletem sua identidade. Tentar responder de que forma a nova realidade, simbólica e espacial, mantém coeso o tecido social e configura, ao fazê-lo, um novo modelo de solidariedade social, marcado, principalmente, pelo interesse de unir ou fundar um acordo entre o geral e o particular; entre padronização e individualização, de proporcionar um compromisso entre a dedicação à totalidade social e a imposição da própria individualidade.

**Palavras-chave:** Espaço Público; Relações Sociais; Identidade; Modernidade.

### ABSTRACT

The streams and interconnected various cultural systems introduced new forms of social organization, marked above all by the diversity of content and conflict of interest. This new phase of innovation, uncertainty and instability - almost universally made - confronts us with a new reality, organized from the character of multicultural, dynamic and globalized contemporary society. Institutions, cultural patterns of behavior, moral rules and so became the target of constant movement preparation and review of meaning, mandates that, in principle, would have made the modern explanatory category much discussed as a translation of the “new reality” structural. The data in this article, in this sense, seeks analyse the practical action and the basics of the new social identity, mapping and exploring the great controversy of meanings or trends varied. More specifically, from the

**Rodrigo de Moraes Rosa**  
dimoraes2001@yahoo.com.br

*Possui graduação em ciências sociais (bacharelado e licenciatura - UFRJ), mestrado em Sociologia (UERJ) e é doutorando em planejamento urbano (IPPUR/UFRJ).*

study of the revitalization project under way in Lapa, traditional neighborhood of Rio de Janeiro, review expectations, constraints and ambiguities of this new way of conceiving the historical subject and its interaction spaces that build and somehow reflect their identity. Trying to answer how the new reality, and symbolic space, held together the social fabric and sets, in doing so, a new model of social solidarity, marked mainly by the interest to join or establish an agreement between the general and particular, between standardization and individualization, to provide a compromise between the dedication to all, and enforcement of individuality. tional design of CDDM act to encourage the participation, but others represents obstacles to it, which indicates that the institutional design of the Council can be improved.

**Key-words:** Public Space; Social Relations; Identity, Modernity.

Em 28 de dezembro de 1895 uma platéia de curiosos acomodava-se no Salão Indiano do *Grand Café* no Boulevard des Capucines, nº 14, em Paris. Homens, mulheres e algumas crianças esperavam, com certa desconfiança, o espetáculo prometido pelos anúncios espalhados pela cidade semanas antes: a primeira projeção pública do *Cinématographe Lumière*. Em cartaz, a “nova maravilha” da engenhosidade humana e cientificidade francesa anunciava a primeira e talvez a mais impactante forma de retratação da realidade, quando não sob o pretexto de terem-na de todo capturado.

Na primeira sessão paga da história do cinema mundial, entre a série de filmes exibidos, o primeiro foi *“La Sortie des Usines Lumière”* (Saída dos Trabalhadores das Fábricas Lumière). No grupo dos filmes dessa mesma sessão mostrou-se também a primeira comédia da história, *“L’Arroseur Arrosé”* (O Regador Regado); a primeira cena familiar, *“Le Dejeuner Du Bébé”* (O Almoço do Bebê) e *“L’Arrivée du Train em Gare”* (A Chegada do Comboio à Estação).

O último filme, especialmente, provocou nos espectadores reação maior que a de encantamento. De alguns segundos de duração, a seqüência impressionava pelo realismo fotográfico das imagens e seu “misterioso” movimentar: via-se um trem vindo em direção à câmera, parando e, em seguida, a descida dos passageiros. Tal foi o susto da platéia ao ver um trem vindo ao seu encontro que se instalou o pânico. A pequena multidão levantou-se aos gritos, desviando-se amedrontada daquilo que acreditaram ser inevitável: o choque com uma força infinitamente superior às suas.

A “Modernidade” talvez seja uma das poucas categorias discursivas que transcendeu a própria definição e função de explicar, por síntese descritiva, um conjunto específico de fenômenos e eventos históricos. De fato, as apropriações do termo “moderno” produziu uma seqüência de resultados políticos e sociais. Do discurso a ação pragmática; de alegoria a agente moral legitimador de intervenções, o moderno tornou-se um projeto, com diretrizes, propagandas e intérpretes. Incluído como elemento estrutural, o princípio da mudança, constituído fundamentalmente pela idéia do novo, do inevitável e, especialmente, de uma linear grandeza ganhou mundo e corações sob a forma de serem transformados em objeto, objetivo e função. Contrariando e se sobrepondo aos mais variados determinantes históricos, culturais e geográficos, a possibilidade de experiência e vivência de uma “realidade universal” capitaneou a construção de paisagens e identidades pelos cinco continentes. Cenários todos de um ideário que de-

pendia da ação para existir e, como sinal de que era uma longa, porém necessária nova ordem o que se pôde ver e sobressaiu da criação e resignificação de espaços, sociabilidades e normas sociais, ao longo do século XX, convencionou-se chamar “processo de modernização”. Alguns de seus arranjos, configurações e ambigüidades este artigo tratará, considerando especialmente, como alegoria dos processos gerais de transformação, um conjunto específico de intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro do século XXI. Entre permanências e/ou superações o objetivo principal é avaliar os elementos discursivos – e seus agentes produtores – evocados na construção do “novo” cenário carioca quando o próprio “moderno” talvez melhor se referencie por estar na encruzilhada da “pós-modernidade”.

De fato, a imagem do sujeito histórico do início do século XX, está amparada em uma díade paradoxal: de um lado a necessidade de reafirmação das personalidades íntimas como fonte de significação de pessoa e, numa unidade de contrários, de outro o fato de que as próprias identidades são produtos do coletivo, dependendo suas significações e a própria existência de complexos esquemas e redes a rigor exteriores à existência, gosto ou domesticação do emocional privado. Assim, paralelo à exaltação das liberdades individuais – nas escolhas morais, prazeres e preferências – podemos acompanhar um reforço – e porque não dizer por reação ao processo – às categorias institucionais. Talvez a marca mais feroz dessas forças dialéticas seja a efervescência dos movimentos nacionalistas europeus no início do século: ao mesmo tempo em que se discutia e postulava a liberdade individual e a representação da intimidade, forças coletivas disputavam pelo direito de estabelecer a ordem mundial, forjando primeiramente seus discursos de legitimidade no caráter nacionalista geral, abstrato e de domínio da ordem pública. E é justamente a configuração dos Estados Nacionais que cumprirá papel decisivo no modelo moderno de unidade social, política e econômica.

A consolidação do modelo de Estado Nação europeu em um momento de exaltação do discurso liberal, pautado no reconhecimento das liberdades individuais, trouxe uma dupla e antagônica realidade que precisava ser equacionada: reconhecer e significar os sujeitos – seu lugar institucional (cidadania) e sua autenticidade (qualidades pessoais, íntimas). A construção de identidades nacionais, atrelada ao crescente discurso da afirmação de sentimentos e aspirações particulares conformou uma dupla forma de vivenciar a experiência social, emblematizado no binômio público versus privado. Uma noção de liberdade cuja abrangência, apesar de dual, diluiu de

forma cada vez mais acentuada a repetição continuada dos rígidos modelos de significação, tanto da realidade quanto de pessoa. Se, por um lado, a nova ordem social afirmava, através do Estado, as obrigações formais e os rígidos princípios de compromisso moral e crença, por outro, estabelecia um pacto associativo diferente do que até então os homens haviam experimentado. Dessa forma, a tradição nos costumes, as atividades militares, os rituais próprios das práticas relacionais e todo compromisso celebrado pelos agentes exteriores ao indivíduo foram confrontadas com um novo padrão de sociabilidade e de formação. O compromisso com a res publica, até então entendida como extensão quase orgânica dos atores sociais, viu-se contrapor a um crescente aumento das reivindicações da soberania do “eu”, pretensamente emancipado e legitimamente amparado pela idéia de personalidade.

A nova necessidade de externalização das intimidades dos agentes nas relações sociais criou um ambiente de crise ou instabilidade não só nos processos de formação das identidades, mas também na própria forma de se conceber os limites da ação, sobretudo, nas esferas e espaços de sociabilidade. A paisagem urbana do século XIX e início do XX modificam-se inteiramente; passam a incorporar a dinâmica do público e do privado, dividindo e reservando às duas esferas dois tipos de espaços e comportamentos. De um lado, há a percepção de que as relações sociais nas grandes cidades, dado o adensamento populacional, estariam marcadas pelo compromisso de convivência minimamente harmoniosa entre pessoas não unidas por laços familiares substantivados ou de associação íntima, sendo necessária a construção de espaços amplos de convivência, guiados todos por um conjunto de racionalidades instrumentais. Praças, avenidas, passeios públicos, onde o ideal de controle, unidade e uniformidade era garantido tanto pela moral da civilidade quanto pelos códigos jurídicos estabelecidos e fiscalizados pelo Estado.

A construção das redes de sociabilidade remetia a uma imaginação da vida pública na qual as pessoas, nestes espaços em específico, manifestavam sentimentos e comportavam-se por meio do retraimento e conformidade, para isso lançando mão de uma quase infinita ordem de convenções, artifícios e regras padronizadas. A cidade das primeiras décadas do século XX, no tenso equilíbrio entre público e privado, passou a encarnar ou ter como princípio de planejamento a manutenção da estabilidade e da ordem, ao mesmo tempo em que “concedia” ao indivíduo determinadas possibilidades de manifestação de intimidades. Um modelo que condicionava ou

normatizava comportamentos pela fixação da idéia de existência de duas esferas distintas, naturalizando com isso o extremo controle sobre os corpos, vontades e motivações.

A predominância do domínio público nos projetos e projeções sobre e na cidade nas primeiras décadas do século XX não excluía o gozo pelas questões de ordem privada, íntima. A dinâmica de consolidação do poder do Estado nos processos de urbanidade era sofisticada exatamente por, aparentemente, não interferir em questões de “foro privado”. As relações e sujeitos sociais, se percebidos pela lógica da história dos costumes, traziam a marca de um relativo equilíbrio entre a esfera pública e privada. A família, os laços afetivos entre vizinhos etc chegavam mesmo a se contrapor à “selvageria racional” do mundo público, onde o controle era extremo e a violação de conduta moral não era tolerada; era em si uma proteção e refúgio aos domínios de uma ordem de significados que excluía, à rigor, manifestações fora do parâmetro racionalizante burguês-industrial, sendo comum às pessoas que viveram nessa época usarem a expressão “cidade” como centro das atividades mais propriamente ligadas aos domínios do moderno modo urbano de vida.

Sobre o corpo social, adensado nas cidades, em permanentemente em contato e observação, se estabeleceu o domínio público não só como espaço de convivência, mas como função: mesclar pessoas, diversificar atividades e aumentar as relações trocas através do disciplinamento do agir, ou seja, “disposições” sociais imputadas aos agentes e reconhecidas como de real necessidade. A idéia de um “ambiente urbano” estaria necessariamente marcada pela derivação do movimento e não propriamente sua experimentação, daí talvez os esforços articulados de engenheiros, arquitetos e projetistas na racionalização dos espaços visando à circulação de pessoas, carros e mercadorias. O apelo ao movimento constante e impessoal pode ser verificado tanto como resultado prático à maior fluidez dos negócios e trabalhadores como também passou a descrever, sob forma de expressões idiomáticas, atividades cotidianas, inclusive de lazer: “passeio”, “dar uma volta”, “olhar vitrines”, “ver a banda passar” etc. A própria expansão e diversificação das atividades empresariais e o aumento populacional tornaram-se pressupostos incontestáveis de que era necessária a fixação de redes impessoais e relações sociais marcadas por uma racionalidade instrumental, com profundas exigências e vigilância institucional. Assim, gestos, roupas e ações passaram a fazer parte de um “processo civilizador” próprio do ambiente citadino.

## A Modernidade enquanto projeto: entre simulacros discursivos e práticas alegóricas

Em *Cena de Rua em Berlim* (1913) Ernest Ludwig Kircher, apresentou sua visão do mundo moderno: um lugar sombrio, habitado por seres hostis, de feições distorcidas. Nele a histeria dos personagens confundia-se com a indiferença nos rostos. O sarcasmo como encaravam a paisagem e a deliberada convicção que não deveriam olhar uns para os outros eram imperativos de sobrevivência. No quadro os personagens não se encaram; um homem de rosto virado ignora propositalmente outro que se apresenta a sua frente. Por fim há a apresentação de um homem, pintado de costas para o espectador como que a ilustrar que o sentimento do século se iniciava com bastante agitação e insensibilidade.

Espanto, mitos, encantamentos e tragédias marcaram a virada do século XIX para o XX. O despertar do novo século trazia a certeza de que, em movimento, a ordem das coisas se constituía. Um movimento de certa forma ambíguo por mesclar de maneira indissociável a crescente força dos atores individuais – quando não do próprio individualismo – com as tiranias da nova ordem social. Em compasso mais rápido o pêndulo da história inclinava-se para a ruptura. Sobre as cinzas dos antigos padrões, um novo modelo de sociedade e sociabilidade germinava. Um mundo ficava para trás, descortinando outro, infinito em possibilidades, expectativas e identidades. Comprometendo de vez, quando não esvaziando de sentido os aristocráticos padrões do Antigo Regime, o processo civilizador urbano industrial ganhava contornos quase que exclusivos na propagação e ordenamento de moralidades, crenças, representações, rituais e espaços.

O intenso processo de transformação na estrutura societária do início do século XX também produziu efeitos epistemológicos. A nova vivência e experimentação do cotidiano material, marcada pelo rápido desenvolvimento tecnológico, assim como a fragmentação ou diversificação de funções e papéis sociais estimularam diferentes leituras dos acontecimentos, desde perspectivas mais próximas à área técnica até a consolidação de um corpo de teorias do social – embora ambos sob influência da idéia do progresso linear, inexorável e universal. Época de inovadores projetos, leis gerais do comportamento e da matéria, das grandes narrativas (sob a chancela da idéia da ciência neutra, objetiva e racional) sobre uma série de eventos como a vida, o indivíduo, a sociedade, o país, a cidade. Ferramentas cognitivas que, de alguma maneira, tentavam delinear os contornos

da nova realidade chamando para a Europa o direito de tradução dos “novos tempos”, sobretudo no entendimento para as “ciências do homem” no que diz respeito às identidades dos novos atores históricos – suas motivações e espaços de ação – percebidos como possuindo características universais. Hall (2003) salienta que esse período (final do XIX e início do XX) marca a passagem do “ser filosófico” para o “indivíduo sociológico”. Isto significa dizer que a construção dos discursos sobre os atores ou sujeitos ganhou nova configuração: longe de serem tratados como figuras abstratas, seriam agora seres individualizados em subjetividades e com ações mediadas por estruturas sociais anteriores. Como parte desse processo de “reconfiguração” dos sujeitos algumas permanências também podem ser encontradas. Alguns pressupostos Iluministas, especialmente os de inspiração no racionalismo cartesiano, não só se estenderam enquanto fonte explicativa, como, no processo de revitalização, ganhou ainda mais força, principalmente a idéia de separação entre dois sujeitos: um racionalmente orientado, que controla suas paixões usando os filtros da repressão e um emocionalmente puro, livre das convenções e da vigilância moral, cujas manifestações não seriam deliberadas. O comportamento dos atores era, dessa maneira, encarado por uma lógica de opostos: ou como reflexo de atitudes conscientes, fruto de um processo civilizador histórico, ou como marca do desejo pela manifestação autônoma de paixões e preferências íntimas.

Sob o signo-síntese de Modernidade, a separação e oposição “natureza versus cultura” foi acrescida de outras categorizações duais. O entendimento da complexidade das relações entre os sujeitos acabou por ratificar um discurso epistemológico marcado, de um lado, pela primazia da personalidade íntima dos atores (subjetividade) como significação primeira das ações e processos sociais e, contraditoriamente, de outro o fato de que as próprias identidades atendem a um princípio organizativo objetivo, produzidas por um coletivo também objetivo, dependendo as significações do real de complexos esquemas, redes e fatos sociais, a rigor exteriores à existência, gosto ou domesticação do emocional privado.

O diformismo antagonico não se estabeleceu ou manifestou-se apenas como estrutura de pensamento, suas prerrogativas ganharam contornos pragmáticos. Estado, igreja, organizações sociais etc, em seus projetos de planejamento e intervenção, passaram também a operar de acordo com o pensamento dual: indivíduo versus sociedade; ação versus estrutura. Assim, na primeira metade do século XX, no histórico de lutas, manifestações e ações assistimos a inúmeros eventos que evocavam a autonomia das subjetivi-

dades – nas escolhas morais, prazeres e preferências – sobre a imposição normativa de formas institucionais prévias, de certa maneira consolidando a idéia de que ação individual e estrutura social formavam realidades dissociadas e distintas.

Os constantes processos de revisão da teoria social clássica, sobretudo, nas três últimas décadas, parecem anunciar algum tipo de crise epistemológica (Alexander, 1987). De alguma maneira as mudanças na atualidade forçaram um novo olhar interpretativo sobre as instituições sociais, seus atores e relações. Entra na pauta das ciências sociais o debate entre o papel das subjetividades – tanto como são construídas quanto se manifestam – e a dinâmica normativa das forças institucionais que longe de desaparecerem, também, ao longo dos últimos anos, se fortaleceram. Quais elementos são evocados ou renunciados nessa “nova realidade” relacional entre cultura objetiva e subjetiva, indivíduo e sociedade, assim como seus impactos, histórico e dilemas, constituem o tema central deste artigo.

Na última década a ampliação da rede de tecnologia informacional e acessibilidade dos mais variados conteúdos trouxeram desafios – práticos e epistemológicos – inteiramente novos. A sociabilidade expandiu fronteiras e tem colocado como proposta à vida cotidiana arranjos muito singulares na formação de parcerias e mobilizações. Um novo parâmetro de relação social em que o imperativo da manifestação das singularidades individuais, longe de se chocar com as expressões objetivas de sentimentos e representações coletivas, forma um só elemento. Um tipo muito particular de sociogênese em que a manifestação do universo subjetivo do indivíduo não o afasta da possibilidade de interação, mas justamente melhor o habilitaria à prática.

À própria concepção de cidade foram lançadas questões cujo processo de significação ainda encontra-se em curso. Aos espaços que ela contorna uma dupla função lhe está sendo atribuída: refletir ao mesmo tempo a continuidade das simbólicas aspirações cosmopolitas, marcadas pela impessoalidade, distanciamento, racionalização e ser também articuladora da representação do domínio do privado, a rigor marcado pela auto-afirmação da intimidade, espontaneidade e originalidade.

A estética dos grandes centros populacionais historicamente reproduziu de alguma forma, nos projetos urbanísticos, um ideal de vida urbana como condição, por excelência, do projeto moderno: conferiu aos espaços de convivência mútua vocação para a impessoalidade e racionalização das trocas entre diversos produtos, interesses e gostos. Grandes praças, áreas públicas de lazer, jardins, vitrines, avenidas etc

celebrariam o sentimento de que o espaço cosmopolita materializava-se fundamentalmente como de domínio e expressão da racionalidade, assumindo a materialidade das formas urbanas a valorização da funcionalidade das ações, as trocas auto-interessadas e, por fim, a sociabilidade ampla, mas, de forma aparentemente paradoxal, ratificadora da noção de indivíduo.

Simmel (1971) identifica no período do Renascimento o surgimento de um sujeito histórico marcado por um duplo desafio de constituição: ao mesmo tempo em que externamente reivindica maior independência quanto ao Estado e a religião, ou seja, maior autonomia moral das formas comunitárias anteriores que lhe conferiam um lugar próprio de ação, vê-se internamente confrontado com a necessidade de ter para si uma nova leitura da vida: a íntima, subjetiva. O paradoxo moderno tem aí sua configuração mais própria. A especialização das funções e do trabalho trazida pela Revolução Industrial acrescentou como consequência quase que direta a idéia de especificidade da existência individual, da incomparabilidade. Isso incluiria não somente libertar-se de determinantes históricos (ser auto-determinado em aspirações e afetos), mas distinguir-se, ser notado por especificidades, ambições e sentimentos. O discurso sobre a natureza do Homem torna-se complementar à natureza da ação. Categorias como motivação, intenção e desejo passaram a fazer parte do escopo geral abstrato que caracterizaria a existência humana e, dessa forma, condicionaram, nas leituras sobre o comportamento, a idéia geral da existência humana às especificidades da manifestação desse humano sob forma particular – concretizando sujeitos, atores e perfis. Porém, ao mesmo tempo, longe de negar a importância das interações sociais, o novo ator histórico (indivíduo) as amplia enormemente por, de certa forma, ser mais dependente da realização do trabalho do outro já que, em uma estrutura social em que a divisão do trabalho é avançada, maior é o grau de dependência funcional.

A partir do século XVIII, somada a idéia de liberdade, a igualdade passa também a se constituir como valor fundamental. Qualquer configuração individual deveria ser respeitada em si mesma, em sua livre manifestação de idéias e intenções, entretanto, estendida naquilo que é de comum a todos – a possibilidade de fazê-lo ou sê-lo. Para ilustrar, Simmel cita a frase que Frederico, o Grande teria dito ao caracterizar um príncipe: [o primeiro juiz, o primeiro homem de finanças, o primeiro ministro da sociedade, embora ainda um homem igual ao mais inferior de seus súditos]. Um conjunto tão significativo de mudanças na constituição dos sujeitos (indivíduo-

alismo) que, segundo Araújo (2007), tornou-se, juntamente com as categorias Classe e Nação, tradução mesma da Modernidade enquanto signo.

Acompanhando o processo de “individuação” – articulando formalmente o ideário de liberdade e igualdade - o corpo social ou a sua morfologia também se modifica: amplia-se e fragmenta-se. Processo que se confunde mesmo com o fenômeno da urbanização ou a constituição propriamente de um corpo social ordenado a partir regras de sociabilidade e solidariedade refletidas e impulsionadas pela lógica de funcionamento e constituição das cidades. A ampliação e diferenciação das funções e papéis sociais terão reflexo na constituição de grupos e interações; uma nova maneira de dimensionar o tecido social – tanto nas normas de formação quanto de manutenção de sua coesão interna – e espacializar, em esferas distintas de ação, os contornos do “eu” moderno. Aumento nas formas de contato e observação, interdependência e trocas são alguns elementos que se tornarão imperativos na maneira de dimensionar as relações sociais e artífices da própria constituição do indivíduo que, especialmente nas cidades (e em razão das suas disposições – moral, ética e instrumental), realizaria o ideário da modernidade enquanto projeto. A cidade torna-se, de alguma maneira, seu símbolo e síntese aplicados; emblema de uma nova era, cuja diretriz de ordenamento deveria indicar, fundamentalmente, razão e civilidade.

O desafio imposto ao planejamento das cidades modernas será, primeiramente, ao viabilizar aspirações dos novos atores individuais, acompanhar as mudanças estruturais de configuração das relações sociais. Como a subjetividade se constituía já em uma esfera do novo ser, a regulamentação da vida coletiva, dado o risco ou o diagnóstico da fragmentação do tecido social pela crescente individualização dos sujeitos, tornou-se elemento importante no processo de remodelamento e adaptação das cidades, muito além, inclusive, de formas estritamente funcionais concretas. A divisão entre espaço público e privado ganha outra dimensão: passa a descrever também duas moralidades. Uma forma dicotômica que corresponde a uma também dual forma de dimensionar a experiência da vida social. O espaço público urbano, dessa maneira, será alegoria e alvo privilegiado de ações de disciplinamento de corpos e mentes. Esfera legítima de intervenção e controle do Poder Público e símbolo do novo ordenamento social – dimensionado a partir da preservação dos sentimentos e intimidades sob o formalismo de convenções. Sua própria leitura e significação serão também dotadas de razão instrumental: diversificar atividades e aumentar as relações trocas.

A própria idéia de um “ambiente urbano” estaria necessariamente marcada pela derivação do movimento e não propriamente sua experimentação, daí talvez os esforços articulados de engenheiros, arquitetos e projetistas no planejamento dos espaços visando à circulação de pessoas, carros e mercadorias. Paralelo às funcionalidades do novo traçado urbano, a expansão e diversificação das atividades empresariais e o aumento populacional pressupunham a fixação de uma nova moralidade, um novo processo de educação dos sentidos. A fixação de redes impessoais de interações e as relações sociais marcadas por uma racionalidade instrumental, além de exigências de ordem comportamental levaram a reboque a transformação nos modos de experimentar a vida. Assim, gestos, roupas e ações passaram a fazer parte de um “processo civilizador” próprio do ambiente citadino moderno. A uniformização de hábitos e costumes não excluiu, no entanto, a necessidade do sentir individual. E é nesse aspecto que a descrição do paradoxo simmiliano ganha força.

A construção das redes de sociabilidade e da própria personalidade quando da multiplicidade e concentração substanciais das interações sociais, dos fluxos de valores, das representações remetia a uma imaginação da vida pública na qual as pessoas manifestavam sentimentos e comportavam-se por meio do retraimento e conformidade, para isso lançando mão de uma quase infinita ordem de convenções, artifícios e regras padronizadas. Ao mesmo tempo em que, em especial, os novos atores sociais urbanos introjetavam elementos normativos - mediações responsáveis pela tradução de uma ordem quase sem fim de fenômenos- preservavam – garantindo mesmo a existência - traços característicos da identidade do “eu”. Uma ordem ambígua que Simmel (1976) traduzirá sob a forma de dois antagonismos inter-relacionados: cultura objetiva e cultura subjetiva; forma e conteúdo. Uma lógica interpretativa que, ao invés de tratar a assimetria entre dois pólos distintos, analisa as suas imbricações e mútua dependência. Em certo sentido a problemática da formação dos sujeitos sociais espacializa-se, ou melhor, o espaço das “grandes cidades” torna-se objeto revelador da dinâmica de coexistência entre as duas categorias.

O espaço urbano (e nele, sobretudo, os lugares de uso comum), por excelência, passa a representar um paradoxo constitutivo dos novos contornos ou constituições das identidades: propicia o desenvolvimento de uma força moral capaz de ajustar ou equacionar esferas da existência aparentemente díspares, fazendo-o, no entanto, a um alto custo. Ao mesmo tempo em que as convenções sociais protegem a intimidade do ator individual, com a racionalização das estru-

turas tradicionais, a inteligibilidade do real passa a se manifestar sob forma cada vez mais padronizada, sufocando, ao se autonomizarem dos conteúdos iniciais que representavam, o próprio indivíduo ou seu sopro de originalidade e, sobretudo, de criação. No paradoxo forma e conteúdo a reprodução continuada dos padrões e regras de solidariedade e sociabilidade (forma) torna-se elemento privilegiado de uma época em que, por própria estrutura societária, mais convida o indivíduo a possuir ou ser portador de originalidade, especificidade (conteúdo). Um tipo de articulação que, apesar de aparentemente engessadora das potencialidades do indivíduo é, de fato, a única forma de sobrevivência - dado o risco de um “colapso nervoso” se todas as situações do ambiente citadino fossem de fato sentidas pelos agentes que com elas entram em contato. A experimentação separa-se assim da vivência, mas por garantia da integridade moral do indivíduo.

A cidade das primeiras décadas do século XX, no tenso equilíbrio entre cultura objetiva e subjetiva, passou a ser portadora, por excelência, da identidade do novo sujeito histórico, encarnando como princípio de planejamento racional industrial a manutenção da estabilidade, da ordem social, assim como, em um plano simbólico, torna-se *locus* privilegiado que asseguraria – por sua morfologia intensa e diversificada de entes e relações sociais - a expressão de idéias e sentimentos de foro íntimo, particular. Esse movimento de alguma maneira tornou mais clara a configuração de dois espaços simultâneos da vida social: um externo e interno. A separação ou compartimentalização de modos do viver e das regras de sociabilidade organizadas a partir de duas estruturas de sentido antagônicas (ontológica inclusive) reconfiguraram, cristalizando de alguma forma o próprio sentido da fragmentação, a dinâmica de existência de um espaço público que, embora intimamente correlacionado, é oposto a um espaço privado. Duas dimensões de uma mesma experiência social; duas formas de comportamento e organização do sentir que se materializavam ou ganhavam forma melhor definida na fixação de uma também dupla moralidade correspondendo, conseqüentemente, a uma dupla espacialização da experiência. Um complexo e intra-relacionado jogo de múltiplas determinações, comportamento (educação das pulsões e dos afetos) e espaços de agência individual comumente caracterizado e historicizado no binômio *casa versus rua*<sup>1</sup>.

No Brasil, o processo de compartimentalização

dos sentidos e do agir em duas esferas distintas de sentido, assim como sua correspondência materializada em dois espaços diferenciados ganha contornos muito específicos. Como bem observou Freyre (1977), o predomínio, no século XIX, de construções assobradadas sobre os casarões coloniais de pátios e câmaras fechadas e internas, marca ou simboliza esteticamente a passagem do Brasil arcaico para o Brasil independente, urbano (em estrutura representacional-simbólica, pois a base econômica continuava agro-exportadora) e, sobretudo, moderno. Mudança que se configura especialmente como contraponto ao enclausuramento e afastamento do sujeito do período colonial das interações e da própria possibilidade do contato. A emergência no país de uma vida citadina como centro prestigioso para as relações sociais fez surgir, como padrão estético, novas casas, assobradadas e com varandas externas voltadas para observar a paisagem urbana em seu locus pulsante, concomitantemente com a criação de amplos espaços em que os membros da sociedade, sobretudo sua elite, poderiam ver e ser vistos. Uma forma de “fazer parte da cidade (como vida mental)”, mas sem desconsiderar um novo fenômeno na constituição dos sujeitos: a intimidade. Um tipo de vivência do moderno (ratificando-o em certo sentido) que se sustentava exatamente porque mantinha a dicotomia equilibrada entre público e privado; objetividade e subjetividade. Ver a rua das sacadas ou andar nos passeios públicos, por exemplo, tornaram-se metáforas dessa forma de dimensionar a vida: gravitando entre a “necessidade” (no esforço civilizador) de estar em contato com muitos – ver, ser visto e reconhecido como prestigioso – mas um encontro que se traduzia pela contenção, retraimento, reforço às convenções – preservação da intimidade. Daí talvez um conjunto imenso não somente de regras de civilidade, como na passagem da sociedade cavaleiresca para a sociedade de corte (ELIAS, 1990), mas de formas de, no aumento e diversificação das interações sociais, fazer com que a troca de olhares, o contato direto entre outras manifestações não entrassem em conflito com a também imperiosa necessidade de se preservar a intimidade do novo personagem histórico: o indivíduo. Acontece que no caso brasileiro a urbanidade como novo traço característico das relações sociais descolou-se dos demais elementos que, em última instância, teriam originado a própria dimensão do urbano: industrialização, aglomeração populacional nas cidades, formalismo jurídico da liberdade e da igualdade.

Os “Códigos de Posturas”, nesse sentido, adotados social e institucionalmente de forma generalizada entre as cidades brasileiras, sobretudo no início

<sup>1</sup> Para uma visão favorável ver a análise antropológica de Roberto da Matta em *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan Editora, 1991.

do século XX, terão como propósito primeiro, além de mostrar um ideário de maturidade na cultura e organização social (pano de fundo o evolucionismo social), será base para um “novo disciplinamento de mentes e corpos”: a sistematização da urbanidade como modo de vida (Wirth 1976), agindo de modo especial sob forma de conduta civilizadora nos espaços de convivência comum. Processo de tal maneira normativo que, não raro, a família, os laços afetivos entre vizinhos etc chegavam mesmo a se contrapor à “selvageria racional” do mundo público, onde o controle externo era extremo e a violação de conduta moral severamente não tolerada<sup>2</sup>; era em si uma proteção e refúgio aos domínios de uma ordem de significados que excluía, a rigor, manifestações fora do parâmetro racionalizante burguês-industrial importado das metrópoles européias, sendo comum a utilização da expressão “cidade” como centro das atividades mais propriamente ligadas aos domínios do moderno modo urbano de vida.

As transformações nas identidades dos sujeitos sociais paralelo aos desafios propostos aos novos arranjos institucionais, nas últimas três décadas, inclusive no modo de produção, alteraram a forma da cidade ser dimensionada e dialogar com seus atores e interlocutores. O espaço urbano, em especial seus fóruns de domínio público (alvo prioritário das campanhas civilizatórias), figura como emblema de uma mudança que, sem dúvida, é de caráter estrutural e cujos impasses, ambigüidades e contradições também são nele refletidas, quando não o tomam como parte constitutiva. Em um complexo jogo de indeterminação entre a ordem pública e privada, o tenso equilíbrio ou mesmo a descontinuidade do modelo estrutural de relação entre as duas esferas projeta-se fortemente nos padrões urbanísticos e arquitetônicos atuais, sendo necessário discutir, inclusive, novos limites e fronteiras da própria lógica dualista ao se pensar as novas formas de espacialização.

### Quando o antigo torna-se parte da modernização: encruzilhada pós-moderna?

Nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2005 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do órgão municipal carioca de urbanismo IPP (Instituto Pereira Passos) e da Subprefeitura do Centro Histórico da Cidade, promoveu, como parte integrante do amplo projeto municipal de revitalização do centro da ci-

dade, o “Fórum do Centro Histórico”. Contando com o apoio da Caixa Econômica Federal, o encontro pretendia firmar-se como um inovador espaço de discussão e formulação de propostas acerca das transformações na paisagem urbana daquele ponto da cidade. De fato, com apelo à participação, constituindo-se esta no próprio elemento legitimador de futuras intervenções, a organização do evento enfatizou que a tentativa de cooperação entre o Poder Público Municipal e diferentes setores sociais convidados ao debate constituía uma nova forma de intervir na cidade. Um tipo de planejamento das Políticas Públicas, cujo elemento “novo” consistia exatamente na tentativa de democratizar decisões e gerenciamentos de projetos, descentralizando-os.

Sob o lema “O Centro da Cidade é Tradição e Novidade” a idéia geral do encontro era estimular a discussão e formação de projetos consensuais acerca das transformações no centro histórico da cidade, necessariamente tendo que adaptá-lo e assegurá-lo como fazendo parte do “novo”. As propostas levantadas transformar-se-iam em diretrizes de intervenção no espaço. O evento, portanto, teve dupla função experimental: desenvolver projetos a partir das demandas locais, fruto do consenso dos atores locais, e demonstrar que formas democráticas e participativas de gestão da cidade deveriam ser incluídas na agenda do Poder Público. A legitimidade da ação política, neste caso, foi diretamente relacionada à expectativa do diálogo entre diferentes segmentos sociais. E o poder de intervenção subordinado a um fórum coletivo e plural de interesses. A idéia de democracia participativa pareceu, de fato, atingir seu ponto ótimo. Mas em que sentido e com quais signos?

Em resposta à proposta de abertura do diálogo entre governo municipal e sociedade, cerca de 450 pessoas, nas datas estabelecidas, reuniram-se no Teatro Nelson Rodrigues, centro da cidade. Entre a platéia variada estavam empresários, comerciantes e moradores do centro. Os temas discutidos foram tão múltiplos quanto as pretensões dos que do evento participaram, tendo maior ênfase ou destaque os que faziam referência à revitalização, fiscalização, controle urbano, patrimônio cultural e preservação.

O diálogo de indivíduos com tão diversos interesses e intenções resultou ainda em um intenso processo de legitimação de propostas. Uma forma pretensa de associação entre intervenção no espaço e representações sociais que são projetadas pelos agentes institucionais da mudança como uma “nova” maneira de ordenar o tecido social urbano: atendendo uma demanda geral, racionalmente investigada, altamente padronizada em experimentações do espaço, mas com o apelo ao respeito à individualidade.

<sup>2</sup> Para uma visão mais ampla ver CHIAVARI, M.P. As transformações urbanas no século XIX. DEL BRENNIA, G.R. (org) O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão. Rio de Janeiro: Índex, 1985.

Por fim, como indicativo de maior atenção por parte dos órgãos municipais apontou-se, nesse fórum em especial, a necessidade de garantir a preservação do patrimônio histórico e o estímulo ao Centro como área residencial, de turismo, cultura e lazer. Um dos pontos mais curiosos, no entanto, apontava que as soluções para a revitalização do centro histórico, capitaneadas pela conjugação de tradição e novidade, deveriam passar pela reabilitação da vida noturna da Lapa e organização de roteiros especiais para atrair um público maior de jovens e turistas, além da construção de estacionamentos, quiosques com atendentes bilíngües e a resolução de problemas como “sujeira, insegurança, **presença de moradores de rua**, falta de iluminação e de fiscalização do comércio (grifo meu)”<sup>3</sup>.

A proposta de uma nova ordem modernizadora do Centro do Rio de Janeiro - seu perfil, discursos e reflexos - coloca em evidência os desafios de uma cidade que tem como uma das principais características a dimensão simbólica dos processos de divisão e segregação social visivelmente impressos na delimitação e divisão real de seu território, seja na “privatização” luxuosa dos espaços, seja no desequilíbrio ou novo equilíbrio entre o sentimento moral que o espaço público constitui elemento socializador básico (a rigor marcado pela pluralidade e diversidade) e a valorização das especificidades do domínio privado, tal como arranjo, reflexo ou exigência de subjetividades projetadas como autônomas. Realidade cujas ambigüidades, ambivalências e mesmo contradições compõem um novo cenário no mapa urbanístico do Rio de Janeiro, de forma ainda mais desafiadora.

A questão central que se desenha nos projetos - discursivos e práticos - em curso no Centro do Rio pauta-se em (re) estabelecer um “processo modernizador” que tenta, a partir do projeto Moderno eurocêntrico, estabelecer sobre o cotidiano das relações sociais um padrão universal hierárquico de civilidade - a rigor marcada pela exclusão dos indesejáveis ou formalização e formatação das diferenças. Quase, tipicamente, completar um processo de transformação para que a urbanidade definitivamente se concretize como meta, podendo, inclusive, ser reconhecida e cristalizada espacialmente. Entretanto, as imposições arbitrárias abertamente divulgadas com o intuito de “civilizar a Capital do país”, típicas das reformulações no espaço da cidade no início do século XX, foram substituídas pela idéia do consenso quando da “necessidade” de, ao revitalizar áreas classificadas como degradadas, retomar o protagonismo

da cidade como pólo simbólico da nação.

De maneira mais geral, o atual processo de urbanização carioca melhor se caracteriza por conjugar características aparentemente antagônicas: ao mesmo tempo em que a realidade cotidiana dá sinais evidentes de um aumento na densidade, variabilidade e heterogeneidade dos indivíduos, a nova ordem urbana produz padrões de relacionamento social marcado pelo perfil compactado, estreito ou homegeinizador. Uma tensão que se legitima e reproduz, sobretudo, na proliferação de conglomerados fechados naquela área da cidade, eficazmente organizados para preservar a individualidade, mas também fornecer a idéia de integração, democratização e generalização das relações e interações sociais. Um eficaz mecanismo em que, especialmente no Centro do Rio, a pretensão de estreitar laços ou formar grupos comunitários fechados se reconhece pelo oposto, ou seja, no gosto às interações sociais gerais.

Torna-se mesmo o argumento do passado histórico do bairro, marcado pela efervescência das trocas materiais e simbólicas, principal ou mesmo alibi para a adesão de possíveis moradores. Uma situação que se retroalimenta: quanto mais a ação parece orientar-se para a celebração dos arranjos de uma socia-



bilidade aberta, mais de caráter individualista são as motivações. Elementos de uma complexa lógica instrumental em que os imperativos da auto-afirmação e, de seu oposto, da interação livre levariam os atores individuais à artificialidade das relações, já que o coletivo com o qual mantém relação é, por eles, prévia e ordenadamente constituído e com variabilidades controladas por seus prazeres, necessidades ou gostos. Algo que os grandes residenciais fechados não só oferecem, mas asseguram com veemência.

A vida cidadina contemporânea no Rio de Janeiro, seus costumes, hábitos, formatações, gostos e preconceitos, incluem necessariamente processos

Casarão antigo (em péssimo estado de conservação) e ao lado, o condomínio moderno Cores da Lapa.

<sup>3</sup> Retirado da Ata do Evento, disponível em [http://www.rio.rj.gov.br/ipp/noticias/nota\\_094.htm](http://www.rio.rj.gov.br/ipp/noticias/nota_094.htm), em 20 de maio de 2007.

e ordens transformadoras, mesmo que a intenção primeira seja a de preservar ou revitalizar uma área como a do Centro Histórico. Nesta, o objetivo principal dos projetos urbanísticos é, não só preservar o patrimônio material e imaterial, mas fazê-los integrar aos novos laços de solidariedade e de interação social. Nesse aspecto a construção de condomínios fechados como parte da “revitalização modernizadora” evidenciaria a entrada do bairro – simbolicamente associado a um reduto particular e mesmo antagônico ao processo generalizado de despersonalização e homogeneização dos espaços, necessidades e modos de vida – nos projetos típicos da estética metropolitana moderna.

A construção no centro de residenciais fechados e diversos novos estabelecimentos comerciais de cunho privativo e exclusivista, empreendimentos muito bem sucedidos e curiosamente capitaneados pelo apelo nas estratégias de marketing ao sentido democrático e aberto da sociabilidade, reflete uma forma justaposta de urbanização, que valoriza e agrega significado ao invés de substituir ou corroborar para a corrosão de elementos como os contatos primários, a vizinhança e a solidariedade social. Vejamos um exemplo concreto dessa nova forma de projetar, planejar e viver o espaço urbano carioca:

No dia 10 de novembro de 2005 o mercado imobiliário acompanhou com euforia o lançamento de uma das mais audaciosas propostas de moradia para o que até então era considerado um já superlotado e pouco atraente espaço urbano carioca. Tanto as dimensões do projeto quanto a inovadora iniciativa de construir um empreendimento radicalmente diferente do padrão residencial do bairro da Lapa, área central do Rio de Janeiro, chamaram atenção não só de possíveis compradores, mas como da população carioca em geral.



Cores da Lapa - Vista Riachuelo

O primeiro grande empreendimento imobiliário residencial nas imediações do bairro nos últimos 30 anos impressionou, sobretudo, pela ousadia arquitetônica: inspirado no SoHo de Nova York, o conjunto residencial fechado irá ocupar, quando concluídas as obras, 12 mil metros quadrados e incluirá ainda uma ampla área de lazer que vai desde piscinas, sala de cinema, pista de skate até *studio* para festas adolescentes. A incorporadora Klabin Segall, responsável pelo empreendimento, traduziu o entusiasmo dos empreendedores divulgando – como forma também de síntese – uma frase emblemática de um de seus diretores: “A Lapa tem uma vocação residencial para a classe média que está sendo retomada”<sup>4</sup>. Um condomínio fechado, portanto, com itens de segurança e lazer privativo atenderia as aspirações daqueles que, na atualidade, buscam a aquisição de um imóvel e, evidentemente, corroboram com as expectativas, valores e moralidades do processo de socialização contemporâneo<sup>5</sup>. A iniciativa, do ponto de vista comercial, foi um sucesso: o residencial “Cores da Lapa” teve seus 688 apartamentos, divididos em seis edifícios, vendidos em menos de 2 horas<sup>6</sup>.

De todas as características sobre o perfil do em-



Casarão antigo (em péssimo estado de conservação) e ao lado, o condomínio moderno Cores da Lapa.

<sup>4</sup> Sergio Segall. Jornal Folha Online. Reportagem “Sucesso Cores da Lapa”, acessado em 10 de novembro de 2005, no endereço eletrônico [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

<sup>5</sup> Segundo Velho (1985), sobretudo, a classe média urbana no Brasil carregaria o selo da vanguarda comportamental, conformando, por força estruturadora, hábitos e costumes sociais. Processo em parte explicado por seus elementos e estruturas de significação serem reconhecidos como socialmente prestigiosos e, logo, estendidos para o conjunto das relações e interações sociais como moralmente desejável. Constituiria-se ela mesma em síntese do “espírito simbólico das gerações”.

<sup>6</sup> Informações divulgadas pela própria incorporadora Klabin Segall, responsável pelo empreendimento.

preendimento nenhuma é tão surpreendente quanto à mudança na forma de conceber o novo perfil de ocupação do espaço urbano, sobretudo, em uma área cuja memória do bairro é tão marcada pela retórica da tradição. O “Cores da Lapa” passou a indicar, como alegoria, um processo de transformação espacial que, por conseguir se firmar (com grande sucesso evidenciado nas vendas) em uma área simbolicamente representada pela resistência aos modismos, que ao “novo” traçado urbanístico não mais caberia oposição. Tal fato seria justificado porque o residencial, como síntese, a princípio, fora projetado para ajustar-se aos novos padrões de sociabilidade, não somente correspondendo às novas demandas dos atores sociais, como evidenciando na ordem espacial um mundo novo de padrões simbólicos e valores morais – a rigor marcados pelo desequilíbrio entre impessoalidade e auto-afirmação das identidades; padrões coletivos e particularidades íntimas; domínio público e privado.

O destaque do empreendimento “Cores da Lapa” tornou-se a forma vanguardista de dimensionar e traçar metas de ocupação de um “novo espaço” – moderno, criativo e exclusivo – forçadamente obrigado a adaptar-se aos anseios de um contemporâneo ainda em fase de definição, daí talvez o paradoxo entre construir uma gigantesca estrutura de lazer comum, mas protegida por grades e equipamentos de toda ordem excludente das interações amplas. Estes últimos elementos colocados, no entanto, como aspirações genuínas de seus possíveis compradores.

Um projeto de modernização do cenário histórico do bairro da Lapa que carrega consigo a pretensão de por fim a tantas ambigüidades, a princípio, seria um contraponto a tudo o que o bairro – material e imaterialmente – tradicionalmente ficou marcado

por simbolizar. Seria ignorado o fato de que sua identidade se estrutura e é historicamente dimensionada a partir do diálogo tenso entre o domínio público e privado, emblematizado na existência dos casarios e sobrados particulares, mas com usos e apropriações coletivas, como “casas de cômodo”. Uma relação entre as duas esferas de ação tão específica, complexa e presente que vem se apresentando – quando não se identifica pela resistência – como problemática ao próprio processo civilizador da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, mais evidenciado na Lapa pela ocupação “orgânica” das vias públicas e extensão dos bares e estabelecimentos sobre as calçadas, quando não pela existência de restaurantes e pontos de venda nas praças a céu aberto. Realidades cotidianas e identitariamente definidoras da região, mas que ou exatamente por conter esses elementos, teriam de passar a incorporar ou ser incluído nos planos – públicos e privados – a garantia de realização dos pretensos atributos de uma nova forma de conceber a vida, dando a ela formato pré-definido de um tipo de valor ou ordem metropolitana externa. É como se o “novo” empreendimento residencial indicasse, em síntese aglutinadora, o coroamento de toda uma proposta de revitalizar a “tradicional” Lapa, exaurindo-a da multiplicidade; garantindo-lhe a continuidade da sociabilidade direta, as atividades coletivas e a moral aberta, mas tentando conjugá-las forçosamente a uma única e padronizada maneira de manifestação. Dessa forma então o berço e reduto da boemia carioca, da cultura do samba de roda, do choro ou de seus literários e pobres malandros e mulatas, tiveram confrontado as raízes que o consolidou como o poético bairro da primeira metade do século XX, onde Manoel Bandeira, João do Rio, Machado de Assis, entre outros, visitaram e eternizaram com certo ar



Casarão antigo (em péssimo estado de conservação) e ao lado, o condomínio moderno Cores da Lapa.



Entrada Principal do condomínio Cores da Lapa

romântico. Movimento acompanhado também pelo surgimento de empreendimentos comerciais que valorizam a face interna, fechada e cara dos encontros e inter-relações. O que causa espanto é que ao invés do conflito ou mesmo da impossibilidade da “velha” Lapa adaptar-se ao planejamento “moderno” dos grandes e reclusos conglomerados residenciais e comerciais, voltados para a classe média, os arranjos e propostas têm sido concretizados e com sucesso surpreendente.

O que explicaria o êxito de todos esses empreendimentos é, talvez, a chave de resposta para o entendimento dos contornos do sujeito histórico contemporâneo, mais de suas incertezas, ambigüidades e dos opostos que se equilibram do que propriamente da sua forma que se pretende ou apresenta-se como definida, constante e estrutural. Reflexos inevitáveis de uma ordem justaposta de emoções e preferências que, a reboque, ficam marcadas no ambiente onde são vivenciados e partilhados os novos padrões sociais da vida.

O residencial “Cores da Lapa”, de maneira emblemática, exemplifica um tipo de planejamento imobiliário elaborado a partir da característica mais marcante da vida contemporânea das grandes cidades, onde, segundo Moura (2003), a diversidade dos indivíduos e grupos pode transitar entre mundos de significado que se sobrepõem. Nesse cenário em que ambigüidades tentam ser equacionadas, liberdades e limites perdem ou ao mesmo tempo ganham novos signos e sentidos. Por sua vez os atores que o experimentam cotidianamente são levados não somente a categorizá-lo, mas compreendê-lo como um todo. É quando surge espaço para, ironicamente, a expressiva tradição ou aspiração “democrática” da Lapa contribui para alavancar as vendas e transformar um empreendimento imobiliário que oferece a “privatização” das liberdades ou encapsulamento dos indivíduos em relações comunitárias em conceito e tradução do paradigma das grandes cidades no século XXI: fechada, vivendo entre muros, mas projetada e impulsionada por um tipo cosmopolitismo de relações e interações sociais pretensamente sem fronteiras.

Os processos de transformação na paisagem espacial da Lapa tornam-se ainda mais sintomático das grandes mudanças na ordem social porque valores como o individualismo, o anonimato e a impessoalidade, típicos das metrópoles urbano-industriais, se estabelecem como novos imperativos aos agentes imobiliários, arquitetos, investidores e empreendedores, mas sem estarem dissociados da pretensão em realizar as aspirações que especialmente o bairro ficou marcado por simbolizar: o contato

direto, moralmente livre, as trocas entre as diferenças culturais etc. Este fenômeno ou artifício tem escala global e concretamente pode ser mensurado pela estética da visibilidade, do uso excessivo de metal e vidro que, se por um lado tentam acabar com as diferenças entre espaço interno e externo nos arranha-céus em que são empregados, por outro, distanciam pelas práticas elitizadas e domínios/concentração de capital das empresas que abrigam. Na Lapa, em específico, grandes casas de espetáculos<sup>7</sup>, com preços de bilheteria acima da média, moldam suas atuações pelo caráter exclusivista (por serem quase mecanicamente associadas a lazer de custo elevado no imaginário popular) e, ao mesmo tempo, integrador, por suas estruturas arquitetonicamente abertas (quase inexistência de paredes de concreto como linhas divisórias) pretensamente dialogarem com o bairro. O Circo Voador, inclusive, apesar de fechado com grades, localiza-se em uma praça. E o Lapa 40 Graus, apesar do grande número de seguranças privados, manobristas e funcionários controlando a entrada na porta, tem a fachada toda em vidro transparente e metal.

O empreendimento “Cores da Lapa” apresenta-se, no processo de transformação espacial, como síntese. A idéia da incorporadora foi justapor ao residencial as imagens historicamente marcadas no imaginário coletivo do cotidiano do bairro com a privacidade ou exclusivismo de um condomínio fechado e seus inevitáveis limites de pertencimento. O argumento central explorado à exaustão na mídia forjou-se na idéia de que esse empreendimento imobiliário específico era mais do que um simples conjunto de apartamentos, a rigor impessoais, frios e opostos à realidade exterior pelos muros de concreto. Ao contrário, era ícone de uma nova ordem residencial, mais ampla. Inovadora exatamente por opor-se a um tipo de modernização típica do perfil urbanístico já consolidado na cidade, caricaturalmente percebido pelos condomínios horizontais, privativos, afastados e auto-suficientes, parcialmente resguardados do mundo exterior pelas grades, equipamentos de segurança e cercas elétricas grandes, concentrados fundamentalmente na Zona Oeste da cidade, em particular na Barra da Tijuca ou no Recreio dos Bandeirantes.

O discurso da transformação residencial inovadora ou radicalmente diferente de outras propostas dos demais condomínios fechados veio acompanhado ou foi igualmente beneficiado pelo processo institucional de “revitalização”<sup>8</sup> de uma área cujo histórico de

<sup>7</sup> Refiro-me a duas, em específico: Lapa 40 Graus e Circo Voador.

<sup>8</sup> Faço menção especial ao incentivo do governo estadual

má conservação do patrimônio material era arquitetonicamente percebido. Já no final dos anos 90 alguns trechos e lugares tradicionais da cidade, como a Rua do Lavradio, passaram a abrigar restaurantes, bares e casas de show de diferentes manifestações culturais, de estilos e gostos diversificados, reunindo e chamando atenção de turistas, moradores e, evidentemente, despertando o interesse do Poder Público.

O (re)despertar comercial para as potencialidades da Lapa, entretanto, trouxeram novos desafios à própria idéia de revitalização. Um revitalizar de um “antigo”, mas de alguma forma, já comprometido, pois significado e valorizado não pelas tradições nos costumes e moralidades de épocas remotas, mas exatamente evocado por conter elementos da nova ordem social, sendo elemento indispensável, inclusive, pela experimentação do “novo”. O ideal do cosmopolitismo, reivindicado pelos diversos atores imobiliários

como já tradicionalmente incorporado às práticas cotidianas do bairro, impulsionaria as pretensões de futuro para a região, sobretudo, porque facilitaria, de certo modo, a entrada da Lapa no *hall* dos elementos comportamentais do século XXI e a cidade do Rio de Janeiro pronta definitivamente a receber o tão almejado título de “cidade moderna”. Um processo curioso de produção de memórias e narrativas sobre o tempo em que o elemento de vanguarda do novo só existe porque a tradição do antigo é exaltada.

Apesar, entretanto, dos apelos à tradição nos processos de revitalização da Lapa, a nova forma de planejamento urbana, apresentada para o bairro e ilustrado no “Cores da Lapa”, apresenta um tipo de leitura da “modernização” diferente do que até então havia sido proposto para a cidade. Ao invés do discurso da eliminação de práticas culturais indesejáveis, da valorização a qualquer custo do novo, fazendo da categoria “antigo” sinônimo de atraso, ultrapassado, pronto a ser excluído – tal como presente nos famosos ideários, bordões e ações indiscriminadas do “Põe a baixo” do início do século XX – o “novo” processo de revitalização da Lapa assumiu o tom de uma du-

pla reconciliação: primeiro pautado na tentativa de harmonizar elementos contemporâneos – marcados pelo maior apelo à cultura do isolamento, proteção e afastamento (mesmo aqueles de caráter comunitário, como no caso dos condomínios fechados) – com a



Interior Rio Scenarium - Um novo paradigma Casa e Rua.

vida social ativa, dinâmica e de trocas ou interações diretas, constantes e sociais (inter-relações mais gerais e variadas).

Fenômenos típicos da época de apogeu da valorização dos espaços comuns, de domínio e moralidade públicas tornaram-se imprescindíveis ao novo processo de “modernização” dos espaços. O discurso da valorização da tradição seja material, na restauração dos casarões e fachadas, como também na tentativa de preservação dos bens culturais imateriais, como as rodas de samba e gafeira, apresenta-se como hegemônico. De maneira aparentemente paradoxal o “novo discurso modernizador” parece apoiar-se ou ser legitimado pelo seu par oposto, a tradição, o que nos coloca diante tanto de um dual processo de construção simbólica: da categoria tradição – seus usos e elementos de significação – e das ações interventoras no espaço urbano da cidade para torná-lo modernamente tradicional. Características que transformam o processo de revitalização da Lapa em um emblemático campo analítico sobre as práticas e justificativas da nova ordem civilizatória na cidade do Rio de Janeiro. E o residencial “Cores da Lapa” um exemplo concreto dessa nova maneira de valorizar as representações e aspirações sociais contemporâneas (rentabilizando-as), transpondo-as para o planejamento e construção

que decretou em 2000 uma lei criando o Distrito Cultural da Lapa.

material dos espaços físicos. Manifestações que tornariam a colocar em evidência os históricos e arbitrários impulsos de intervenção “modernizadora”.

A vontade imperiosa de tornar a cidade exemplo de progresso ou desenvolvimento seria revisitada, mas, ao revesti-la de um apelo popular “tradicional” culturalmente presente no imaginário coletivo, forjando, claro, os signos e o discurso dessa “tradição”, produz um duplo aspecto: de um lado tenta negar (pelo apelo às “naturais vocações históricas”) o caráter arbitrário e até certo ponto intencional (no caso da Lapa fundamentalmente baseado no interesse na reprodução do grande capital) da produção discursiva sobre a tradição – seus recortes, focos, priorizações. Aos processos de naturalização de categorias – à rigor conjunturais e mutáveis – acompanhamos também a cristalização de um tipo de representação que, ao produzir efeitos nas ações intervencionistas no espaço, segrega, proíbe ou afasta pelo vínculo simbólico oposto: a da democratização, convivência das diferenças.

Apresentada como meta ou objetivo sempre em curso, parecendo nunca ser completado de fato, a busca pela “modernização” coloca-se de maneira mais presente nos processos de revitalização da Lapa, justamente em uma época em que a necessidade de realizar os paradigmas modernos já parecia dar sinais de estar se diluindo, algo que o prefixo “pós” traduziria de melhor forma – pós-modernidade, sociedade pós-industrial. Porém um tipo muito específico de modernidade que, mesmo como simulacro, evidenciava-se como ainda mais seletiva quanto aos princípios ou prescrições a serem aplicados aos espaços que quiserem esse título ostentar como identidade primeira. Vemos, assim, nos casarões e sobrados, antigas residências, transformadas em bares e restaurantes sofisticados um apelo a uma fração de moderno – valorização simbólica do espaço público (rua, praças etc) e seu contorno mais significativo (sociabilidade ampla e diversa, multiculturalidade, anonimato etc). Algo quase caricaturado na decoração dos ambientes – carros, vitrines, sacadas (!). Entretanto

para vivenciar esse “espírito” que a modernidade potencializou e de alguma forma materializou em objetos é preciso passar por uma série de restrições bem contemporâneas ou pós-modernas – câmeras, grades, seguranças particulares com aparelhos de raio-x etc.



Assim como aprender ou incorporar as disposições morais que sobressaem da análise desses espaços: aceitar as diferenças desde que o convívio seja entre pares. Como nova regra de civilidade, não excluir os indesejáveis (pobres, mendigos, ambulantes), mas torná-los parte exótica (e excitante) de um programa de sexta ou sábado. Algo metaforicamente expresso na casa de show “Lapa 40° Graus”: um suntuoso sobrado que anuncia na entrada – “Gafieira e Sinuca” dois elementos da “tradicional” Lapa. E o convite à experimentar a tradição vê-se harmoniosamente equacionado com o aparato da série de dispositivos tecnológicos para restringir a entrada daqueles que efetivamente não compreendem, compartilham ou não podem materialmente acessar o “espírito” do “novo antigo”. Uma exclusão, no entanto, que abrandada, resignifica, quando não afasta a própria idéia de exclusão: no interior (saguão do primeiro piso), cujo piso de pedras portuguesas (revestimento típico das calçadas cariocas) leva a janelas e sacadas, ampliadas com uma estrutura de ferro e vidro, de onde se pode ver a rua, com seu entusiasmo e diversidade....talvez pulsantes demais para serem vividos diretamente, mas necessários como referência longínqua.

Os bares vizinhos e distantes - a diferença entre o tradicional e o velho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. O Novo Movimento Teórico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 4, vol. 2, junho de 1987.
- ARAÚJO, Frederico G. B. de; 2007. "Identidade e 'Território' como simulacros discursivos", in ARAÚJO, Frederico G. B. de e HAESBAERT, Rogério (ed.); Identidade e Território: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro, Acess, pp. 13-32.
- ELIAS, N. O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar Ed., vol.1, 1990.
- FREYRE, G. Sobrados e Mucambos. 5. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP &A. 2003.
- MOURA, C.P de. Vivendo entre Muros: o sonho da aldeia. In: VELHO, G e KUSCHNIR, K. (orgs). Pesquisas Urbanas: Desafios do Trabalho Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- VELHO, G. Desvio e Divergência. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- SIMMEL, G. "Freedom and the Individual". In: On Individuality and Social Forms. Chicago: The University of Chicago Press. 1971.
- \_\_\_\_\_. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, G (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 3ª Edição, 1976.
- WIRTH, L. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, G (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 3ª Edição, 1976.



## ENTREVISTA

# Luiz Cesar Queiroz Ribeiro

*Mestre em Développement  
Economique et Social  
pela Université Paris 1  
Panthéon-Sorbonne e  
Doutor em Arquitetura  
e Urbanismo pela  
Universidade de São Paulo.  
É Professor Titular do  
Instituto de Planejamento  
Urbano e Regional da  
Universidade Federal do Rio  
de Janeiro e Coordenador  
Nacional do Observatório  
das Metrôpoles – INCT /  
CNPq.*

lcqr@terra.com.br

# O que é o Observatório?

**E**m entrevista concedida à *e-metropolis* o coordenador nacional do Observatório das Metrôpoles, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, reflete da importância do Instituto do Milênio enquanto experiência de pesquisa em rede sobre a questão metropolitana, e aponta alguns dos resultados dos três anos de trabalho em rede, como as tendências de organização e nos modelos de governança do território das metrôpoles brasileiras.

Luiz Cesar também fala dos projetos do grupo de pesquisa, destacando o estudo de novas temas, como o da violência, e a continuidade dos estudos sobre governança das áreas metropolitanas, processos de organização social do território metropolitano e a pesquisa que trata da relação entre os mecanismos de segregação residencial e desempenho escolar.

Por fim, destaca a importância da revista eletrônica como mais um passo na consolidação da política de difusão do conhecimento e informação empreendida nos últimos anos pelo Observatório que inclui, além da revista, a publicação semestral *Cadernos Metrôpole*, o selo editorial de livros sobre o tema metropolitano e o boletim semanal.

**Depois de três anos como Instituto do Milênio, qual a sua avaliação da experiência da pesquisa em rede?**

A experiência do Milênio na verdade pode ser sintetizada como sendo uma experiência que consolida o Observatório das Metrópoles enquanto um programa que realiza experiências em rede, o que significa dizer que nós temos o mesmo conjunto de perguntas a serem respondidas, a mesma visão teórica sobre essas perguntas e um conjunto metodológico unificado, que permite gerarmos resultados comparáveis.

O período do Milênio consolidou esses aspectos que caracterizam o Observatório como uma pesquisa em rede e não uma rede em pesquisa ou várias pesquisas em rede e, além disso, consolidou também um programa de trabalho que unifica as atividades de pesquisa com as atividades de formação e de extensão universitárias.

**Após este período, quais são os principais resultados de pesquisa que apontem para convergências e/ou divergências na dinâmica social, econômica e política das metrópoles brasileiras estudadas?**

Esses três anos nos permitiram gerar e analisar resultados que apontam para padrões de organização social, econômica e política das metrópoles que identificando muitas convergências e algumas divergências nas metrópoles brasileiras. A mudança de modelo de zoneamento que nós passamos a viver nos anos 90, da substituição do modelo de importações para o modelo da competição internacional, da globalização, serve de base para a nossa pergunta: qual o impacto da mudança desse modelo nas grandes cidades? Quais são as convergências principais?

Em termos da organização interna das metrópoles, a identificação de quase todas elas é a organização fortemente marcada pela tendência ao auto-isolamento das camadas superiores na organização do território.

Outra convergência é a permanência do modelo núcleo-periferia. No entanto com uma diferença que é uma diversificação dessa periferia. O padrão de núcleo-periferia continua prevalecendo, entretanto, há uma diversificação social das periferias: tem periferias mais populares, mas, ao mesmo tempo, surgem também territórios na periferia de camadas médias. No entanto, o modelo permanece o mesmo: o núcleo cada vez mais dominante e a periferia subordinada a ele.

Agora no que diz respeito à relação entre a organização social do território e as desigualdades sociais algo que é bastante recorrente é a crescente relação entre os fenômenos da segregação residencial e as tendências de reprodução das desigualdades sociais

em termos de acesso a oportunidades. Nós temos duas dimensões da estrutura de oportunidades: a dimensão relacionada ao mercado de trabalho e a relacionada ao acesso ao sistema educativo. Nas duas encontramos uma relação entre morar sob condições de afastamento, segregação, etc., e ter menos acesso a oportunidades de emprego e renda e a oportunidades educativas. O grau dessa relação depende das metrópoles, de sua história e formação, mas essa relação se reproduz em todas elas o que significa dizer que um traço dominante das metrópoles brasileiras é a importância que tem a dimensão territorial para explicar as desigualdades e a sua manutenção, e as dificuldades que se têm para diminuir as desigualdades sociais, no campo das oportunidades.

Mesmo no campo das desigualdades de bem-estar social e urbano nós verificamos também uma diminuição das desigualdades em termos quantitativos, mas a manutenção das desigualdades em termos da qualidade desse bem-estar: em alguns o saneamento é mais eficiente do que outros, em outros, o sistema de coleta de lixo é mais eficiente, por exemplo.

Em algumas metrópoles a estrutura urbana ainda se mantém compacta, em algumas outras ela tem uma certa tendência à dispersão. São Paulo é o caso mais típico porque é onde as atividades econômicas promotoras da dispersão urbana estão mais presente se comparado com o caso do Rio de Janeiro, por exemplo. Mas tem uma certa tendência a dispersão nas metrópoles nordestinas que estão sendo organizadas e reorganizadas sob o comando dessa nova atividade de exploração do turismo imobiliário. É o caso de Natal, Fortaleza, Recife e Salvador.

No Observatório das Metrópoles temos o mesmo conjunto de perguntas a serem respondidas, a mesma visão teórica sobre essas perguntas e um conjunto metodológico unificado, que permite gerarmos resultados comparáveis.

Outra divergência diz respeito a forma como as metrópoles foram organizadas. Em metrópoles onde você teve uma industrialização e a constituição de bairros operários você tem um modelo sócio-espacial um pouco diferente daquelas cidades que não foram objeto de organização realizada pela atividade industrial e a constituição de bairros operários, como é o caso de Porto Alegre, Recife, Goiânia. A transição do modelo de desenvolvimento vai promover uma trajetória distinta de cidades que não tiveram esse grau de industrialização onde as camadas populares

estão mais espalhadas ou pouco concentradas no território.

Outra diferença são cidades que tiveram economia de enclave como é o caso de Salvador e a criação do pólo petroquímico de Camaçari, uma periferia pobre, onde você tem um modelo diferente já que em parte da periferia você tem a constituição de um território industrial de exploração de uma economia extrativa. E tem Brasília que é um caso a parte de tudo, por um lado pela enorme presença na parte central da cidade do poder público ao mesmo tempo uma estrutura de organização do território com uma enorme dispersão para fora do plano piloto. É uma cidade muito mais segregada, segmentada do que as outras. Você não tem nenhuma dessas histórias anteriores que vão se acumulando no território, é uma cidade que se constrói sem uma história pretérita.

Por isso a minha insistência em que a nossa revista tenha esse nome *e-metropolis* porque é um desafio de fazer, conseguir, a *polis* com o fenômeno metropolitano da dimensão econômica, social, transformar esse território numa política unificadora.

**No caso do Brasil as metrópoles estudadas podem ser pensadas em termos de região e/ou que outras variáveis possibilitam classificá-las em algum tipo de padrão?**

Nós temos uma tendência a um certo movimento de homogeneização, não no sentido da configuração espacial, mas sim da dinâmica que organiza o território e seus efeitos, o que tem a ver com unificação econômica nacional e uma certa homogeneização desses territórios como territórios econômicos. Agora isso não elimina diferenças que tem a ver com aspectos que são históricos, que decorre da formação urbana de cada uma dessas metrópoles. Você tem uma tendência a homogeneização da dinâmica e algumas particularidades, não singularidades! Quando pensamos nas particularidades estamos pensando no particular que pertence ao universal. Quando estamos falando do singular, estamos falando de algo que não pertence ao universal. Universal é a lei geral que organiza o território. Essa lei tende a ser a mesma em todas as metrópoles, pela existência de uma unificação dos territórios. Mas ao mesmo tempo tem particularidades, como essas leis gerais se combinam, variáveis locais, variáveis históricas, que tem a ver com a trajetórias dessas metrópoles.

**Vislumbram-se padrões de uma Nova Cultura Política no Brasil? Há diferenças nesta questão em relação as regiões metropolitanas?**

Há semelhanças e diferenças em identificar padrões de cultura política num plano muito genérico, por exemplo, no baixo grau de associativismo nas metrópoles brasileiras. Ou seja, de experiências que podem se acumular em torno do capital social e de uma cultura cívica, capaz de gerar gerações coletivas, gerar mobilizações sociais, etc. Associativismo faz parte da cultura política. Isso corresponde a um novo tipo de individualismo na maneira das pessoas pensarem a sua relação com a política, que concebe a ação política com uma ação de auto-mobilização dos indivíduos. Uma diferença é que em metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, mais associadas pelo processo de modernização e industrialização, há a presença dessa cultura política marcada pela idéia da auto-mobilização como motivação da ação política. Enquanto em outras, você tem um baixo grau de associativismo e uma maior incidência da ação dos indivíduos tutelada pelas práticas clientelistas.

O que vemos com frequência, como um traço da cultura política germinada nas metrópoles brasileiras é um divórcio entre a sociedade política, a sociedade civil e a economia marcando a questão metropolitana brasileira. A dinâmica e os atores que estão presentes na economia não correspondem à dinâmica e aos atores que estão presentes na sociedade política e, tampouco, correspondem ao grau de organização cívica dessa população. Então nesse território há uma disjunção entre essas três esferas da organização social e a organização de das cidades. Como isto está presente substantivamente? No campo da economia você tem atores econômicos que vem organizando sua ação de forma muito localizada no território. Você tem os atores econômicos que são os da economia globalizada, que estão inseridos numa esfera que é supra metropolitana, assim estamos relacionando com outros atores econômicos em outros territórios fora do território do Brasil ou mesmo dentro e toda conexão com o sistema político, social. E evidentemente que esses atores não se encontram no sistema político, não se encontram na ação cívica dentro da cidade.

Nesse tema da cultura política podemos falar como traço dominante esse divórcio entre a sociedade política, a sociedade civil e a economia. Então as cidades com capacidade de gerar uma ação própria de desenvolvimento, ela devia ser um todo coeso, apresentar uma articulação entre essas três coisas, os interesses econômicos tendo alguma correspondência com a transformação dos interesses econômicos

em ação cívica, e essa ação cívica tendo alguma incidência no sistema político. Esse divórcio impede que esses territórios se constituam como territórios políticos. Há várias áreas políticas desses territórios, mas não existe uma política unificadora. Por isso a minha insistência em que a nossa revista tenha esse nome *e-metropolis* porque é um desafio de fazer, conseguir, a *polis* com o fenômeno metropolitano da dimensão econômica, social, transformar esse território numa política unificadora.

#### Há possibilidades de apontar para modelos bem-sucedidos de governança?

Há possibilidades de apontar modelos bem sucedidos de governança no sentido de experiências que conseguem gerar uma ação de cooperação por atores em prol de um bem-estar comum. As nossas metrópoles estão cheias de experiências de governança bem sucedidas. Então vamos pegar exemplos aqui do Rio de Janeiro. Eu acho que o projeto “*Nós do morro*” é um projeto de governança de território que é bem-sucedida. É bem sucedido no sentido de uma cooperação entre classes com uma enorme virtude da transferência de capital social e cultural de uma parte das camadas médias de um segmento das camadas populares altamente destituídos de capital cultural e social. E isso com um efeito positivo não só de valorização desse território, de incentivo dessas pessoas a partir de um sentimento de ter um valor social em prol de uma cooperação interna para resolver seus problemas. Bem sucedida nesse sentido no sentido de que há governança, uma cooperação intra território e inter território. Então é um projeto muito bem sucedido orienta a ação social, incentiva uma atitude cívica e se conecta com uma indústria cultural.

Se a gente olhar para as cidades brasileiras veremos várias experiências desse tipo. Mas qual é o grande problema: é que essas experiências não se generalizam, elas viram experiências *ad hoc*, em determinados territórios cívicos ou determinados territórios do espaço social, não conseguem mobilizar o conjunto da sociedade e romper com aquela segmentação que falei anteriormente: da sociedade civil, sociedade política e economia. E isso poderia ser, pelo menos, contrabalançado se nós tivéssemos uma política urbana que incentivasse ações que superassem essa limitação e que passassem a valer para todos os morros.

#### E agora, como integrante do programa INCT, quais são as perspectivas para os próximos anos?

Primeiro nós temos novos temas nos quais estamos investindo, seja dando mais peso a eles dentro do

programa de pesquisa em relação ao período anterior, seja o surgimento de novos temas que vamos procurar desbravar.

Um desses temas é o da violência, queremos fazer uma leitura mais sistemática e comparativa sobre as especificidades do fenômeno da violência nas regiões metropolitanas.

Há possibilidades de apontar modelos bem sucedidos de governança no sentido de experiências que conseguem gerar uma ação de cooperação por atores em prol de um bem-estar comum. As nossas metrópoles estão cheias de experiências de governança bem sucedidas.

Um tema que não é novo, tem a ver com o tema geral, é sobre a governança das áreas metropolitanas. Buscaremos entender as razões pelas quais há um baixo interesse político num plano regional e no plano nacional para a problemática metropolitana, apesar de seu mercado eleitoral ser mais competitivo, mais dinâmico e, mesmo assim, encontramos nas metrópoles brasileiras a reprodução do processo nordestino rural de organização do processo de arregimentação dos interesses, da construção de representações políticas, ou seja, nós vamos fazer um trabalho sobre a identificação da geografia social do voto com um duplo olhar. Um olhar do grau de representação das regiões metropolitanas na composição eleitoral nacional e estadual e o quanto as metrópoles conseguem gerar representantes comprometidos com o território metropolitano. O segundo ponto é ver em que medida esses representantes que são eleitos pelas regiões metropolitanas são eleitos por fragmentos da região metropolitana dada uma tendência a territorializar os votos em espaços bem delimitados. Nossa expectativa é que identifiquemos uma espécie de coronelismo urbano, ou seja, eleitos que dominam determinado território e estabelecem uma relação de representação que torna o eleito muito pouco interessado em mobilizar fatores que ultrapassem aquele território, que tenham uma dimensão maior daquilo que defina aquele território. Isso é uma novidade para entender os obstáculos políticos e institucionais para a construção de um sistema de governabilidade para as áreas metropolitanas.

Um tema que não é novo, mas que gostaríamos de trabalhar em nível nacional é o tema da relação entre o desempenho escolar no ensino básico e os

mecanismos de segregação residencial. Já tem estudos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte e agora nós temos condições pela experiência acumulada, de fazer um estudo nacional e mais comparativo sobre essa relação: segregação, segmentação e desigualdades de oportunidades educativas. Isso é uma perspectiva nova de um trabalho nacional sobre esse tema.

E ainda estamos com expectativa no INCT de completar nossa leitura de longa duração sobre o processo de organização social do território metropolitano pela possibilidade de nos dar a base de dados do censo 2010 para fazer uma análise de longa duração: 1980 – 2010.

Também tem a perspectiva de inclusão de grupos novos de regiões metropolitanas estarem pleiteando a entrada na rede como é o caso de Brasília, de Vitória e da Baixada Santista.

**Depois de 10 anos de experiência com a revista Cadernos Metrôpoles, qual a necessidade de se criar uma revista eletrônica para o Observatório das Metrôpoles?**

A política do Observatório de difusão do conhecimento e informação do que estamos fazendo tem algumas vertentes:

a) A puramente acadêmica é o desenvolvimento da dimensão acadêmica da revista “Cadernos Metrôpole” fazendo com que ele se torne cada vez mais uma revista que publica artigos de pessoa de fora da rede, ou seja, aberta ao mundo acadêmico interessado no tema metropolitano. O papel da revista é acadêmico e de difusão e incentivo para a reflexão da questão urbana metropolitana no Brasil.

b) Seguindo essa preocupação acadêmica, temos a Revista Eletrônica. A idéia é que essa revista eletrônica possa ter mais presença da produção do Observatório e, ao mesmo tempo, difundir reflexões que não necessariamente resultem de trabalhos de pesquisa, mas resultem de tomadas de posição sobre temas e questões que tem a ver com a problemática urbana, reflexões sobre trabalhos em andamento, proposições de ações, enfim... É uma revista que vai procurar divulgar, não apenas aquilo que resulta de atividades estritamente acadêmicas e, também, mais ágil, procurando combater problemas mais práticos do desafio de governança das áreas metropolitanas.

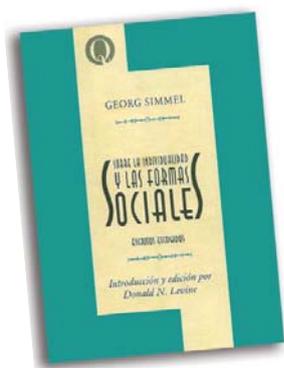
c) O terceiro motivo é o de criar um selo editorial de livros sobre o tema metropolitano em parceria com a Letra Capital, livros que vão passar por um conselho deliberativo para que tenham um mínimo de qualificação acadêmica e que venham a divulgar não apenas a produção do Observatório, mas de outros pesquisadores e grupos. Isso é importante porque cada vez mais lidamos com a política da Capes de estabelecer qualis para os livros também.

d) Outro elemento é a dinamização e o desenvolvimento das ferramentas do portal do Observatório. Nós estamos produzindo um sistema nacional de informações georreferenciadas sobre dezessete metrôpoles brasileiras que está unificando informações da escala do logradouro para a escala da macro região metropolitana.

e) O boletim com uma preocupação de uma comunicação permanente não apenas intra rede, mas também, extra rede. ■

# “Como es Posible la Sociedad?”

Por Eliana Kuster



In: Simmel, Georg. Sobre la individualidad y las formas sociales. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

**Eliana Kuster**

elianakuster@bol.com.br

*Eliana Kuster possui graduação em arquitetura e urbanismo (UFES), mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU/USP) e é doutoranda em Planejamento Urbano.*

Georg Simmel foi um pensador peculiar. Da vida urbana, passando pelo amor, pelo dinheiro, a moda e a cultura, suas considerações atravessam um vasto campo de assuntos. Em comum entre eles, porém, há a questão a partir da qual se desenvolve a maior parte da sua obra: “Como é possível a sociedade?”

A esta pergunta tão ampla é que podemos creditar uma espécie de fio condutor que nos permite alinhar os temas sobre os quais este pensador se debruçou, ajudando, portanto, a chegar a uma resposta para a questão que aqui se coloca: ‘como é possível Simmel?’, ou seja, como foi possível a este pensador unir interesses aparentemente tão divergentes em torno de uma mesma questão: a investigação sobre as nuances da vida social nas cidades.

No texto ao qual nos referimos, Simmel estabelece uma relação entre a investigação a respeito da possibilidade da sociedade e uma questão de Immanuel Kant. Este, já desde o século XVIII, havia levantado uma pergunta, epistemologicamente semelhante à de Simmel: ‘como é possível a natureza?’. Para Kant, a natureza só é possível, só se faz existir, através das pessoas que a contemplam. Natureza, no sentido kantiano, é representação, ou seja, uma imagem de mundo moldada pela percepção subjetiva.

Já para a sociedade, argumenta Simmel, não se pode articular o mesmo raciocínio. Se a natureza só existe a partir do sujeito que a contempla, a sociedade existe independentemente de um contemplador. A lógica que Kant desenvolve sobre a percepção da natureza – e que o faz afirmar que a relação que possibilita a compreensão do mundo natural não existe nas ‘coisas’ e sim no ‘sujeito’ -, não é válida para a vida social. Esta, Simmel defende, realiza-se nas próprias ‘coisas’, nos seus componentes, que são os indivíduos.

A função de realizar a unidade sintética que constrói a percepção, na natu-

reza, está em quem contempla, no sujeito. Para a sociedade, isto se transfere para os elementos que a compõem, os diversos sujeitos, ainda que estes não possuam tal consciência. Assim, continua Simmel, quais são as condições para que ocorram os processos de socialização? O produto dessas condições não é um conhecimento - como no caso da natureza. É, sim, um processo prático, uma realidade. O sujeito não se encontra frente a um objeto sobre o qual vai adquirindo gradualmente uma idéia teórica. O que ocorre é que a consciência da socialização é o que imediatamente sustenta e contém o seu sentido interno, em um processo de ação recíproca.

Na verdade, o que se coloca é a diferença entre a percepção engendrada por um observador externo - como a que se dá na concepção kantiana de compreensão da natureza -, e a percepção que tem que ser construída pelo sujeito da ação que, ao mesmo tempo em que articula internamente o que seja esta sociedade, participa ativamente dela. Esta percepção torna-se, portanto, condição inequívoca para que tal participação se efetive. Ou seja, o sujeito se dirige para a sociedade externa a si, movido pelo conceito de sociedade que traz embutido em seu interior, em uma relação dialógica.

A partir da lógica estabelecida pelo autor sobre o que sejam os processos de sociação (*Vergesellschaftung*, termo criado por ele), é que se torna admissível levantarmos a questão que nos dá o título e pensar o próprio Simmel. Daí, 'como é possível Simmel', ou, colocando de forma mais clara: como é possível pensar os diversos aspectos da sociedade de seu tempo, tendo que, necessariamente, inserir-se nela e operar dentro dela? Na verdade, esta, imagino, deve ser uma pergunta básica para qualquer observador da vida social. Mas, pensando em finais do século XIX, nas profundas mudanças sociais e espaciais que estavam em curso com a vivência nas cidades pouco a pouco se impondo como a forma de vida predominante na sociedade, e, especialmente, nas novas maneiras de subjetivação necessárias para operar nesse mundo que se pauta por novos contornos do 'ser' e do 'viver', é espantoso que, em meio a este turbilhão de transformações, alguém - totalmente imerso nos espasmos daquela nova realidade - consiga desenvolver raciocínios tão abrangentes e precisos.

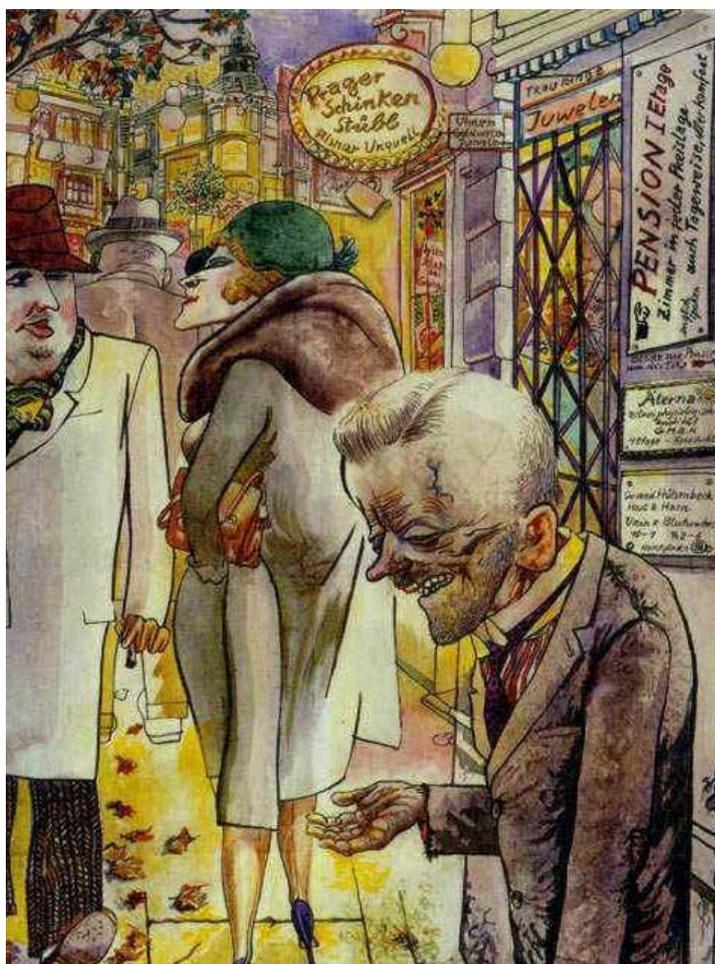
É desta constatação que nasce, então, o nosso paralelo: segundo Simmel, para operarmos na vida social, precisamos observá-la ao mesmo tempo em que agimos como seus atores - mantendo, portanto, uma espécie de 'equilíbrio' entre os processos de observação e de ação -; da mesma forma, podemos examinar as análises simmelianas: o autor perscruta profundamente as novas formas de subjetivação

necessárias para compartilhar esta vida social urbana que emerge ao mesmo tempo em que - condição absolutamente fundamental - desenvolve a sua própria subjetividade para adequar-se a ela. Simmel, portanto, nos fala sobre uma nova subjetividade, da qual ele já faz parte, no preciso momento de sua construção. Traduz assim, no paralelo entre a sua experiência concreta e a sua teoria, o preciso equilíbrio que deve ser mantido entre ação e subjetivação.

Tendo nascido em Berlim e permanecido na cidade durante a maior parte de sua vida, encontrou ali, na efervescente transição do século XIX para o XX, um ambiente propício ao desenvolvimento das suas observações da vida social e de suas ramificações. As profundas transformações nas artes, na cultura, na ciência, o nascimento da psicanálise, a teoria da relatividade, dentre outros inúmeros fatores que, neste período, fizeram eco às formas de vida em sociedade, compuseram o panorama que conduziu as reflexões do autor. Estas derivaram por caminhos insuspeitados, como a religião, as vestimentas ou a arte.

Ao longo do texto que aqui abordamos, Simmel vai traçando importantes linhas de análise nessa nova subjetividade que passa a se fazer presente na vida cotidiana, voltando-se continuamente para a sua

Cena de rua em Berlim, Grosz, 1930.



preocupação central; as formas como os indivíduos constituem a sociedade e os contornos que a sociedade impõe a estes. O embate entre a manutenção da individualidade e a necessidade da sociação vai presentificar-se em vários de seus textos, mas em ‘Como é possível a sociedade?’ podemos encontrar várias das idéias que estarão mais detalhadamente explanadas ao longo de outras das suas obras.

Walter Benjamin vai, alguns anos depois de Simmel, nos falar sobre as cidades porosas. Estas seriam aquelas que se deixam permear pelos afetos dos seus cidadãos, incorporando-os em sua tessitura urbana. Ao mesmo tempo, estes cidadãos se deixariam tomar pelo espírito da metrópole, traduzindo-o em seu comportamento cotidiano. Nesse sentido, podemos constatar que é esta porosidade – embora não a tenha nomeado assim – uma das principais questões que está sendo tratada por Simmel. Mais que isso, podemos afirmar que, assim como as cidades porosas – aquelas que comportam um dialogismo entre as suas pedras e a sua carne, entre a sua objetividade e a sua subjetividade –, o nosso pensador tem nessa porosidade um paradigma pessoal: Simmel é um teórico poroso. Os seus escritos refletem fielmente a troca inequívoca de suas teorias com a realidade à sua volta. E é precisamente essa porosidade que lhe confere

características tão peculiares e a possibilidade de ser lido, um século depois de suas publicações originais, com um frescor inaudito. Talvez seja, também, a essa porosidade que possamos atribuir a resposta à nossa questão inicial: Simmel torna-se possível através da somatória de um ambiente propício à observação de uma nova vida em sociedade que nasce e a permeabilidade necessária para interpretar essa nova realidade no momento preciso de seu engendramento. Em um processo que poderíamos chamar quase de antropofágico, este autor se alimenta de uma realidade externa a ele, a processa internamente e devolve este resultado ao mundo exterior, que por sua vez passa a existir incorporando mais esse, dentre os múltiplos dados de que dispõe para o delineamento de suas feições em constante modificação. O trabalho teórico de Simmel, portanto, configura-se assim, como uma metonímia de sua vida objetiva, representada por seu papel de membro das redes sociais do período. É essa relação que supre de vigor, até hoje, as suas observações e análises realizadas há mais de um século.

Qualquer um que se interesse pelos rumos da vida social nas metrópoles contemporâneas encontra nas idéias desenvolvidas por esse autor uma fundamental interlocução.

*Por Eliana Kuster*



Lunch, de George Tooker, 1964.

# Politique et Métropole

## une comparaison internationale

Por Olga Lucia C. de Freitas Firkowski



Hoffmann-Martinot V. ; Sellers, J., *Politique et métropole, une comparaison internationale*. Paris: CNRS Éditions, 2007.

**Olga Lucia C. de Freitas Firkowski**  
olgafirk@ufpr.br

*Possui doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e pós-doutorado pela Université Paris 1. É professora do Departamento de Geografia da UFPR. Pesquisadora do CNPq e do INCT / Observatório das Metrôpoles.*

O livro *Politique et métropole, Une comparaison internationale*, publicado em 2007 pelo CNRS (França) constitui-se importante referência para aqueles que se dedicam às análises metropolitanas. Trata-se dos resultados de um programa de pesquisa comparada internacional sob a denominação de Observatório Internacional das Metrôpoles, realizado entre 2003 e 2006 numa parceria entre diversas universidades e instituições da Europa e Estados Unidos.

Os resultados de tal programa compõem o livro, que se apresenta organizado em oito capítulos além da Introdução e das Conclusões. Nos capítulos metrôpoles do Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Suíça, França, Espanha, República Tcheca e Israel, são analisadas, a partir de metodologia pré-estabelecida e que permite efetivamente uma comparação internacional, como sugere seu título.

Os capítulos são: 1. *Déploiement et recomposition de l'espace métropolitain au Canada: une analyse politique* (Extensão e recomposição do espaço metropolitano no Canadá : uma análise política) de autoria de Jean-Pierre Collin, Mélanie Robertson e Mathieu Charron; 2. *Métropolisation et politique aux États-Unis: d'un modèle unique à des configurations multiples* (Metropolização e política nos Estados Unidos : de um modelo único à configurações múltiplas) de autoria de Jeffrey Sellers; 3. *Les aires métropolitaines et leur impact politique en Allemagne* (As áreas metropolitanas e seu impacto político na Alemanha) de autoria de Mélanie Walter-Rogg; 4. *Différenciation sociospatiale et changement politique en Suisse* (Diferenciação socioespacial e mudança política na Suíça) de autoria de Daniel Kübler e Urs Scheuss; 5. *Vers une américanisation des aires métropolitaines françaises?* (Por uma americanização das áreas metropolitanas francesas?) de autoria de Vincent Hoffmann-Martinot; 6. *L'émergence du fait métropolitain en Espagne* (A emergência do fato metropolitano na Espanha) de autoria de Carlos Alba e Carmen Na-

varro; 7. *Le processus de métropolisation et ses effets en République Tchèque* (O processo de metropolização e seus efeitos na República Tcheca) de autoria de Tomás Kostelecký e Daniel Cermák; 8. *Les dynamiques de métropolisation en Israël* (As dinâmicas da metropolização em Israel) Eran Razin e Anna Hazan, além da conclusão intitulada *La métropolisation de la politique* (A metropolização da política), de autoria dos organizadores do livro.

Resultante de um evento no qual várias realidades metropolitanas foram analisadas, a comparação internacional definiu como recorte analítico as áreas metropolitanas com mais de 200.000 habitantes em diferentes regiões do mundo, com destaque para o caso norte-americano, representado pelo Canadá e Estados Unidos; o caso europeu, representado pela Alemanha, Suíça, França, Espanha e República Tcheca, e o caso do Oriente Médio, representado por Israel. Embora o caso da África do Sul tenha sido apresentado no evento, ele não faz parte da coletânea ora apresentada.

A questão que norteou as reflexões contidas no livro indagava sobre as conseqüências da residência suburbana sobre o comportamento político de seus moradores. Para respondê-la, partiu-se da hipótese central de que, controlando variáveis significativas como o tamanho da municipalidade, a riqueza e a educação, as periferias socialmente e etnicamente homogêneas tendem a participar menos nas eleições que as cidades-centrais, em razão de uma menor conflitualidade social, favorecendo uma mobilização política e social mais frágil dos cidadãos.

Tal se explica pela tendência verificada nos países analisados, de concentração de residentes da classe média no exterior das cidades-centrais, enquanto que a população pobre e desfavorecida (desempregados e imigrantes) ocupa as áreas centrais.

Uma das inovações da análise foi a definição do peso demográfico das áreas metropolitanas no conjunto de seus respectivos países ou mesmo dos estados ou províncias onde se localizam, ao que se denominou taxa de metropolização. Assim, é possível aferir o poder de concentração populacional das diferentes realidades em seus contextos político-administrativos.

O desafio de realizar uma comparação internacional foi viabilizado, metodologicamente, por meio da aplicação de dois índices principais, respectivamente, o *índice de fragmentação geopolítica* ou *índice Zeigler-Brunn* e o *indicador Nathan-Adams*.

Para o cálculo do *índice Zeigler-Brunn* dois indicadores são essenciais: i) o número de municípios por 100.000 hab. e ii) o percentual da população da cidade-central em relação ao total da área metropolitana.

Em seguida, divide-se o primeiro indicador pelo segundo, gerando o referido índice. Quanto mais alto o índice maior a fragmentação e vice-versa.

O segundo (*indicador Nathan-Adams*) mede os problemas das cidades-centrais em relação àqueles das periferias. Tal indicador prioriza seis índices, são eles: desemprego (percentual dos sem empregos no conjunto da mão-de-obra); dependência (peso das pessoas de menos de 18 e mais de 64 anos na população total); nível de instrução (percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 13 anos de escolaridade); renda (por habitante); habitações superpovoadas (percentual de habitações ocupadas contendo mais de uma pessoa por cômodo) e pobreza (percentual de famílias com rendimento inferior a pelo menos 125% do limiar de fraco rendimento). O indicador final é a média dos valores obtidos para os seis índices anteriores.

Importantes conceitos como suburbanização, periferia e cidade-central estão no cerne da análise e são observados à luz das distintas realidades metropolitanas que caracterizam o mundo na atualidade.

No livro, a suburbanização é entendida como o processo de deslocalização da população, dos serviços e das empresas para as zonas periféricas. Já a periferia é definida como um território situado ao exterior das fronteiras da cidade central, a qual, salvo exceção, dá seu nome à região metropolitana.

A análise efetuada por especialistas na temática metropolitana de cada um dos países integrantes do programa e cujas análises constam do presente livro permite que se comparem realidades metropolitanas diversas à luz dos mesmos referenciais e que se tenha contato com a grande diversidade de definições de região metropolitana existentes, bem como com a própria dificuldade de estabelecimento de um referencial único de análise. O que se apresenta como um elemento adicional para a leitura do presente livro.

Para além das análises de cada caso estudado, os organizadores do livro assumem a tarefa de organizar a síntese comparativa dos resultados do programa. Para tanto, as principais conclusões são sintetizadas em seis grupos, são eles:

i) tendências à metropolização: o processo de urbanização não cessa nos diferentes países do mundo e é acompanhado pela tendência à metropolização; nos países participantes do programa de pesquisa do Observatório Internacional das Metrôpoles, mais da metade dos habitantes vivem em áreas metropolitanas com mais de 200 mil habitantes, sendo os mais metropolizados a Alemanha com 84%, Israel com 79%, Estados Unidos com 78% e Canadá com 63%. A extensão das áreas metropolitanas também é uma

realidade crescente;

ii) tendências à suburbanização: definida como o crescimento de um habitat disperso para além dos centros urbanos, tem acompanhado, geralmente, o processo de metropolização. Dentre os países que fizeram parte do programa de pesquisa, quatro grupos podem ser identificados em relação ao peso demográfico das periferias no conjunto das áreas metropolitanas: 1) na Alemanha, França e Estados Unidos, as periferias são dominantes nas áreas metropolitanas, cujo peso demográfico é de cerca de 60%; 2) em países como Canadá e Inglaterra, o peso das periferias é moderado, situando-se entre 30 e 50% da população metropolitana, 3) nos países da Europa de leste, ainda prevalece a herança das políticas comunistas de concentração dos habitantes na cidade-central industrial e da criação de centros secundários em sua periferia, 4) Na África do Sul, visando a superação da realidade vigente na época do *apartheid*, as reformas levaram à fusão dos municípios e criação de um governo metropolitano único, não havendo mais a dicotomia entre cidade-central e municípios periféricos;

iii) fragmentação geopolítica: a metropolização e a suburbanização resultam na crescente fragmentação geopolítica, motivada pelo avanço da mobilidade e pelas formas modernas de transporte. Assim, cada vez mais a população metropolitana está distribuída por um grande número de municípios, o que gera repercussões importantes no âmbito da governança metropolitana;

iv) polarização sócio-econômica metropolitana: a metropolização resulta numa tendência a que, cada vez mais, os residentes da classe média se dirijam para as periferias, deixando nas cidades-centrais uma concentração de pessoas socialmente desfavorecidas;

v) polarização política metropolitana: nos países em que a metropolização é acompanhada de uma

polarização sócio-territorial, as orientações políticas entre periferia e cidade-central tendem a ser cada vez mais opostas. Nesses países, estruturas específicas de orientação política tendem a opor cidade-central e periferia. Nos EUA, prevalece o voto aos democratas na cidade-central e aos republicanos na periferia. No Canadá, o eleitorado conservador em expansão impõe sua agenda política, assim, em Ontário, por exemplo, as periferias ganham em influência sobre a política federal e local, por meio de uma orientação conservadora. No Reino Unido e na Suíça, as cidades-centrais têm tendência de esquerda, enquanto nas áreas periurbanas, prevalece o voto conservador;

vi) metropolização e riqueza: para os autores, as comparações efetuadas permitem concluir que a metropolização tem tido crescente impacto na vida política, econômica e social em todos os países analisados, independente do grau de desenvolvimento dos mesmos. A extensão das áreas metropolitanas será maior entre os países mais ricos caracterizados por um nível médio e superior de desigualdade de renda, aumentando as diferenças socioespaciais entre a cidade-central e a periferia.

Livro de leitura obrigatória para aqueles que têm na temática metropolitana seu interesse de análise, permite, ainda, a compreensão das nuances do fenômeno metropolitano pelo mundo, cujo conteúdo é variado e diferenciado, embora capturado por meio de um mesmo referencial analítico.

Mostra-se de interesse particular aos integrantes do INCT/Observatório das Metrôpoles, pela natureza das discussões e pela própria similaridade de proposições de trabalho comparado a que se propõe o Observatório, embora este tenha como recorte espacial privilegiado a comparação em nível nacional.

**Por Dra. Olga Lucia C. de Freitas Firkowski**  
Departamento de Geografia da UFPR

REALIZAÇÃO



APOIOS

